



COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA



Relatório de Gestão 2019



COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

Missão

Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país e assegurar o exercício legal e ético da profissão do Economista.

Visão

Ser referência como entidade profissional que contribui de forma decisiva para o desenvolvimento econômico com Justiça Social.

Estrutura Organizacional

PRESIDENTE

Wellington Leonardo da Silva

VICE-PRESIDENTE

Antonio Corrêa de Lacerda

CONSELHEIROS FEDERAIS EFETIVOS

Antonio Corrêa de Lacerda
Antônio de Pádua Ubirajara e Silva
Antonio Melki Júnior
Clovis Benoni Meurer
Denise Kassama Franco do Amaral
Eduardo Rodrigues da Silva
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Heric Santos Hossoé
Júlio Flávio Gameiro Miragaya
Lauro Chaves Neto
Maria Auxiliadora Sobral Feitosa
Maurílio Procópio Gomes
Nelson Pamplona da Rosa
Paulo Brasil Corrêa de Mello
Paulo Dantas da Costa
Sérgio Guimarães Hardy
Waldir Pereira Gomes
Wellington Leonardo da Silva

CONSELHEIROS FEDERAIS SUPLENTES

Bianca Lopes de Andrade Rodrigues
Eduardo Reis Araújo
Evaldo Silva
Henri Wolf Bejzman
João Bosco Ferraz de Oliveira
Luiz Antonio Rubin
Marcelo Pereira Fernandes
Maria do Socorro Erculano de Lima
Nei Jorge Correia Cardim
Paulo Roberto de Jesus
Paulo Salvatore Ponzini
Ricardo Valério Costa Menezes
Róridan Penido Duarte
Sávio de Jesus Tourinho da Cunha
Teresinha de Jesus Ferreira da Silva
Wilson Roberto Villas Boas Antunes

CORPO FUNCIONAL

Superintendente em exercício
Aline Tales Ferreira

Assessoria da Presidência
Jane Lopes da Silva e Raphael Pacheco Filho (Assessores); Luiza Rodrigues Borges (Estagiária de Economia).

Procuradoria Jurídica
Fábio Ronan Miranda Alves (Procurador-Chefe); Paulo Roberto Samuel Alves Júnior (Assessor); Jhéssica de Moraes Ferreira e João Lucas Colares Montagounian (Estagiários).

Contabilidade
Antonio Tolentino (contador); José Luiz Pereira Barbosa (Técnico em Contabilidade).

Comunicação
Manoel José Castanho (Jornalista); Caroline Rodrigues, Júlio César Poloni de Góes e Natália Lepsch Kenupp Batista (Assessores).

Economista
Maria Aparecida Carneiro

Tecnologia da Informação
Alexandre Café Rodrigues e Irlan Ragno (Assessores); Danyel Willian Santos Teófilo (Técnico de Informática); Bianca Alves Nogueira e Bruno Alexandre Amador (Estagiários).

Apoio Administrativo
Daniel Nunes de Oliveira, Danielle Costa Barbosa Giroto e Lilian de Souza Barbosa (Assistentes Administrativos).

Licitação e Departamento de Pessoal
Ana Claudia Ramos Pinto (Coordenadora) e João Henrique Vieira Costa (Assistente Administrativo).

Serviços Administrativos
Edna Barroso Machado (Serviços Administrativos); Sindy Cavalcante Batista, Fernando Brito Pinheiro e Hian Lucas Fonseca da Silva (Estagiários).

ÍNDICE

1. AÇÕES DO SISTEMA COFECON/CORECONS	06
1.1 PEC 108/2019	06
1.2 Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social	07
1.3 Atualização da Legislação Profissional	08
1.4 Comissões de Trabalho	08
1.5 Grupos de Trabalho	13
1.6 Sessões Plenárias	16
1.7 Demandas dos Corecons nas sessões ampliadas	20
1.8 Auxílios e Doações a Conselhos	24
1.9 Eleições no Sistema Cofecon/Corecons	25
2. AÇÕES INTERNAS	
2.1 Procuradoria Jurídica	26
2.2 Superintendência e Assessoria da Presidência	28
2.3 Atendimento aos Regionais	29
2.4 Compras e Licitações	29
2.5 Informações Econômico-Financeiras	30
2.6 Tecnologia da Informação	31
3. O COFECON E A MÍDIA	32
3.1 Assessoria de Imprensa	32
3.2 Redes Sociais	32
3.3 Revista Economistas	33
3.4 Campanha do Dia do Economista	34
3.5 Desafio Quero Ser Economista	35
3.6 Informativo AEALC	36
4. EVENTOS	37
4.1 Internacionais	37
4.2 Nacionais	37
4.3 Regionais	40
5. AUDIÊNCIAS	40
5.1 Audiências Institucionais	40
5.2 Audiências Públicas	43
6. PARTICIPAÇÕES	44
6.1 Congressos	44
6.2 Seminários, Palestras e Debates	44
7. NOTAS OFICIAIS	49
7.1 Notas do Cofecon	49
7.1.1 Basta de Crimes Socioambientais	49
7.1.2 Nota do Cofecon sobre a proposta de Reforma da Previdência	50
7.1.3 Não se discute uma qualificada Reforma Tributária	52
7.1.4 Pela liberdade de Imprensa como um dos maiores pilares da democracia	53
7.1.5 Pela preservação do Censo Demográfico 2020	54
7.1.6 Nota sobre a situação socioeconômica nacional	54
7.1.7 Diretrizes para uma estratégia de crescimento inclusivo	55
7.1.8 Alternativas para a retomada do crescimento econômico	57
7.1.9 Crescer para quem? Mais crescimento com inclusão social	58
7.1.10 Consórcio Nordeste	58
7.2 Notas do Presidente do Cofecon	60
7.2.1 Nota da presidência do Cofecon sobre o Censo 2020	60
7.2.2 Um ataque criminoso ao Poder Judiciário brasileiro	61
7.2.3 Sob um governo nazista	62
7.2.4 Nota do presidente do Cofecon sobre a PEC 108/2019	63
7.2.5 Nota do presidente do Cofecon em defesa da liberdade de expressão e da democracia	64
7.2.6 Segunda Carta do presidente do Cofecon aos brasileiros: Tempos sombrios na América Latina e Caribe	64

MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA



Prezadas e Prezados Economistas,

Nas páginas deste Relatório de Gestão estão registradas as principais ações levadas a cabo pelo Conselho Federal de Economia durante o ano de 2019. Importante destacar que, embora boa parte delas tenha sido executada pelo Presidente, o desempenho da gestão não teria sido possível sem a dedicação do Vice-Presidente, Antônio Corrêa de Lacerda, dos demais Conselheiros e do corpo funcional. Adicione-se a isto o trabalho realizado pelos Conselheiros Federais em cada uma das Comissões e Grupos de Trabalho existentes.

Em relação às ações destinadas ao aprimoramento da estrutura administrativa dos Corecons, logramos licitar novos sistemas de cadastro e de contabilidade, sendo o primeiro deles fartamente criticado e questionado ao longo dos últimos vinte anos em relação a sua qualidade.

Promovemos o encontro de funcionários do Sistema Cofecon/Corecons em evento voltado, principalmente, para as áreas de fiscalização e administração, objetivando a troca de experiências. Um de seus resultados concretos foi a edição de um manual de fiscalização cuja edição já foi concluída e será distribuída a todos os Conselhos no ano de 2020.

Propusemos ao Conselho Federal de Administração convênio visando ajustar as ações de fiscalização dos Conselhos Regionais de ambas as profissões, em função da sobreposição derivada da classificação no mesmo grupo da CNAE.

No que diz respeito à projeção do Cofecon junto à sociedade, nos pronunciamos sempre que alguma proposta de cunho político e/ou econômico foi lançada pelo governo e investimos bastante tempo na coordenação do Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social, atividades por nós organizadas, mas que pertencem a mais de trinta entidades. Fruto de suas reuniões, realizamos dois seminários: um sobre Reestruturação da Seguridade Social e da Educação e outro sobre os impactos da Reforma da Previdência e das novas tecnologias para a sociedade.

Em relação à existência dos conselhos de fiscalização profissional, lutamos pela declaração de inconstitucionalidade da PEC nº 108/19, inclusive nos opondo a alguns conselhos federais que a apoiavam. Elaborada, lamentavelmente, pelo Economista Paulo Guedes - Ministro da Economia -, tem como esteio o liberalismo insano dos terraplanistas, cujo objetivo é desregular todos os direitos dos trabalhadores causando sérios riscos à sociedade a serviço da qual existem os conselhos de fiscalização profissional. Graças à iniciativa do Deputado Federal Ivan Valente ao emitir pedido de informações endereçado ao Chefe da Casa Civil Onyx Dornelles Lorenzoni, cuja resposta nos permitiu identificar os conselhos defensores do fim de seus próprios instrumentos de fiscalização, e à conformação de uma frente parlamentar em defesa dos conselhos, presidida pelo Deputado Federal Rogério Correia, foi possível impedir a aprovação da PEC na CCJ, apesar do interesse do deputado da base do governo Edio Lopes, relator da matéria, o qual afirmou que não a considerava inconstitucional. Em 2019 a batalha não foi decidida e proponho que sigamos lutando, principalmente nos estados.

Boa leitura!

Wellington Leonardo da Silva
PRESIDENTE

Antonio Corrêa de Lacerda
VICE-PRESIDENTE

1. AÇÕES DO SISTEMA COFECON/CORECONS

1.1 PEC 108/2019

Em julho de 2019 o Poder Executivo enviou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 108/2019 ao Congresso Nacional, texto de autoria e apresentado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. A matéria dispõe sobre a natureza jurídica dos conselhos profissionais e representa um risco à sobrevivência dessas entidades de fiscalização e regulamentação.

Segundo o documento, a lei não estabelecerá limites ao exercício de atividades profissionais ou obrigação de inscrição em conselho profissional sem que a ausência de regulação caracterize risco de dano concreto à vida, à saúde, à segurança ou à ordem social. “O artigo 5º da Constituição Federal determina que é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer. Logo, a proposta se inicia com prejuízos significativos aos direitos sacramentados em leis que dispõem sobre o exercício das profissões regulamentadas”, observou o presidente do Cofecon.

Além disso, a PEC define que os conselhos profissionais são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que atuam em colaboração com o Poder Público; que os funcionários estarão sujeitos às regras da legislação trabalhista; e que a nova lei irá dispor sobre a criação, os princípios de transparência aplicáveis, a delimitação dos poderes de fiscalização e de aplicação de sanções, assim como o valor máximo de taxas, das anuidades e das multas.

Anexo à PEC, Paulo Guedes enviou documento em que justifica a importância da aprovação da matéria. O ministro da Economia explica que tal medida tem o objetivo de consolidar o entendimento de que os conselhos profissionais não integram a estrutura da administração pública. “A medida também afasta, definitivamente, qualquer hipótese de equiparação da organização dos conselhos profissionais às autarquias integrantes da administração pública, mediante a definição de que conselhos são entidades privadas sem fins lucrativos que atuam em colaboração com o poder público, às quais se aplicam as regras do direito privado e a legislação trabalhista”, afirmou Guedes no documento.

O presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, atuou na mobilização de parlamentares na Câmara dos Deputados sobre a matéria, enfatizando os prejuízos de sua aprovação para a sociedade, uma vez que, ao fiscalizar, os conselhos a protegem contra a atuação de profissionais sem qualificação que podem causar graves prejuízos. Na mesma data de apresentação da PEC, enviou ofício a todos os líderes partidários com informações sobre o assunto e manifestando repúdio à iniciativa. “Em minha opinião, a PEC é lesiva aos interesses da sociedade e deve merecer total repúdio dos parlamentares que de fato a representem”, opinou.

No dia 28 de agosto, participou da mesa diretiva do ato de lançamento da Frente Parlamentar em Apoio aos Conselhos Profissionais, realizado no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, e que contou com cerca de 200 representantes de conselhos de todo o País. Em seguida, esteve em audiência com o presidente da Casa, deputado federal Rodrigo Maia, para sensibilizá-lo sobre a matéria e os riscos que representa à sociedade. Após participar ativamente das atividades da Frente Parlamentar, foi convidado a compor o conselho consultivo do grupo, formado por parlamentares e representantes da sociedade civil.

No dia 19 de setembro participou de reuniões na Câmara dos Deputados com o intuito de defender a atuação dos conselhos de profissões regulamentadas. A primeira ocorreu com o deputado Rogério Correia, coordenador da Frente Parlamentar de Apoio aos Conselhos Profissionais, além de dezenas de conselheiros e representantes de conselhos federais para tratar da tramitação da PEC. Mais tarde, o grupo se reuniu com o deputado Felipe Francischini, presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara.

No dia 12 de novembro reuniu-se com o deputado federal Edio Lopes, relator da matéria na CCJC; com o deputado coordenador da Frente Parlamentar; e com demais representantes de conselhos e seus funcionários. O objetivo do encontro foi dialogar com os parlamentares sobre a admissibilidade da proposta. “Propor que os conselhos sejam entidades de direito privado é tirar o poder de polícia. O STF já tem jurisprudência sobre isso dizendo que não se pode dar poder de polícia (logo, de fiscalização) a entidades privadas. Na nossa visão está faltando, para vários deputados da CCJC, entender o que são os conselhos, por que existem e como funcionam”, disse na ocasião o presidente do Cofecon.

No dia 04 de dezembro, participou de audiência pública na Comissão de Legislação Participativa, da Câmara dos Deputados. O debate foi conduzido pelo coordenador da Frente Parlamentar em Apoio aos Conselhos Profissionais, deputado federal Rogério Correia, e pelo deputado Alencar Santana Braga. Participaram representantes de diversos conselhos de fiscalização profissional e dos funcionários dessas autarquias.

Em dezembro de 2019, o deputado federal Rogério Correia afirmou que a PEC nº 108/2019 seria retirada pelo governo, fato comunicado a ele pelo relator da matéria na CCJC, deputado federal Edio Lopes, e pelo presidente da referida Comissão, deputado federal Felipe Francischini. Na ocasião, o deputado Rogério Correia informou que o governo estava trabalhando na apresentação de uma outra proposta, a ser apreciada em 2020.

Paralelamente à atuação na Câmara dos Deputados, o presidente do Cofecon também participou de diversas reuniões com membros do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, conhecido como Conselhão, com o intuito de definir estratégias de atuação no parlamento. Além disso, participou de entrevistas e emitiu uma nota sobre o assunto no dia 19 de julho, a qual está disponível no item 7.2.4 deste relatório.

1.2 FÓRUM NACIONAL PELA REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL

Em 2019 o Cofecon deu continuidade à Campanha pela Redução da Desigualdade Social no Brasil. Ao todo, foram realizadas nove reuniões com as entidades participantes do Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social.

Entre as atividades desenvolvidas, destaque para a publicação da primeira edição da revista Justiça Social, que reuniu artigos dos palestrantes do seminário “Reestruturação da Seguridade Social e da Educação”, realizado em dezembro de 2018 para discutir o segundo eixo da Campanha: Preservar e ampliar os direitos sociais. A publicação teve tiragem de 1.000 exemplares e contou com os seguintes artigos: “Finanças públicas sob o enfoque distributivo nos 30 anos da Constituição Federal de 1988”, do economista Guilherme Delgado; “Reforma da Previdência: aprendendo com a experiência de outros países e com a nossa trajetória”, do economista Milko Matijascic; “A saúde na reestruturação da Seguridade Social e da Educação: pela redução da desigualdade social”, de Carlo Zanetti; “Financiamento da educação e os ataques da mercantilização e privatização ao fundo público”, de Natália de Souza Duarte; e “Educação e Cultura Popular”, de Maria Luiza Pinho Pereira.

Para discutir o terceiro eixo da campanha, “Preservar e ampliar políticas públicas de valorização do trabalho e de educação”, o Fórum realizou, no dia 29 de agosto, o seminário “Os impactos da Reforma da Previdência e das novas tecnologias para a sociedade”. O evento ocorreu no Auditório Azul da Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília (UnB).

A primeira mesa de debates teve como tema “Aspectos constitucionais e os impactos econômicos e sociais da PEC 06/2019”, com palestras de Wellington Leonardo da Silva, presidente do Cofecon; Noemia Garcia Porto, presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra); e Pedro Armengol, da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público federal (Condsef). A segunda mesa de debates abordou “Os impactos das novas tecnologias no mundo do trabalho, com palestras de Rosane Granzotto, do Conselho Federal de Psicologia; Perci Coelho, da UnB; e Luiz Antonio Colussi, da Anamatra.

O Fórum organiza a segunda edição da revista Justiça Social, a qual contará com artigos dos palestrantes do último seminário. Para 2020, planejam-se ações com foco no quarto eixo da Campanha: Reforçar a função social do Estado.

1.3 ATUALIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL

O PLS nº 658/2007, que atualiza a regulamentação da profissão de economista, foi arquivado por tramitar em duas legislaturas sem ser aprovado. A solução seria reapresentá-lo tendo outro senador como patrono. O plenário do Cofecon aprovou não seguir essa estratégia em função dos riscos envolvidos.

A decisão de não reapresentar o PLS nº 658/2007 foi correta e a prova inequívoca disso foi o lançamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 108/2019, pelo Executivo federal, cujo objetivo é extinguir os conselhos de fiscalização profissional. Recomendamos que em uma das próximas gestões seja avaliado o momento mais propício para retomar a iniciativa junto ao parlamento.

1.4 COMISSÕES DE TRABALHO

1.4.1 COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Atribuições: Acompanhar as demonstrações de receita e despesa do Cofecon, conferindo a regularidade das despesas efetivadas, inclusive dos bens patrimoniais permanentes; exercer o papel de controle interno do Sistema, emitindo pareceres conclusivos sobre registros, prestação de contas e balancetes trimestrais do Sistema Cofecon/Corecons.

Componentes efetivos: Maria Auxiliadora Sobral Feitosa (Presidente), Nelson Pamplona da Rosa e Maurílio Procópio Gomes. Suplentes: Antonio Melki Jr., Luiz Antonio Rubin e Paulo Roberto de Jesus.

Interfaces: Antonio Tolentino e José Luiz Pereira Barboza.

Atividades: Foram trabalhados em 2019 os processos contábeis listados abaixo.

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Balancetes Trimestrais	84
Propostas e Reformulações Orcamentárias	46
Prestações de Contas Anual	58
Verificação de controles internos	4
Devolução de Parte de Auxílio Financeiro	1
Devolução Empréstimos	1
Total	194

1.4.2 COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Atribuições: Efetivar os processos de aquisição de bens e de contratação de serviços, de acordo com os parâmetros definidos pela Lei Federal 8.666/1993.

Componentes Efetivos: Eduardo Rodrigues da Silva (Presidente) e João Henrique Vieira Costa. Suplentes: Antônio de Pádua Ubirajara e Silva e Paulo Roberto Samuel Alves Júnior.

Interfaces: Ana Claudia Ramos Pinto e João Henrique Vieira Costa.

Atividades: Os processos licitatórios trabalhados em 2019 estão no item 2.4 deste Relatório.

1.4.3 COMISSÃO DE POLÍTICA ECONÔMICA

Atribuições: Pesquisar, discutir e promover a participação efetiva dos Economistas no desenvolvimento econômico do país e sua inserção na economia mundial. Posicionar-se sobre os impactos das políticas econômicas. Elaborar estudos e avaliações referentes à situação da desigualdade na distribuição espacial da renda no Brasil, possíveis avanços e suas causas; estimular a publicação de artigos relacionados ao tema nos sites e nas publicações do Sistema Cofecon/Corecon e avaliar a edição pelo Cofecon de uma coletânea sobre o tema, com artigos elaborados pelo Corecons.

Componentes: Antonio Corrêa de Lacerda (Coordenador), Antonio Melki Jr., Carlos Eduardo Soares de Oliveira Júnior, Eduardo Rodrigues da Silva, Fernando de Aquino Fonseca Neto, Heric Santos Hossoé, Júlio Miragaya, Lauro Chaves Neto, Roberto Bocaccio Piscitelli, Waldir Pereira Gomes e Wellington Leonardo da Silva.

Interfaces: Maria Aparecida Carneiro e Natália Lepsch Kenupp Batista.

Atividades: A Comissão ampliou a participação do Cofecon no debate nacional por meio da divulgação de notas oficiais, elaboradas a partir dos debates realizados durante as Sessões Plenárias. As notas estão no capítulo 7 deste Relatório. Os debates de conjuntura econômica tiveram os seguintes temas e debatedores:

DATA	ASSUNTO
01/02	Banco do Brics, Debatedores: Luciana Acioly e Paulo Nogueira Batista Júnior.
22/03	Perspectivas para a economia brasileira. Debatedores: Maria Helena Lavinias de Moraes e Daniela Magalhães Prates.
24/05	Censo 2020. Debatedor: Cláudio Dedecca.
02/08	Conjuntura Econômica. Debatedores: Carlos Antonio Luque e Fernando Nogueira da Costa.

Além dos debates realizados, os conselheiros Antonio Corrêa de Lacerda, Paulo Brasil Corrêa de Mello e Wellington Leonardo da Silva participaram do Comitê Científico do XXIII Congresso Brasileiro de Economia. Os demais integrantes da Comissão também publicaram artigos e concederam entrevistas sobre as temáticas por ela elaboradas.

1.4.4 COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Atribuições: Organizar e promover o Prêmio Brasil de Economia, Personalidade Econômica do Ano e Gincana Nacional de Economia; Promover mecanismos que estreitem a relação do Cofecon com as Universidades e com as escolas de economia do país, assim como os cursinhos e escolas de ensino médio; Articular e participar, juntamente com outras entidades, no acompanhamento das diretrizes curriculares do curso de economia no país.

Componentes: Denise Kassama Franco do Amaral (Coordenadora), Antonio Corrêa de Lacerda, Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, Carlos Alberto Safatle, Eduardo Rodrigues da Silva, Fernando Aquino de Fonseca Neto, Heric Santos Hossoé, Marcelo Pereira Fernandes, Ricardo Silveira da Paixão, Ricardo Valério Costa Menezes, Simone Magalhães, Waldir Pereira Gomes.

Interfaces: Jane Lopes da Silva, Lilian de Souza Barbosa, Raphael Pacheco Filho e Caroline dos Santos Rodrigues;

Atividades: O XXV Prêmio Brasil de Economia reconheceu o trabalho técnico dos economistas em cinco categorias: monografia de graduação, dissertação de mestrado, tese de doutorado, artigo técnico/científico e livro de economia. Ao todo, foram distribuídos R\$ 26 mil em prêmios. A solenidade de entrega aconteceu na noite de 16 de outubro, durante a cerimônia de abertura do XXIII Congresso Brasileiro de Economia, realizado em Florianópolis. Nos dias 16 e 17 de outubro foi realizada, também na capital catarinense, a IX Gincana Nacional de Economia, que contou com a participação de 30 duplas de estudantes de 14 estados. Durante dois dias elas se enfrentaram em jogos eletrônicos que simulam decisões macroeconômicas e testam conhecimentos de economia. Ao todo foram distribuídos R\$ 7,2 mil em prêmios. O primeiro lugar coube aos

estudantes Lowan Nickolas Faria Rodrigues e Francisco Guilherme Dantas Neto, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

De 13 de maio a 13 de junho foi realizada a quarta edição do Desafio Quero Ser Economista, que teve recorde de participantes inscritos: 1200 estudantes, de 25 estados mais o Distrito Federal. A iniciativa tem o objetivo de introduzir conceitos econômicos básicos ao campo de conhecimento de alunos do Ensino Médio, a fim de esclarecer a profissão de economista e a atuação desses profissionais no mercado de trabalho. A vencedora foi a estudante Giulia Santos (SP), seguida por Isadora Perim (MG) e Júlia Castanho (SP). Foram distribuídos R\$ 3 mil em prêmios.

No ano de 2019, a Comissão desenvolveu projeto de Educação à Distância, com criação de identidade visual, site e conteúdo. Os primeiros cursos disponíveis estão focados na capacitação da equipe do Sistema, como forma de contribuir para a excelência na atuação em todos os estados. Os temas abordados são Novo Sistema Contábil e Atendimento ao Economista, com carga horária de 4 horas cada.

Outro destaque foram análises curriculares de cursos de graduação em grau bacharelado com conteúdo conexo ao de Economia, como de Relações Internacionais, visando o registro profissional dos egressos nos Conselhos Regionais de Economia, considerando a Resolução nº 1997/Cofecon, de 03 de dezembro de 2018.

1.4.5 COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

Atribuições: Aperfeiçoar os mecanismos de comunicação do Sistema Cofecon/Corecons e a comunicação interna, inserindo-o na agenda econômica e na mídia nacional e nos Estados; revisar os mecanismos da página do Cofecon na Internet; coordenar a edição da Revista do Cofecon.

Componentes: Waldir Pereira Gomes (Coordenador), Antonio Corrêa de Lacerda, Antonio Melki Jr., Clovis Benoni Meurer, Denise Kassama Franco do Amaral, Gilson de Lima Garófaló, Heric Santos Hossoé, Lauro Chaves Neto, Luiz Antonio Rubin e Wellington Leonardo da Silva.

Interfaces: Caroline dos Santos Rodrigues, Manoel José Castanho e Natália Lepsch Kenupp Batista

Atividades: As atividades da Comissão de Comunicação estão detalhadas no capítulo 3 deste Relatório.

1.4.6 COMISSÃO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, MODERNIZAÇÃO E QUALIDADE DA GESTÃO

Atribuições: Consolidar a efetivação do Planejamento Estratégico do Conselho com vistas ao fortalecimento do Sistema Cofecon/Corecons. Planejar, aperfeiçoar e apoiar ações de promoção da sustentabilidade do Sistema e dos processos de tecnologia e gestão.

Componentes: Paulo Brasil Corrêa de Mello (Coordenador), Antonio Melki Jr., Clovis Benoni Meurer e Jin Whan Oh.

Interfaces: Ana Claudia Ramos Pinto.

Atividades: As demandas trazidas pelos Conselhos Regionais de Economia durante as Sessões Plenárias Ampliadas, bem como seus respectivos encaminhamentos, encontram-se no item 1.7 deste Relatório.

1.4.7 COMISSÃO DE NORMAS, LEGISLAÇÃO E AÇÃO PARLAMENTAR

Atribuições: Acompanhar a aplicação de normas e procedimentos do Sistema Cofecon/Corecons; revisar e atualizar a Consolidação da legislação da Profissão do Economista; acompanhar os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que são do interesse dos economistas brasileiros, com apoio da assessoria parlamentar.

Componentes: Antonio Melki Jr. (Coordenador), Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, Maurílio Procópio Gomes, Nei Jorge Correia Cardim, Paulo Brasil Corrêa de Mello, Paulo Dantas da Costa, Pedro Afonso Gomes, Róridan Penido Duarte.

Atividades: A Comissão deu continuidade ao trabalho de consolidação da legislação profissional, com previsão de ser finalizado em 2020. O objetivo desse trabalho não se resume a reunir todos os normativos em apenas uma única norma. Significa uma análise detalhada das normas em vigor para adaptá-las à nova realidade do campo profissional.

Além dessa, diversas outras atividades foram realizadas durante o ano de 2019, onde se destacam:

- A Resolução nº 2.020/2019 que modificou as regras para as atividades de arbitragem e mediação previstas na Consolidação da Legislação da Profissão de Economista. A norma determina que os Corecons, no âmbito de suas respectivas jurisdições, poderão estimular a criação de Câmaras de Mediação e Arbitragem com outras entidades, em especial junto aos sindicatos da categoria, sem que sejam incluídos novos órgãos às estruturas dos Corecons.
- A Comissão também esteve atenta à regulamentação de normativos alinhados aos Direitos Humanos e ao combate à violência. Durante o ano foi aprovada a Resolução nº 2.000/2019, que permite uso de nome social ao profissional economista transgênero, em seus registros, credenciais, sistemas de cadastro e documentos disciplinados pela resolução. Nome social é aquele adotado pela pessoa, por meio do qual se identifica e é reconhecida na sociedade. A Resolução também veda, no exercício profissional do economista, o uso de expressões pejorativas e discriminatórias que se refiram à sexualidade e ao gênero de pessoas LGBTQ+. Além disso, a Resolução nº 2.022/2019, passou a exigir declaração de idoneidade do economista para efetivação do registro profissional. O objetivo é barrar o acesso de economistas que tenham sofrido condenação judicial transitada em julgada por crimes como racismo, homofobia, transfobia, feminicídio, violência doméstica, ou crimes definidos como hediondos.
- Elaboração de normativos referentes à aprovação de profissionais formados em cursos com forte conteúdo econômico, como Relações Internacionais e Finanças. A possibilidade de registro foi aprovada em 2018 e a regulamentação teve início em 2019.

1.4.8 COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E REGISTRO PROFISSIONAL

Atribuições: Acompanhar a fiscalização em todo o Sistema Cofecon/Corecons. Acompanhar e verificar as condições do exercício da profissão de economista e as habilitações para o registro do profissional. Apreciar e relatar os processos relativos à atividade fim de registro e fiscalização.

Componentes: Nelson Pamplona da Rosa (Coordenador), Bianca Lopes de Andrade Rodrigues, Luiz Antonio Rubin, Paulo Hermance Paiva e Paulo Roberto Polli Lobo.

Interfaces: Daniel Nunes de Oliveira, Danielle Costa Barbosa Giroto e Maria Aparecida Carneiro.

Atividades: Em 2019 a Comissão analisou, ao todo, 209 processos, sendo: 61 sobre Remissão de débitos; 102 sobre cancelamento de registro; 8 sobre cancelamento de registro com remissão; 27 sobre exercício ilegal da profissão; 3 sobre suspensão de registro; 1 sobre registro remido; 7 sobre parcelamento de débitos.

1.4.9 COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Atribuições: Apoiar a realização de seminários e encontros nacionais e regionais sobre a questão do desenvolvimento regional; promover a avaliação das políticas públicas que tratam da questão regional, considerando seus diversos aspectos: planejamento territorial, desenvolvimento regional e ordenamento territorial; participar de eventos nacionais e regionais relacionados ao tema do desenvolvimento regional.

Componentes: Heric Santos Hossoé (Coordenador), Denise Kassama Franco do Amaral, Felipe Macedo de Holanda, Fernando de Aquino Fonseca Neto, João Rogério Sanson, Júlio Miragaya, Lauro Chaves Neto, Ricardo Valério Costa Menezes, Teresinha de Jesus Ferreira da Silva.

Interfaces: Jane Lopes da Silva e Maria Aparecida Carneiro.

Atividades: Apoio aos encontros regionais, ENAM, ENESUL, dentre outros; elaboração de Carta com propostas para os governadores do nordeste, entregue na reunião do consórcio nordeste; divulgação de ações sobre a pauta do Desenvolvimento Regional no site, nas redes sociais, em livros e revistas; e mapeamento de iniciativas de avaliação de políticas públicas voltadas ao Desenvolvimento Regional.

1.4.10 COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Atribuições: Promover o diálogo entre o Cofecon e organizações da sociedade civil com foco na realização de ações e propostas que apresentem uma alternativa à Reforma da Previdência Social e responder pelo Conselho Federal de Economia nas demandas de mídia e de eventos que surgirem sobre o tema. Realizar estudos visando a apresentação de um projeto de criação de Instituto de Previdência Complementar, tendo como apêndice a viabilização de crédito para os economistas.

Componentes: Fernando de Aquino Fonseca Neto (Coordenador), Antonio Corrêa de Lacerda, Antonio Melki Jr., Denise Lobato Gentil, Dércio Garcia Munhoz, Jin Whan Oh, Júlio Miragaya, Paulo Roberto Paixão Bretas, Paulo Brasil Corrêa de Mello, Roberto Bocaccio Piscitelli, Róridan Penido Duarte, Rosa Maria Marques e Vilma Guimarães.

Interfaces: Maria Aparecida Carneiro e Natália Lepsch Kenupp Batista.

Atividades: Elaboração e aprovação em plenária de notas sobre a Reforma da Previdência no início do ano. Realização de levantamento para um possível convênio com fundo de previdência privada fechado para disponibilizar aos economistas, por intermédio dos Corecons. Houve reuniões preliminares com alguns desses fundos.

1.4.11 COMISSÃO DE REFORMA TRIBUTÁRIA

Atribuições: Acompanhar o debate a respeito da Reforma Tributária, buscando influenciar as discussões a fim de que se construa um modelo socialmente justo e economicamente eficiente.

Componentes: Júlio Miragaya (Coordenador), Antonio Melki Jr., Paulo Brasil Corrêa de Mello, Paulo Dantas da Costa.

Interfaces: Lilian de Souza Barbosa e Manoel José Castanho.

Atividades: Elaboração de estudo comparativo sobre as propostas de Reforma Tributária apresentadas no Congresso Nacional.

1.4.12 COMISSÃO DE PERÍCIA ECONÔMICO-FINANCEIRA E MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

Atribuições: Realizar estudos visando a proposição de ações para fortalecer as atividades de Perícia Econômico-Financeira e Mediação e Arbitragem, divulgando-a entre profissionais e estudantes de Ciências Econômicas e tomadores de serviços, promovendo capacitação técnica e certificação de competência das especialidades (Consolidação, 4.3).

Componentes: Paulo Dantas da Costa (Coordenador), Alex Antonio Andrade e Silva, Aristóteles da Rosa Galvão, Eduardo André Cosentino, José Marcos de Campos, Luiz Antonio Rubin, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Marcos Matos Brito de Albuquerque Júnior, Paulo Roberto Paixão Bretas, Pedro Afonso Gomes e Sérgio Guimarães Hardy.

Interfaces: Jane Lopes da Silva e Raphael Pacheco Filho.

Atividades: No decorrer do ano de 2019, a legislação relacionada às atividades de Perícia Econômico-Financeira, Mediação e Arbitragem teve uma nova redação para o normativo que trata das atividades desempenhadas pelo economista.

1.5 GRUPOS DE TRABALHO

1.5.1 ESTUDAR A SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL DOS CONSELHOS REGIONAIS

Atribuições: Atuar junto às superintendências do Patrimônio da União nos estados visando a cessão de imóveis para instalação dos Conselhos Regionais de Economia que não possuem sede própria ou que não dispuserem de sede adequada para a execução de suas atividades fins.

Componentes: Maurílio Procópio Gomes (Coordenador), André Luís Braga Rodrigues dos Santos, Frednan Bezerra dos Santos, José André de Lima Freitas da Silva, Nei Jorge Correia Cardim, Ricardo Silveira da Paixão, Rogério Vianna Tolfo e Sebastião Demuner.

Interfaces: Antonio Tolentino e Jane Lopes da Silva.

Atividades: As tratativas foram interrompidas, considerando a suspensão das cessões de imóveis pela Secretaria de Patrimônio da União.

1.5.2 VOTO ELETRÔNICO

Atribuições: Providenciar o desenvolvimento de sistema próprio de votação eletrônica, objetivando sua implantação em todos os Conselhos Regionais de Economia.

Componentes: Antonio Melki Jr. (Coordenador), Paulo Brasil Corrêa de Mello e Paulo Dantas da Costa.

Interface: Ana Claudia Ramos Pinto.

Atividades: As eleições ocorreram no período de 29 a 31 de Outubro, exclusivamente pelo portal www.votaeconomista.org.br, facilitando a participação dos profissionais no pleito. Ao todo, foram 38.636 eleitores e 7.153 votantes. Todo o processo foi acompanhado por auditoria externa, garantindo a legalidade da votação.

1.5.3 MULHER ECONOMISTA

Atribuições: Aperfeiçoar a participação das economistas na economia brasileira bem como estimular a participação mais efetiva no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons. Pesquisar o perfil e área de atuação com maior participação das economistas e conhecer a estrutura do mercado de trabalho.

Componentes: Maria Auxiliadora Sobral Feitosa (Coordenadora), Ana Cláudia Arruda Laprovitera, Bianca Lopes de Andrade Rodrigues, Celina Martins Ramalho, Denise Kassama Franco do Amaral, Fabíola Andrea Leite de Paula, Izabel Christina de Carvalho Colares Maia, João Manoel Gonçalves Barbosa, Maria Alejandra Caporale Madi, Maria Cristina de Araújo, Maria do Socorro Erculano de Lima, Mônica Beraldo Fabrício da Silva, Nancy Gorgulho Chaves Braga, Teresinha de Jesus Ferreira da Silva e Waldir Pereira Gomes.

Interfaces: Jane Lopes da Silva, Lilian de Souza Barbosa e Natália Lepsch Kenupp Batista

Atividades: Produção de edição especial da revista Economistas com artigos escritos exclusivamente por mulheres economistas; apresentação de estande no XXIII Congresso Brasileiro de Economia, com informações e vídeos de profissionais de diversos estados brasileiros; realização do Fórum da Mulher Economista, durante o XXIII Congresso Brasileiro de Economia, que discutiu gênero, trabalho e mobilidade ocupacional- participaram como palestrantes as economistas Ana Cláudia Arruda Laprovitera, Norma Cristina Brasil Casseb, Mariana Ribeiro Jansen Ferreira e Cristiane Mancini -; envio de mensagem às economistas em comemoração ao Dia das Mães, divulgação de campanha institucional no site e nas redes sociais do Cofecon com a temática Outubro Rosa; e entrega do título Mulher Economista Destaque à economista Tania Bacelar, durante o XXIII CBE, pelas contribuições à Ciência Econômica e ao Sistema Cofecon/Corecons.

1.5.4 ESTATÍSTICAS ECONÔMICAS

Atribuições: Elaborar um banco de dados com informações de natureza econômica que possa subsidiar as atividades dos conselheiros. Elaborar proposta metodológica para a disponibilização sistemática de indicadores conjunturais e da percepção de tendências de comportamento das principais variáveis macroeconômicas pelo Cofecon para a categoria profissional dos economistas, setor empresarial e financeiro, acadêmicos de economia e setor público.

Componentes: Heric Santos Hossoé (Coordenador), Clician do Couto Oliveira, Flávia Vinhaes dos Santos e José Antônio Lutterbach Soares.

Interface: Maria Aparecida Carneiro.

Atividades: Atualização dos dados de 2019 referentes aos que já foram disponibilizados no site do COFECON, criação de grupo, via rede social, com membros da comissão para abordar a temática (WhatsApp); criação de Lista de e-mail para dinamizar a comunicação dos membros; e criação de formulário de avaliação da utilização dos dados pelos economistas e conselheiros.

1.5.5 RESPONSABILIDADE SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Atribuições: Estudar a implementação de programas de responsabilidade social e economia solidária no Sistema Cofecon/Corecons, de modo que suas ações impactem na sociedade de forma positiva.

Componentes: Denise Kassama Franco do Amaral (Coordenadora), Bianca Lopes de Andrade Rodrigues, Carlos Eduardo Soares de Oliveira Júnior, Henri Wolf Bejzman, Izabel Christina de Carvalho Colares Maia, Lauro Chaves Neto, Marcela Vieira, Pedro Henrique Guimarães, Teresinha de Jesus Ferreira da Silva e Thales de Souza Campos.

Interfaces: Danielle Costa Barbosa Giroto, Jane Lopes da Silva e Raphael Pacheco Filho.

Atividades: Em 2019, membros do Grupo de Trabalho participaram de reuniões realizadas pelo Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social.

1.5.6 TRANSPARÊNCIA

Atribuições: Conduzir o processo de implantação, aperfeiçoamento e disseminação da cultura de observância à transparência no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons, e zelar pelo cumprimento da Lei nº 12.527/2011.

Componentes: Clovis Benoni Meurer (Coordenador) e Maria Auxiliadora Sobral Feitosa.

Interfaces: Ana Claudia Ramos Pinto e Danyel Willian Santos Teófilo.

Atividades: O GT acompanhou os portais de todos os Corecons. Foram constatadas algumas pendências a serem corrigidas e, para evitar problemas para os gestores e para o Sistema Cofecon/Corecons, o grupo de trabalho providenciou um comunicado a todos os Corecons identificando-as para correção. Dessa forma, os Corecons puderam apresentar total transparência perante a classe de economistas e órgãos reguladores.

1.5.7 CONCURSO PÚBLICO DO SISTEMA COFECON/CORECONS

Atribuições: Realizar estudos e emitir um parecer sobre a viabilidade de continuar realizando o concurso público do Sistema Cofecon/Corecons.

Componentes: Wellington Leonardo da Silva (Coordenador).

Interfaces: Ana Claudia Ramos Pinto e Fábio Ronan Miranda Alves.

Atividades: O grupo de trabalho decidiu não realizar o concurso público em função de não estar pacificado, no Supremo Tribunal Federal, se o regime de contratação nos conselhos de fiscalização profissional é celetista ou estatutário. Há um processo judicial contra o Cofecon derivado de concurso público efetuado pela autarquia com vaga para todos os Conselhos Regionais de Economia, promovido por um profissional aprovado para uma vaga no Corecon-AP, que já não existe mais. Na ação, o concursado pleiteia que o Cofecon se responsabilize por alocá-lo em uma vaga em outro estado.

1.5.8 REDUÇÃO DOS GASTOS DO CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

Atribuições: Analisar e implementar ações de redução dos Gastos do Conselho Federal de Economia.

Componentes: Nelson Pamplona da Rosa (Coordenador), Wellington Leonardo da Silva e Maria Auxiliadora Sobral Feitosa.

Interfaces: Ana Claudia Ramos Pinto, Antonio Tolentino e José Luiz Pereira Barboza.

Atividades: Realização de estudos comparativos de receitas e despesas do Conselho Federal de Economia.

1.5.9 ECONOMISTA EMPREENDEDOR

Atribuições: Estimular o empreendedorismo entre os economistas brasileiros.

Componentes: Lauro Chaves Neto (Coordenador), Clovis Benoni Meurer e Denise Kassama Franco do Amaral.

Interfaces: Lilian de Souza Barbosa e Maria Aparecida Carneiro.

Atividades: Aplicação de pesquisa on-line para verificar o perfil empreendedor dos economistas brasileiros. De todas as respostas enviadas, 43% eram jovens de até 25 anos e 21% entre 26 e 30 anos. 28% já possuem negócio próprio e apenas 25% já eram registrados nos Corecons. O Grupo de Trabalho pretende realizar tratativas com o SEBRAE e os Bancos de Desenvolvimento para desenvolver ações em prol do Economista Empreendedor em todo o País.

1.5.10 ARTICULAÇÕES COM O CFA E CFC

Atribuições: Realizar articulações como CFA e CFC relativas ao andamento do PLS 658/2017.

Componentes: Wellington Leonardo da Silva (Coordenador), Paulo Brasil Corrêa de Mello, Paulo Dantas da Costa e Róridan Penido Duarte

Interfaces: Fábio Ronan Miranda Alves e Natália Lepsch Kenupp Batista

Atividades: O Cofecon e o CFA decidiram ajustar os processos de fiscalização de empresas das áreas econômica e administrativa promovidos pelos sistemas dos dois conselhos. Isso porque empresas com atuação econômica têm sido fiscalizadas pelos Conselhos Regionais de Administração em razão de estarem classificadas no mesmo grupo do CNAE utilizado ao registrar um negócio. Tal classificação também inclui atividades de outras profissões. O código é genérico e abarca diversas atividades privativas da Administração e da Economia, o que pode acarretar na fiscalização por parte dos dois conselhos. O presidente do Cofecon e do CFA concordaram que, caso a empresa comprove que está registrada no Corecon ou CRA do seu estado, os processos de fiscalização serão automaticamente encerrados. Além disso, todas as vezes em que houver a fiscalização e for identificada a necessidade de registro na área de administração ou economia, o respectivo conselho será informado.

Em reunião, representantes do Cofecon, CFA e CFC definiram agir de comum acordo, respeitando as áreas cujas atividades são compartilhadas entre os profissionais de Economia, Administração e Contabilidade. Ambos presidentes celebraram o compromisso de atuarem em conjunto, em prol dos profissionais.

1.6 SESSÕES PLENÁRIAS

688ª SESSÃO PLENÁRIA

Resolução nº 1.999, de 4 de Fevereiro de 2019-Institui a moratória, em caráter excepcional, para pagamento de débitos e prorroga a vigência da intervenção perante o Conselho Regional de Economia da 23ª Região - Corecon/AC, e dá outras providências.

Resolução nº 2.001, de 4 de Fevereiro de 2019-Designa composição da Comissão de Licitação do Cofecon.

Resolução nº 2.002, de 4 de fevereiro de 2019-Designa composição da Comissão de Tomada de Contas do Cofecon para o exercício 2019.

Resolução nº 2.003, de 04 de Fevereiro de 2019-Dispõe sobre o Regulamento do XXV Prêmio Brasil de Economia.

Resolução nº 2.004, de 4 de Fevereiro de 2019-Aprova o Regulamento da IX Gincana Nacional de Economia - 2019.

Deliberação nº 4.914, de 14 de Dezembro de 2019- Anulação da Deliberação nº 4.909, de 05 de dezembro de 2018, não homologação do Dossiê Eleitoral do Conselho Regional de Economia da 2ª Região – Corecon/SP, referente ao pleito de 2018, e determinação de realização de eleição extraordinária. (Processo nº 18.807/2019)

Deliberação nº 4.915, de 4 de Fevereiro de 2019- Altera dispositivos da Deliberação nº 4.851, de 11 de abril de 2016, que institui o normativo de pessoal para cargos e funções de livre provimento do Conselho Federal de Economia, e dá outras providências.

689ª SESSÃO PLENÁRIA

Resolução nº 2.000, de 25 de Março de 2019- Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero do profissional Economista no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons e dá outras providências.

Resolução nº 2.005, de 25 de Março de 2019-Aprova alterações na Seção 2 da Consolidação da Legislação da Profissão de Economista – A profissão de economista – o acesso à profissão e o campo profissional. 2.3 – O campo profissional do economista. 2.3.1 – As atividades desempenhadas pelo economista – para regulamentar as iniciativas com o objetivo de promover a formação dos profissionais das respectivas jurisdições por meio da realização de cursos de perícia econômico-financeira e definir regras para concessão de auxílio financeiro.

Resolução n 2.006, de 25 de Março de 2019-Aprova o Regulamento do 4º Desafio Quero ser Economista - 2019.

Resolução nº 2.007, de 25 de Março de 2019.Institui e aprova o novo Regimento Interno do Conselho Regional de Economia da 23ª Região - AC e dá outras providências.

Resolução nº 2.008, de 1º de Abril de 2019.Prorroga, em caráter excepcional, a vigência do prazo da moratória para pagamento de débitos perante o Conselho Regional de Economia da 23ª Região – AC.

Deliberação nº 4.916, de 25 de Março de 2019 - Alterar a Deliberação nº 614, de 28 de março de 2013, do Conselho Regional de Economia da 23ª Região – AC, a qual dispõe sobre a regulamentação da estrutura administrativa e da normativa para contratação de pessoal comissionado e dá outras providências.

Deliberação nº 4.917, de 25 de Março de 2019 -Homologa processos contábeis apreciados na 689ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

Deliberação nº 4.918, de 25 de Março de 2019 - Homologa os processos administrativos apreciados na 689ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

Deliberação nº 4.919, de 25 de Março de 2019-Aprova o registro, nos Conselhos Regionais de Economia, dos egressos do curso de Bacharelado em Finanças da Universidade Federal do Ceará (Campus Sobral).

Deliberação nº 4.920, de 25 de Março de 2019- Aprova o registro nos Conselhos Regionais de Economia dos egressos do Curso de Graduação em Relações Econômicas Internacionais da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Deliberação nº 4.921, de 28 de Março de 2019- Homologa o Dossiê Eleitoral do Conselho Regional de Economia da 2ª Região – Corecon-SP, referente ao pleito extraordinário de 2018.

690ª SESSÃO PLENÁRIA

Resolução nº 2.009, de 27 de Maio 2019-Aprova o Regulamento Geral de Conduta a ser aplicado aos profissionais registrados nos Corecons com base na Resolução nº 1.997, de 03 de dezembro de 2018, que trata da possibilidade de registro dos egressos dos cursos de bacharelado conexos ao de Ciências Econômicas.

Resolução nº 2.010, de 27 de Maio de 2019-Dispõe sobre o registro dos diplomados em Finanças nos Conselhos Regionais de Economia, e dá outras providências.

Resolução nº 2.011, de 27 de Maio de 2019-Dispõe sobre o registro nos Conselhos Regionais de Economia, dos diplomados em Relações Internacionais, e dá outras providências.

Resolução nº 2.012, de 30 de Maio de 2019-Aprova o calendário para a realização do processo eleitoral por meio de sistema eletrônico no exercício de 2019, e dá outras providências.

Deliberação nº 4.922, 27 de Maio de 2019-Homologa processos contábeis apreciados na 690ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

Deliberação nº 4.923, de 27 de Maio de 2019-Homologa os processos administrativos apreciados na 690ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

Deliberação nº 4.924, de 27 de Maio de 2019- Não homologar a remissão dos créditos referentes ao exercício de 2015 do Conselho Regional de Economia da 26ª Região – AP, aprovado pelo Conselho Regional de Economia da 9ª Região – PA/AP.

Deliberação nº 4.925, de 27 de Maio de 2019- Reajusta os valores das Tabelas Salariais do Plano de Cargos e Salários - PCS e Gratificações dos cargos de livre provimento.

Deliberação nº 4.926, de 18 de Junho de 2019 - Reconhecer a não configuração de desvio de finalidade do Conselho Regional de Economia da 14ª Região-MT ao elaborar o estudo reavaliativo de preços e insumos, custos e tarifa rodoviária intermunicipal do Estado do Mato Grosso.

691ª SESSÃO PLENÁRIA

Resolução nº 2.013, de 12 de Julho de 2019-Encerra a intervenção decretada no Conselho Regional de Economia da 23ª Região – AC e dá outras providências.

Resolução nº 2.014, de 5 de Agosto de 2019-Prorroga o prazo de inscrições no XXV Prêmio Brasil de Economia - PBE.

Resolução nº 2.015, de 5 de Agosto de 2019-Altera dispositivos da Resolução nº 1.945, de 30 de novembro de 2015, que dispõe sobre o Normativo de Procedimentos para Registro de Profissionais junto aos Conselhos Regionais de Economia.

Resolução nº 2.016, de 5 de Agosto de 2019-Altera dispositivos da Resolução nº 1.853, de 28 de maio de 2011, que dispõe sobre o Manual de Arrecadação do Sistema Cofecon/Corecon, e da Consolidação da Legislação da Profissão de Economista.

Resolução nº 2.017, de 5 de Agosto de 2019-Altera dispositivos da Resolução nº 1.945, de 30 de novembro de 2015, que dispõe sobre o Normativo de Procedimentos para Registro de Profissionais junto aos Conselhos Regionais de Economia.

Deliberação nº 4.927 de 24 de Junho de 2019- Homologa a 1ª Reformulação do Orçamento do Exercício de 2019 do CORECON-SC.

Deliberação nº 4.928, de 6 de Agosto de 2019-Homologa os processos administrativos apreciados na 691ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

Deliberação nº 4.929, de 5 de Agosto de 2019- Homologa processos contábeis apreciados na 691ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

Deliberação nº 4.930, de 5 de Agosto de 2019-Indeferir o pedido de reconsideração relativo à remissão dos créditos referentes ao exercício de 2015 do Conselho Regional de Economia da 26ª Região – AP, aprovado pelo Conselho Regional de Economia da 9ª Região – PA/AP.

Deliberação nº 4.932, de 5 de Agosto de 2019- Altera a Deliberação nº 4,925, de 27 de maio, de 2019, que reajusta os valores das Tabelas Salariais do Plano de Cargos e Salários - PCS e Gratificações dos cargos de livre provimento.

Deliberação nº 4.931, de 15 de Agosto de 2019 - Concede auxílio financeiro ao CORECON-SC para a realização do XXIII Congresso Brasileiro de Economia.

Deliberação nº 4.932, de 5 de Agosto de 2019- Altera a Deliberação nº 4,925, de 27 de maio de 2019, que reajusta os valores das Tabelas Salariais do Plano de Cargos e Salários - PCS e Gratificações dos cargos de livre provimento.

692ª SESSÃO PLENÁRIA

Resolução nº 2018, de 9 de Setembro 2019-Prorroga o prazo de candidaturas para escolha do local do próximo Congresso Brasileiro de Economia – CBE.

Resolução nº 2.019, de 13 de Setembro de 2019-Altera a Resolução 2.001, de 4 de fevereiro de 2019 - composição da Comissão de Licitação do Cofecon.

Resolução nº 2.020, de 21 de Outubro 2019-Modifica as regras para as atividades de arbitragem e mediação previstas na Consolidação da Legislação da Profissão de Economista.

Resolução nº. 2.021, 21 de Outubro de 2019-Fixa os valores das anuidades, bem como dos emolumentos e multas devidos pelas pessoas físicas e jurídicas aos Conselhos de Economia, para o exercício de 2020 e dá outras providências.

Resolução nº 2.022, de 21 de Outubro de 2019-Altera dispositivo da Resolução nº 1.945, de 30 de novembro de 2015, que dispõe sobre o Normativo de Procedimentos para Registro de Profissionais junto aos

Conselhos Regionais de Economia.

Deliberação nº 4.933, DE 25 de Setembro de 2019- Concede auxílio financeiro ao CORECON-SC para a realização do IX Gincana Nacional de Economia.

Deliberação nº 4.934, de 30 de Setembro de 2019- Conhecer e negar provimento ao recurso interposto em face de decisão proferida pelo Plenário do Conselho Regional de Economia da 2ª Região – SP, que indeferiu o recurso apresentado pela Chapa 01 – Ética, Participação e Valorização Profissional, mantendo os registros das chapas inscritas.

Deliberação nº 4.935, de 1º de Outubro de 2019- Homologa os resultados do XXV Prêmio Brasil de Economia-2019.

693ª SESSÃO PLENÁRIA

Resolução nº 2.023, de 2 de Dezembro de 2019-Altera a Resolução nº 1.945, de 30 de novembro de 2015, que dispõe sobre os Procedimentos para Registro de Profissionais junto aos Conselhos Regionais de Economia.

Resolução nº 2.024, de 2 de Dezembro de 2019-Altera a Resolução nº 1.853, de 28 de maio de 2011, que dispõe sobre Manual de Arrecadação do Sistema Cofecon/Corecon.

Resolução nº 2.025, de 2 de Dezembro 2019-Altera a Resolução nº 1.868, de 31 de março de 2012, que define as bases referencias para valoração dos honorários por serviços prestados por economistas profissionais e por empresas prestadoras de serviços de economia e finanças e institui o Valor da Hora de Trabalho de Economia – VHTE.

Resolução nº 2.026, de 2 de Dezembro 2019-Altera dispositivos da Resolução nº 1.883, de 29 de novembro de 2012, que dispõe sobre a padronização de dados de registro dos profissionais e pessoas jurídicas inscritos no Sistema Cofecon/Corecons.

Deliberação nº 4.936, de 29 de Novembro de 2019 - Homologa os Dossiês Eleitorais dos Conselhos Regionais de Economia referentes ao exercício de 2019, considerando as ressalvas e as condições constantes dos pareceres da Comissão Eleitoral do Cofecon.

Deliberação nº 4.937, de 3 de Dezembro 2019- Homologa os processos administrativos apreciados na 693ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

Deliberação nº 4.938, 2 de Dezembro de 2019-Homologa processos contábeis apreciados na 693ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

Deliberação nº 4.939, 2 de Dezembro de 2019-Indefere solicitação de auxílio financeiro na modalidade empréstimo ao Conselho Regional de Economia da 16ª Região – SE.

Deliberação nº 4.940, 02 de Dezembro de 2019-Aprova o registro, nos Conselhos Regionais de Economia, dos egressos dos cursos de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Pará (UEPA) e da Universidade da Amazônia (UNAMA).

694ª SESSÃO PLENÁRIA

Resolução Nº 2.027, 16 de dezembro de 2019. Dispõe sobre o Concurso de Resenhas do Conselho Federal de Economia – Cofecon e da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas – Ange.

Deliberação nº 4.941, 16 de Dezembro de 2019-Aprova o registro, nos Conselhos Regionais de Economia, dos egressos dos cursos de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade de Vila Velha – UVV.

Deliberação nº, 16 de Dezembro de 2019-Homologa processos contábeis apreciados na 694ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

1.7 DEMANDAS DOS CORECONS NAS SESSÕES AMPLIADAS

Em 2019, foram realizadas duas sessões plenárias ampliadas, onde reuniram-se os conselheiros federais e os presidentes dos Conselhos Regionais de Economia, sendo a primeira em fevereiro e a segunda em outubro, durante o XXIII Congresso Brasileiro de Economia. Os presidentes dos Corecons apresentaram uma série de demandas ao Cofecon. Registramos o tratamento dado a cada um dos pedidos recebidos para evitar a repetição exaustiva de demandas já solucionadas.

ASSUNTO	STATUS
Normativos sobre Perícia Econômica e Financeira - Compilação e Atualização - Corecon-BA	Em Andamento – A demanda foi distribuída a Comissão de Perícia Econômico-Financeira e Mediação e Arbitragem
Crise financeira dos Conselhos Regionais - alternativas para superação -Corecon-BA	Em Andamento – A demanda foi distribuída a Comissão de Planejamento Estratégico, Modernização e Qualidade da Gestão.
ASSUNTO	STATUS
PEC 108/2019 sobre Conselhos Profissionais - enfrentamento em nível nacional - Corecon-BA	Em Andamento - A demanda está sendo acompanhada pelo Cofecon, porém, conforme encaminhamentos dos debates ocorridos por ocasião da 692ª Sessão Plenária do Cofecon, os Regionais que já tenham tomado medidas deverão informar as iniciativas referentes à PEC 108/2019 em âmbito regional para fins de acompanhamento e divulgação no portal da Autarquia. Aqueles que ainda não o fizeram devem iniciar o processo com urgência.
Autorização para registros de profissionais egressos de cursos de graduação em finanças e comércio exterior (grade curricular relacionada ao curso de economia). -Corecon -CE	Atendido- O curso de graduação em finanças foi regularizado pela Resolução 2.010/2019. E o curso de relações internacionais pela Resolução 2.011/2019. Resalta-se que todos os cursos deverão ser analisados pela Comissão de Educação.
Possibilidade de contratação de “Fintech” para emissão de boletos; -Corecon-CE	Em Andamento– A demanda foi distribuída para análise do Setor Jurídico e posteriormente à Comissão de Planejamento Estratégico, Modernização e Qualidade da Gestão.
Apresentação em Plenária de informações de cada Regional, como receita, despesa, inadimplência, número de servidores etc. -Corecon-CE	Em Andamento – A demanda foi distribuída a Comissão de Planejamento Estratégico, Modernização e Qualidade da Gestão.

<p>Situação dos Economistas do Amapá (remissão dos débitos do exercício de 2015). Corecon - PA/AP</p>	<p>Concluído - Respondido durante a realização da 692ª Sessão Plenária do Cofecon que a solicitação de remissão de débitos do exercício de 2015 de economistas do Corecon-AP já foi analisada em duas plenárias consecutivas do Cofecon. Portanto, não há fatos novos que ensejem nova análise pelo Plenário. Importante ressaltar que junto à informação da negativa da remissão foram enviadas instruções sobre os procedimentos administrativos a serem adotados para que sejam esgotadas as etapas de cobrança administrativa antes de se adentrar às etapas judiciais da cobrança.</p>
<p>Diagnóstico da situação dos Corecons quanto ao equilíbrio econômico-financeiro, aumento de pedidos de suspensão ou cancelamento de registros, vis a vis a adoção de medidas mais efetivas que garantam a exigência do registro dos profissionais no exercício da profissão, nos setores onde não estamos conseguindo uma fiscalização efetiva, notadamente órgãos públicos das administrações direta e indireta, empresas públicas, bancos públicos e autarquias. Corecon-MG</p>	<p>Em Andamento – A demanda será distribuída para análise da Comissão de Normas, Legislação e Ação Parlamentar.</p>
<p>Inserção de ensino de Economia no Ensino Médio. Formular e executar um Plano de Ação para que haja a inserção do Ensino de Economia no Ensino Médio, junto aos órgãos competentes.-Corecon-DF</p>	<p>O Presidente reuniu-se com o conselheiro Rafael Lucchesi Pamacciotti, do Conselho Nacional de Educação (CNE), e foi informado de que a nova grande curricular já contempla o pleito</p>
<p>Certificação profissional do Corecon-DF.</p>	<p>Concluído</p>
<p>Divulgação do Guia de Orientação Profissional para o exercício da profissão de economista, elaborado pelo Corecon-DF, a fim de distribuir aos gestores de recursos humanos dos setores público e privado. Corecon-DF</p>	<p>Concluído– Foram entregues a cada Corecon um guia de orientação profissional e um guia de perícia econômico-financeira. O Cofecon reproduziu e distribuiu o Guia de Orientação Profissional ao Sistema Cofecon/Corecons.</p>
<p>Divulgação do Guia de Perícia Econômico-Financeira, lançado no Fórum de Perícia Econômico-Financeira promovido pelo Corecon-DF</p>	<p>Em Andamento – O Guia foi distribuído para Comissão Perícia Econômico-Financeira e Mediação e Arbitragem.</p>
<p>Metodologia de rateio do Sistema Contábil.-Corecon-AM</p>	<p>Em Andamento - Remetido para a 693ª Sessão Plenária Ordinária do Cofecon.</p>
<p>Que o Cofecon faça uma exposição sobre o andamento do processo licitatório para contratação de novo sistema cadastral e contábil e forneça detalhes sobre os aperfeiçoamentos requeridos; -Corecon-MA</p>	<p>Concluído – Os processos licitatórios foram finalizados em ambos os sistemas.</p>
<p>Que seja examinada, junto ao Senado Federal, a possibilidade de desarquivamento do Projeto de Lei que atualiza a regulamentação da profissão de economista; -Corecon-MA</p>	<p>Encaminhado para Comissão de Normas, Legislação e Ação Parlamentar.</p>
<p>Que o Cofecon promova cursos de capacitação on-line para economistas de todo País, destinando uma parcela das receitas auferidas aos Conselhos Regionais de Economia, proporcionalmente ao número de inscritos;-Corecon-MA</p>	<p>Em Andamento - Demanda em análise pela Comissão de Educação do Cofecon, por meio da Escola de Educação Continuada J.M. Keynes.</p>

<p>Implantação do Cadastro Nacional de Economistas, para verificação de registro em outro Corecon quando o economista for transferido ou para fins de inscrição de novo registro. Revisão de procedimentos administrativos atuais; -Corecon-SE</p>	<p>Pendente- Informou que o Cadastro Nacional dos Economistas já foi regulado pe Resolução 1.918, de 2014, mas ainda não foi implementado por dificuldades técnicas do atual sistema utilizados pelos Corecons, pretendendo-se saná-las a partir da contratação do novo sistema cadastral.</p>
<p>Que o Cofecon aprove um layout diferenciado de carteira para o registro na indisponibilidade do diploma, a fim de viabilizar a entrega aos formandos no dia da colação de grau. Que essa carteira possa ser confeccionada pelo próprio Corecon, com custo baixo e acessível, visto que o prazo de validade desse tipo de registro é de apenas um ano;Corecon-GO</p>	<p>Em Andamento – Demanda foi distribuída para a Comissão de Normas, Legislação e Ação Parlamentar.</p>
<p>Necessidade de buscar alternativas para contratação de Fiscal, considerando a realidade de vários Corecons, como o Corecon-GO, que está sem fiscal há quatro anos e não tem condições financeiras para a realização de concurso público; Corecon-GO</p>	<p>Sobrestado – O Presidente do Cofecon informou que estão sendo impugnados, pelos Tribunais, vários editais de concurso para que ocorra o enquadramento dos empregados no Regime Jurídico Único. Porém, não há decisão definitiva ou mesmo regulamentação da matéria pelo STF. Até que haja tal definição, o Cofecon não promoverá concursos nacionais para o Sistema. Os Corecons não ficam impedidos de adotar iniciativas individuais no âmbito de suas jurisdições. Além disso, informou a existência de processo judicial referente a concursado aprovado, contudo, como o Corecon para a qual a vaga estava destinada foi extinto, o Cofecon deverá assumir a responsabilidade de promover a nomeação e lotação do candidato aprovado.</p>
<p>Possibilidade de modificação do texto ou exclusão do Artigo 67 do Regimento atual (modelo padrão do Cofecon), tendo em vista que os Corecons de pequeno porte não têm condições financeiras de publicação de seus atos por conta do custo alto: “Art. 67. Serão publicados em jornal oficial ou em órgão de imprensa de grande circulação os atos relativos a concursos, licitações e aqueles que venham a gerar efeitos perante terceiros alheios ao Corecon/UF, sendo publicados no Diário Oficial do Estado ou da União aqueles atos cuja publicação seja exigida por lei específica”; -Corecon-SE</p>	<p>Em Andamento – A demanda foi distribuída à Comissão de Normas, Legislação e Ação Parlamentar.</p>
<p>Alteração de datas de atividades envolvendo estudantes, a exemplo do Desafio “Quero Ser Economista”, para evitar que fiquem próximas do ENEM, o que dificulta o contato com as coordenações das escolas e com os estudantes do ensino médio; Corecon-SE</p>	<p>Atendido – Em votação, foi aprovada a nova data de maio para realização do Desafio Quero Ser Economista.</p>

<p>O Cofecon concederá um apoio financeiro de até R\$ 100 mil reais e Corecon-PB entrará com uma contrapartida de ao menos 20% do total aportado pelo federal, ou seja, no mínimo R\$ 20 mil reais;</p> <p>Além disso, caberá ao Cofecon o aporte de R\$ 30 mil para a Gincana;</p> <p>O restante virá dos apoios obtidos junto aos demais conselhos regionais com base nos seus ECVs;</p>	<p>Concluído – Os processos licitatórios foram finalizados em ambos os sistemas.</p>
<p>Sem inibir o cumprimento de um plano de patrocínios externos; Seriam isentos os presidentes dos Regionais, outros definidos em comum acordo com o Cofecon, além das duplas regionais da Gincana., que teriam suas hospedagens garantidas;</p> <p>Por fim, em caso de resultado financeiros positivos, até por força dos patrocínios externos, estes seriam rateados proporcionalmente à contribuição de cada órgão do sistema ou até pensar no repasse ou formação de um fundo para o próximo evento na ordem cronológica do calendário.-Corecon-PB</p>	<p>Em Andamento – A demanda será distribuída para análise da Comissão de Normas, Legislação e Ação Parlamentar.</p>
<p>Autorização do Cofecon para a ampliação do parcelamento das anuidades em até 12 vezes, desde que mediante o uso do cartão de crédito e com os custos do parcelamento assumidos voluntariamente pelo economista;</p> <p>-Corecon-RR</p>	<p>Em Andamento – O Setor Jurídico está analisando a demanda.</p>
<p>Autorização para registros de profissionais egressos de cursos de graduação em finanças e comércio exterior (grade curricular relacionada ao curso de economia).</p> <p>Corecon-CE</p>	<p>Em Andamento - Comissão de Educação – Ofício nº387/2019/Cofecon- Encaminhar para comissão de Normas, Legislação e Ação Parlamentar</p>
<p>Implantação do Programa Nacional de Recuperação de Créditos. Corecon-PA/AP</p>	<p>Sobrestado</p>
<p>Metodologia de Rateio do novo sistema contábil.</p> <p>-Corecon-RR</p>	<p>Em Andamento- Remetido para a 693ª Sessão Plenária Ordinária do Cofecon.</p>
<p>Validação pelo Cofecon da presença virtual de conselheiros, por meio de videoconferência ou outros meios de comunicação disponíveis, como quórum qualificado para composição das Sessões Ordinárias e Extraordinárias;</p> <p>-Corecon-RO</p>	<p>Em Andamento - Em análise na Comissão de Normas, Legislação e Ação Parlamentar</p>
<p>Adoção da digitalização e tramitação eletrônica de documentos como procedimento padrão no Sistema Cofecon/ Corecons, nos termos e padrões adotados pelo Governo Federal; -Corecon-RO</p>	<p>Em Andamento - Comissão de Planejamento Estratégico- Ofício XX de 20/02/2019</p>
<p>Que seja examinada, junto ao Senado Federal, a possibilidade de desarquivamento do Projeto de Lei que atualiza a regulamentação da profissão de economista;</p> <p>-Corecon-MA</p>	<p>Em Andamento</p>
<p>Que o Cofecon promova cursos de capacitação on-line para economistas de todo País, destinando uma parcela das receitas auferidas aos Conselhos Regionais de Economia, proporcionalmente ao número de inscritos;</p> <p>-Corecon-MA</p>	<p>Em Andamento</p>

1.8 AUXÍLIOS E DOAÇÕES AOS CONSELHOS

Interessado	Assunto	Concessão	Valor Concedido
Corecon-MG	Auxílio -Seminário Corecon Acadêmico	685º Sessão Plenária	R\$ 5.000,00
Corecon-SC	XXIII CBE e IX GNE	685º Sessão Plenária	R\$ 130.000,00
Corecon-AM	XI ENAM	685º Sessão Plenária	R\$ 3.500,00
Corecon - GO	Auxílio – Reforma de Sede	690º Sessão Plenária	R\$ 7.234,48
Ass. keynesiana	XII Encontro da Associação Keynesiana Brasileira	690º Sessão Plenária	R\$ 5.000,00
Corecon- RN	Apoio Financeiro para o XVIII Prêmio RN	690º Sessão Plenária	R\$ 3.000,00
ENECO	Apoio para XLV Encontro nacional de Estudantes de Economia Apoio para XLV Encontro nacional de Estudantes de Economia	690º Sessão Plenária	R\$ 5.000,00
Interessado	Assunto	Concessão	Valor Concedido
ANGE	Auxílio Financeiro – XXXIV Congresso da ANGE	690º Sessão Plenária	R\$ 10.000,00
Corecon-PE	Apoio Financeiro para o XIII Prêmio PE Dirceu Pessoa	691º Sessão Plenária	R\$ 3.000,00
Corecon-ES	Apoio Financeiro para o XXIV Prêmio ES	691º Sessão Plenária	R\$ 3.000,00
Corecon-BA	Apoio Financeiro para o Prêmio Jairo Simões 2019	691º Sessão Plenária	R\$ 3.000,00
Corecon-GO	Apoio Financeiro para o Prêmio Leopoldo de Bulhões	691º Sessão Plenária	R\$ 3.000,00
Corecon-RO	Apoio Financeiro - VIII Prêmio Rondônia de Monografia	691º Sessão Plenária	R\$ 3.000,00
Corecon-AL	Apoio Financeiro: VII Prêmio	691º Sessão Plenária	R\$ 3.000,00
Corecon-RS	III Encontro de Economistas	691º Sessão Plenária	R\$ 5.000,00
Corecon-MT	IX ENEOESTE	691º Sessão Plenária	R\$ 6.500,00

1.9 ELEIÇÕES NO SISTEMA COFECON/CORECONS

Todos os anos, no mês de outubro, os economistas brasileiros escolhem um terço de seus representantes regionais por meio de eleições diretas. Nos dias 29 a 31 de outubro mais de sete mil economistas participaram do processo eleitoral, realizado de forma eletrônica por meio de um sistema único.

“Mantendo nosso compromisso, conseguimos avançar no aprimoramento, não só da plataforma digital, mas também nos procedimentos do processo eleitoral, simplificando-os de forma a permitir uma maior participação dos economistas”, ponderou o presidente da Comissão Eleitoral do Cofecon, Antonio Melki Júnior.

“Nossa expectativa de que o número de votantes crescesse significativamente em relação ao ano passado se realizou, pois avançamos de 5 mil para mais de 7 mil economistas participando do processo eleitoral, e decidindo quem ocupará os postos de gestão de seus CORECONS. Isto é de suma importância, pois as ações deles têm impacto direto em suas vidas profissionais”, afirmou o presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva.

Desde 2015 o processo eleitoral é realizado por meio de uma plataforma digital. Além de representar uma modernização, a votação eletrônica facilita a participação dos economistas, permitindo que votem onde quer que estejam, e ainda aumenta a eficiência do processo e garante a privacidade e o sigilo do voto. Todo o procedimento é feito na internet, desde o cadastro de senha para votação até a apuração dos votos. O sistema foi desenvolvido pela Scytl, empresa especializada em tecnologias e soluções para eleições eletrônicas.

Para garantir a segurança e confiabilidade do sistema, todo o processo eleitoral, do início ao fim, é acompanhado por uma auditoria externa independente – neste caso, feita pela empresa The Perfect Link. A auditoria externa é um importante mecanismo que atesta a lisura do pleito e a conformidade do sistema eleitoral. Essa sistemática é fundamental para garantir a segurança e a eficácia da democracia no Sistema Cofecon/Corecons.

2. AÇÕES INTERNAS

2.1 PROCURADORIA JURÍDICA

A Procuradoria Jurídica do Conselho Federal de Economia (Cofecon) é responsável pelo tratamento de demandas jurídicas e administrativas da Autarquia, assim como por representar os interesses do Conselho nas esferas judiciais e extrajudiciais perante os Poderes Públicos, além de prestar consultoria e assessoramento jurídico.

Ademais, o setor lida com matéria jurídica de média ou grande complexidade, seja mediante pareceres opinativos, seja mediante despachos jurídicos envolvendo matérias e questões eminentemente de cunho jurídico, elaboração de pareceres, prestação de auxílio aos Conselhos Regionais de Economia e aos demais setores do Cofecon.

A Procuradoria Jurídica também acompanha e atua nos trabalhos das Comissões de Normas e Legislação, bem como nos trabalhos da Comissão Permanente de Licitação, entre outras.

Destaca-se, ainda, como papel de atuação da Procuradoria, o trabalho de assessoramento jurídico junto às Sessões Plenárias que ordinariamente são realizadas, na participação nas reuniões e todos os demais eventos que envolvem o Cofecon, em especial aqueles relacionados ao Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, em seus mais diversos assuntos, ao Conselho Nacional de Justiça, no que tange à recuperação dos créditos, à Frente Parlamentar em Defesa dos Conselhos Profissionais, entre outros.

Quanto aos trabalhos desempenhados durante o exercício de 2019 pela Procuradoria, destacam-se a atuação em vários processos judiciais que tramitam nas diversas esferas e instâncias do Poder Judiciário, em especial perante a primeira e a segunda instância da Justiça Federal e da Justiça Trabalhista.

No âmbito da Justiça do Trabalho, esta Procuradoria atuou em 06 (seis) processos, sendo em primeira instância quatro relacionados a alegado desvio de função, uma ação civil pública sobre a parcela de vantagem pecuniária individual e uma reclamação trabalhista. Além disso, junto ao Tribunal Superior do Trabalho, a atuação deu-se em processo que discute a concessão do benefício do plano de saúde aos empregados do Conselho.

Por sua vez, campo cível, tem-se os seguintes processos em tramitação que são acompanhados por esta Procuradoria Jurídica:

- Justiça Federal do Distrito Federal: 16
- Justiça Federal de São Paulo: 07
- Tribunal Regional Federal da 1ª Região: 20
- Tribunal Regional Federal da 3ª Região: 01
- Supremo Tribunal Federal: 03

Destacam-se, entre as ações judiciais, inicialmente, aquela que tramita junto ao Tribunal Superior do Trabalho, a qual discute a concessão do benefício do plano de saúde aos empregados do Conselho.

Atualmente, ela se encontra conclusa para decisão do Ministro quanto aos Embargos de Declaração opostos pelo Cofecon, em razão de decisão contrária aos interesses da Autarquia.

Relata-se, ainda na seara trabalhista, que em fevereiro deste ano foi efetuado o pagamento da segunda e última parcela devida ao Espólio de Elifas Levi Lisboa, por conta de decisão judicial transitada em julgado, no valor de R\$ 345.003,74, o que totalizou a quantia de R\$ 663.697,23.

Além dessas, há que se destacar, já na esfera cível, os litígios no estado de São Paulo, em especial os envolvendo o Corecon/SP. Primeiramente, tem-se o caso que trata sobre o processo eleitoral de 2016, no qual há o pedido para anulação da eleição com tutela de urgência, a qual foi concedida e suspendeu a decisão administrativa do Cofecon, permitindo, assim, que os eleitos tomassem posse. Ocorre que até o presente momento não houve uma decisão definitiva e tem-se que o processo está na iminência de perder seu objeto, uma vez que o triênio dos eleitos em 2016 se encerra em 2019.

Outra demanda também ajuizada em 2017, trata sobre o repasse da cota-parte. Nesta, o Cofecon teve seus interesses satisfeitos em decisão de 1º grau e, atualmente, encontra-se em grau recursal aguardando julgamento definitivo.

Novamente sobre processo eleitoral, ainda em 2017, tem-se demanda judicial de impugnação pelo Corecon/SP da resolução do Cofecon que dispunha que a realização das eleições do sistema seria de forma eletrônica. Em 1º grau, o Cofecon saiu vitorioso, de modo que a resolução se manteve inalterada. No entanto, inconformado, o Corecon/SP interpôs embargos de declaração contra sentença, de modo que estes ainda se encontram pendentes de julgamento pelo juízo de 1ª instância.

Em 2018, tem-se outra ação ajuizada pelo Corecon contra o Cofecon para anular a decisão do plenário que determinou pleito extraordinário em São Paulo. A petição inicial veio com pedido de liminar, a qual não foi concedida. Desse modo, a eleição extraordinária foi realizada e as despesas dela decorrentes foram pagas pelo Corecon/SP. Atualmente, o presente processo ainda se encontra em 1º grau, concluso para sentença.

Importa ressaltar que nos citados litígios judiciais envolvendo o Corecon/SP, observou-se uma sinalização de intenção, por parte do Corecon, em formalizar acordos para por termo nos processos.

Na justiça de São Paulo, por fim, tem-se, ainda, ação movida por ex-presidente do Corecon/SP contra o Cofecon e outros, pedindo suspensão de processo administrativo de apuração de responsabilidade, bem como danos morais. Ocorre que no pedido inicial também se solicitou liminar suspendendo o processo administrativo, a qual foi concedida pelo juízo em São Paulo e encontra-se eficaz até hoje.

Ademais, a Procuradoria Jurídica do Cofecon, por meio dos instrumentos jurídicos apropriados conseguiu o declínio da competência da justiça de São Paulo para a do Distrito Federal, de modo a facilitar o acesso aos autos, bem como evitar maiores despesas com processo (como passagens aéreas). Atualmente, a referida ação encontra-se ainda em 1ª instância e sem sentença proferida.

Por conseguinte, há que se relatar algumas ações que tramitam na justiça federal do Distrito Federal. Inicialmente, tem-se ação movida pela empresa Implanta Informática Ltda. em razão de processo licitatório, edital 01/2019/Cofecon, onde esta foi inabilitada por que deixou de apresentar cópia dos contratos.

Não obstante a empresa tenha requerido medida liminar com a finalidade de suspender o processo administrativo, tal medida, após a defesa realizada por esta Procuradoria Jurídica, não foi concedida pelo juízo de 1º grau, estando atualmente pendente decisão de 2º grau em via de agravo de instrumento.

Houve também uma decisão desfavorável ao Cofecon em Ação Cível Pública na qual se buscava obter tutela para que o IBGE retifique o edital n. 01/2015 com relação às exigências de qualificação dos candidatos para incluir entre os requisitos a inscrição no Conselho Regional de Economia das respectivas jurisdições. A demanda proposta foi julgada improcedente e o Cofecon foi condenado ao pagamento de honorários de sucumbência, destacando que as atividades desempenhadas pelos empregados do IBGE não exigem conhecimentos adstritos à profissão de economista.

Destaque para as duas demandas judiciais propostas por este Conselho Federal de Economia em desfavor do Banco da Amazônia S.A. – BASA e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, nos anos de 2018 e 2019, respectivamente.

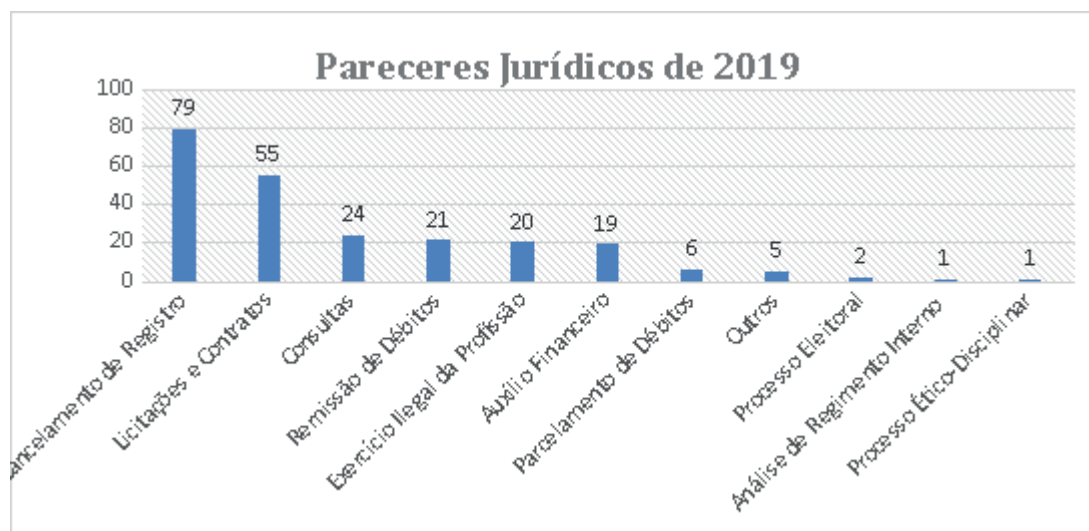
Inicialmente, é importante destacar que os dois processos judiciais são semelhantes em seus requerimentos, uma vez que ambos objetivam a condenação dos respectivos réus consistente por adotarem as providências necessárias à observância da legislação da profissão que rege os economistas, em especial no sentido de exigir que apenas os economistas, devidamente registrados, sejam os profissionais habilitados a assinar e serem os responsáveis por todas e quaisquer análises de viabilidade econômico-financeira a serem apresentadas, para fins de concessão de incentivos fiscais.

Ademais, quanto ao processo contra a SUDAM, tem-se que a petição inicial foi protocolada em 23/07/2019, tombada sob o nº 1019931-25.2019.4.01.3400 e encontra-se ainda em trâmite na primeira instância, sem decisão provisória ou definitiva sobre o mérito, na 1ª Vara Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Por fim, quanto a demanda contra o BASA, tem-se que esta foi proposta em 04/10/2018, sob o nº 1020961-32.2018.4.01.3400 e ainda se encontra em trâmite na primeira instância, sem decisão provisória ou definitiva sobre o mérito, na 4ª Vara Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal. Ainda, relata-se que o presente processo já se encontra concluso para julgamento, aguardando tão somente a decisão do magistrado responsável.

Quanto às demandas de origem interna do COFECON, a Procuradoria procedeu à análise de processos, envolvendo licitações e contratos da Autarquia e processos administrativos em geral, tais como os de cancelamento de registro, remissão e parcelamento de débitos, exercício ilegal da profissão, auxílio financeiro, ético-disciplinar etc.

Ao todo, foram emitidos, até a presente data 233 pareceres jurídicos, conforme tabela:



2.2 SUPERINTENDÊNCIA E ASSESSORIA DA PRESIDÊNCIA

A superintendência do Cofecon atua em apoio à presidência na administração do Cofecon. Coordena atividades de planejamento, programação, orçamentação e controle no âmbito de sua competência e promove o inter-relacionamento do Cofecon com os Corecons, para uniformização de procedimentos e rotinas organizacionais.

Dentre as atividades realizadas, destaca-se o protocolo de intenções com o Banco do Brasil, assinado em dezembro de 2019, com o objetivo de estabelecer parceria para prestação de serviços bancários com abrangência nacional nos Conselhos Regionais de Economia. Segundo o acordo, o banco praticará as mesmas tarifas para o serviço de Cobrança Bancária com Registro para o Cofecon e Corecons, tais como Registro Eletrônico, Liquidação de Títulos, Baixa de Títulos, Baixa automática com 29 dias. As demais tarifas deverão ser negociadas entre os Corecons e suas agências de relacionamento.

A Assessoria da Presidência é responsável pela organização e logística de todas as sessões plenárias, bem como dos eventos realizados pelo Conselho Federal de Economia. Entre as atividades desenvolvidas em 2019, destacam-se:

- a posse da nova presidência, ocorrida no Hotel Nacional, em Brasília, reunindo aproximadamente 200 pessoas;
- o XXV Prêmio Brasil de Economia, que contou com mais de 50 inscrições e foi entregue no dia 16 de outubro, em Florianópolis;
- a IX Gincana Nacional de Economia, da qual participaram 30 duplas de estudantes de 14 Corecons, realizada nos dias 16 e 17 de outubro, em Florianópolis;
- a entrega dos prêmios Personalidade Econômica do Ano e Destaque Econômico do Ano, realizada no dia 16 de outubro, em Florianópolis.

A Assessoria também foi responsável pela emissão de passagens aéreas e diárias, seja para as sessões plenárias, seja para os eventos do Sistema Cofecon/Corecons. Em 2019 foram emitidas 750 passagens aéreas, totalizando R\$ 604.220,51 (seiscentos e quatro mil reais, duzentos e vinte reais e cinquenta e um centavos); e 683,5 diárias, totalizando R\$ 512.625,00 (quinhentos e doze mil, seiscentos e vinte e cinco reais) em diárias nacionais e US\$ 880 (oitocentos e oitenta dólares, ou R\$ 3.982,44 - três mil, novecentos e oitenta e dois reais e quarenta e quatro centavos) em diárias internacionais.

Entre as atividades de rotina, destacam-se a elaboração e emissão de correspondências e atos normativos em geral; o acompanhamento de respostas dos Conselhos Regionais de Economia; a fiscalização de processos de telefonia e internet móveis; a fiscalização de processos referentes a logística e organização de eventos; e o recebimento e resposta de convites dirigidos à presidência e conselheiros federais.

2.3 ATENDIMENTO AOS REGIONAIS

Em 2019, o setor de Apoio Administrativo do Cofecon atendeu 565 solicitações ou dúvidas de Corecons e do público em geral. Os funcionários realizaram 4.312 pesquisas por CPF/CNPJ por meio do sistema do SERPRO, vinculado à Receita Federal do Brasil, no sentido de averiguar os endereços atualizados de Economistas registrados com o fim de subsidiar os Corecons a no desempenho de suas atividades de fiscalização.

O setor instruiu 160 processos administrativos, além de atuar na elaboração de ofícios. Em relação aos auxílios financeiros concedidos aos Corecons e terceiros, instruíram processos para concessão de um total de R\$ 201.234,48 (duzentos e um mil e duzentos e trinta e quatro reais e quarenta e oito centavos).

2.4 COMPRAS E LICITAÇÕES

O Conselho Federal de Economia está sujeito à legislação que trata das compras públicas, a saber: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores. Todas as despesas de 2019 foram executadas observando o disposto na legislação pertinente.

Em 2019, o setor de Compras e Licitações fez a gestão de aproximadamente 60 contratos, que podem ser acompanhados pelo portal de Acesso à Informação do Cofecon. Também foram realizados os seguintes procedimentos:

Dispensas de Licitação: Segundo a Lei nº 8.666/1993, a dispensa pode ser realizada até o valor de R\$ 17.600,00. Se houver dispensa para contratação de serviço, que pode ser renovado até 48 meses no caso de serviços de informática, ou 60 meses nos demais casos. O valor global que a dispensa pode atingir é de R\$ 17.600,00. Em 2019, o Cofecon realizou 37 dispensas de licitação para a contratação de serviços como manutenção do espaço físico, serviços de tecnologia da informação, dentre outros.

Inexigibilidade: A modalidade é prevista para a contratação de serviços que possuem apenas um fornecedor. O Cofecon tem contrato nesta modalidade com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Imprensa Nacional, Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Em 2019, o Cofecon contratou a produção de revistas da empresa Coquetel, uma publicação personalizada com informações e passatempos com uma abordagem lúdica da Economia. O material foi confeccionado em comemoração ao Dia do Economista.

Pregão eletrônico: Em 2019 foram realizados 10 pregões eletrônicos, dentre os quais o software de gerenciamento das Eleições Eletrônicas do Sistema Cofecon/Corecons e os sistemas Contábil, Fiscal e Cadastral.

Além dos processos listados acima, o setor de Compras e Licitações manteve a rotina de atualização do Portal da Transparência no tópico Licitações, desmembrado em "Editais e Resultados" e "Contratos Vigentes".

Os contratos firmados pela autarquia são fiscalizados por funcionários do Cofecon, de todos os setores e nomeados pela presidência para tal fim.

2.5 INFORMAÇÕES ECONÔMICO - FINANCEIRAS

	2015	2016	2017	2018	2019
Receita Total	5.784.266,81	5.692.797,65	5.475.509,66	6.191.152,49	6.431.595,75
Despesas Correntes	5.574.606,83	5.995.210,29	5.460.258,46	5.603.070,67	6.340.410,05
1. Pessoal e Encargos	2.567.364,07	2.913.118,92	2.677.319,86	3.019.791,94	3.121.179,71
2. Manutenção da sede	183.838,78	200.895,06	156.540,22	55.073,63	66.989,50
3. Material de Consumo	26.253,47	51.541,01	27.927,50	26.872,37	34.146,90
4. Telefonia, Internet e Correios	130.665,66	170.504,59	298.503,86	78.274,40	171.560,61
5. Manutenção de Programas de Informática	367.843,71	401.368,78	466.373,26	485.225,61	601.079,16
6. Despesas bancárias	115.371,71	55.870,80	14.045,12	11.290,67	25.932,43
7. Diárias	406.290,00	431.105,34	435.086,17	318.997,51	526.370,01
8. Passagens aéreas	459.411,14	460.628,02	229.464,18	366.875,59	624.022,03
	2015	2016	2017	2018	2019
9. Serviço Gráfico e Publicidade	354.359,13	340.108,73	330.316,44	246.420,47	311.651,57
10. 0. Assessoria Parlamentar	58.999,92	49.311,22			
11. Despesas com Sessões Plenárias	153.142,21	91.437,07	55.843,54	41.573,78	58.371,97
12. Premiações	72.300,00	97.924,90	53.200,00	53.700,00	89.200,00
13. Transferências para os Regionais	236.927,13	270.081,89	211.196,00	172.588,92	168.234,48
14. Eleição eletrônica (inclui auditoria)	229.900,00	202.235,80	74.150,00	74.642,24	134.445,85
15. Impressão de carteira profissional	135.248,88	166.749,29	179.755,40	132.698,00	106.616,30
16. Outras Despesas	51.875,68	88.328,04	426.103,08	519.045,54	519.984,63
Saldo Orçamentário Parcial	209.660,01	-302.412,64	15.251,20	558.081,82	
Despesas de Capital	601.798,72	272.660,32	239.554,90	1.909,47	8.202,91
17. Obras e instalações	533.735,96	213.459,25			
18. Equipamento e material permanente	68.062,76	59.201,07	239.554,90	1.909,47	8.202,91
Despesa Total	6.176.405,55	6.267.870,61	5.699.813,36	5.604.980,14	6.567.988,06
Saldo Orçamentário Final	-392.138,71	-575.072,96	-224.303,70	586.172,35	-136.392,31
Resultado Extra Orçamentário	-4.139,67	-6.321,19			

2.6 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Em 2019, o setor de Tecnologia da Informação (TI) do Cofecon teve como diretrizes a modernização de seus sistemas e serviços, bem como o suporte no ambiente interno e aos Conselhos Regionais, visando alcançar melhores níveis de proatividade a incidentes e melhora da qualidade dos serviços do Cofecon. Destacam-se as seguintes atividades:

1. Configuração automática de internet de backup, em caso de problemas com o serviço principal de internet, aumentando a disponibilidade deste serviço;
2. Confecção de Projetos Básicos para contratação de serviços e equipamentos de TI:
 - Sistema Contábil para o Cofecon e Corecons (concluído);
 - Sistema de eleições eletrônicas (concluído);
3. Atualização de banco de dados do Cadastro Nacional de Peritos em Economia e Finanças - CNPEF;
4. Relatórios de Portais da Transparência em todo o Sistema Cofecon/Corecons;
5. Atendimentos via e-mail para suportar sistemas de carteiras e do CNPEF (460 atendimentos);
6. Apoio no processo das eleições eletrônicas;
7. Elaboração de certificados, hotspots, e artes diversas;
8. Atendimento de 620 demandas via e-mail (até dia 31/12/2019), conforme especificado abaixo:
 - 328 – Carteiras profissionais e seu respectivo sistema;
 - 132 – Cadastro Nacional de Peritos em Economia e Finanças, e seu respectivo sistema;
 - 82 – Solicitações diversas dos colaboradores do Cofecon;
 - 74 – Solicitações diversas dos Conselhos Regionais de Economia.
 - 4 – Solicitações diversas dos conselheiros do Cofecon;
9. Disseminação de boas práticas no uso de recursos de TI;
10. Implementação de backup semanal de conteúdos inseridos no provedor de hospedagem, tais como sites e sistemas on-line do Cofecon;
11. Aquisição de itens de informática, como notebook, ferramentas, novos telefones, câmeras de segurança, dentre outros;
12. Suportes diversos à infraestrutura de rede, à central telefônica e às estações de trabalho dos colaboradores do Cofecon.
13. Estudo de medidas corretivas para solucionar problemas de conexão, quedas e usabilidade da infraestrutura em conjunto com o sinal Wifi. (Em andamento).
14. Mapeamento da infraestrutura, com: identificação de servidores, pontos de acesso, manutenção de servidores, sistemas e infraestrutura lógica e física. (Em andamento);
15. Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e do Plano de Política de Segurança Interna. (Em andamento).

3. O COFECON E A MÍDIA

3.1 ASSESSORIA DE IMPRENSA

O setor de Comunicação deu continuidade ao trabalho iniciado em 2015, com o objetivo de ampliar a participação do Conselho Federal de Economia no debate nacional. Foram divulgadas notas oficiais, sugestões de fontes sobre assuntos que estavam em pauta, acompanhamento de entrevistas e ações de aproximação com os jornalistas e aprimorar o relacionamento com a mídia. Os resultados quantitativos dessas atividades estão listados no item 3.2 deste relatório.

A equipe participou ativamente dos eventos promovidos pelo Sistema Cofecon/Corecons, como o Encontro de Funcionários, realizado nos dias 10 e 11 de maio, no qual apresentou palestra com foco na disseminação de boas práticas em assessoria de comunicação entre os Conselhos Regionais de Economia, além de realizar a cobertura do evento divulgada em sites, redes sociais e na Revista Economistas. Os funcionários do setor também participaram da cobertura do XXIII Congresso Brasileiro de Economia e de seminário organizado pelo Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social no Brasil, além de acompanhamento de demais eventos e reuniões importantes para o Sistema, com foco na disseminação de informações entre os economistas brasileiros.

Importante destacar que em julho, a equipe passou por uma reestruturação a partir da saída do assessor Júlio César Poloni de Góes, de formação jornalística, e a chegada da assessora Caroline dos Santos Rodrigues, formada em publicidade e propaganda, que agregou novos conhecimentos à equipe.

Foram localizadas e monitoradas 188 inserções do Cofecon na mídia em 2019, uma média de 15,6 por mês. Do total, em relação ao tipo de mídia, 21 foram publicadas pelo rádio, 39 em emissoras de televisão, 41 em veículos impressos e 87 em sites e portais de notícias na internet. Na perspectiva da abrangência dos veículos, 132 em veículos da grande imprensa, com ampla distribuição e audiência, 17 inserções foram publicadas em mídias alternativas e 39 em veículos de comunicação setoriais. Foram localizadas também duas inserções do Cofecon em matérias de veículos estrangeiros: Financial Times e Pravda.

3.2 REDES SOCIAIS

As redes sociais se firmaram como importante ferramenta de divulgação de ações, participações e eventos realizados pelo Sistema Cofecon/Corecons. O setor de Comunicação reformulou a identidade visual dos perfis da autarquia nas mídias e criou estratégias para potencializar o alcance das publicações, difundindo as informações divulgadas para o maior número de pessoas possível. Os resultados foram constatados na campanha do Dia do Economista, no aumento do número de seguidores e de interações com o conteúdo disseminado.

Em 2019, a página do Cofecon no Facebook teve 1.808 novos seguidores. As 328 publicações da página tiveram um alcance de aproximadamente dois milhões de pessoas, com mais de 300 mil curtidas, comentários, cliques e compartilhamentos. A publicação com maior visibilidade foi a de divulgação do CBE 2019, que atingiu 128 mil pessoas.

O Twitter do Cofecon registrou 131 novos seguidores e aproximadamente duas mil interações, distribuídas em 214 publicações. O canal do Cofecon no YouTube teve 35 publicações e gerou mais de 10 mil visualizações.

Além do Facebook, do Twitter e do YouTube, redes utilizadas pelo Cofecon há alguns anos, os perfis nas redes sociais LinkedIn e Instagram ganharam mais relevância. O LinkedIn contou com 300 publicações e finalizou o ano de 2019 com 392 seguidores. Já o Instagram foi um importante veículo para divulgação da campanha do Dia do Economista 2019 e da cobertura do XXIII Congresso Brasileiro de Economia - CBE. O perfil do Cofecon no Instagram contou com 300 publicações e alcançou mais 2.832 mil seguidores, totalizando 4.986 seguidores ao total. A publicação de maior destaque foi a do Dia do Economista e o total do conteúdo postado teve alcance potencial de 3 milhões. Em 2019 foi a rede social com maior impacto entre os seguidores.

Tanto a divulgação quanto a realização da 4ª edição do Desafio Quero Ser Economista estiveram alicerçadas nas redes sociais, considerando o público-alvo, formado por estudantes de Ensino Médio. O perfil Quero Ser Economista no Instagram está com 1.117 seguidores e teve 213 publicações ao longo do ano. Já o Facebook Quero Ser Economista, em que também são divulgados conteúdos de interesse de estudantes de Ciências Econômicas e de Ensino Médio, ganhou 1010 seguidores no ano e teve 220 publicações que alcan

çaram potencialmente mais de 60 mil pessoas, gerando mais de 10 mil interações, entre curtidas, comentários, cliques e compartilhamentos.

Diante dos números apresentados, o Cofecon demonstrou ter fortalecido sua presença nas redes sociais no ano de 2019, estreitando a comunicação com economistas, estudantes de Economia e a sociedade em geral.

3.3 REVISTA ECONOMISTAS

Em 2019 a tiragem da revista Economistas voltou a 10.000 exemplares. A publicação manteve a periodicidade trimestral, com uma edição especial elaborada pelas economistas, e o acesso no formato digital, facilitando a leitura dos economistas aos conteúdos produzidos. Além da produção intelectual dos economistas que contribuem com artigos, a revista também divulga as principais iniciativas do Sistema Cofecon/Corecons, bem como posicionamentos oficiais.

A edição nº 31 abordou o tema “Perspectivas para a Economia em 2019”, com os artigos “Brumadinho e outros crimes e desastres ambientais e humanos à luz da Perícia Econômica”, de Pedro Afonso Gomes; “Perspectivas da economia brasileira para 2019”, de Júlio Manuel Pires; “Reforma da Previdência: aprendendo com a experiência de outros países e com a nossa trajetória”, de Milko Matijascic; e “As redes de pequenos negócios com estratégia de desenvolvimento territorial: o caso da Rota das Emoções”, de Lauro Chaves Neto.

Publicada em março, a edição especial da revista abordou “Mulheres economistas discutem desenvolvimento econômico, Previdência, empreendedorismo e desigualdade de gênero no exercício da profissão”, com artigos produzidos exclusivamente pelas profissionais da área econômica. São eles: “O caráter de gênero na Reforma da Previdência”, de Flávia Vinhaes e Clician Oliveira; “Mulheres, desenvolvimento econômico e (des)igualdade de gênero”, de Celina Ramalho; “Metrópole brasileira e exclusão feminina”, de Ana Cláudia Arruda Laprovitera; “O empreendedorismo e a participação das mulheres”, de Bianca Lopes de Andrade Rodrigues; e “Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”, de Rosa Maria Marques.

Em seguida, a edição nº 32 destacou o tema “Política Monetária: economistas analisam o cenário no Brasil”, com os artigos “O custo elevado da política monetária e a pobreza do debate sobre inflação no Brasil”, de Alessandro Sousa Brito, Thiago Melo Antonioli e Rodrigo Gustavo de Souza; “Política monetária, governança e bem-estar”, de Roberto Luis Troster; “Autonomia do Banco Central”, de Carlos Eduardo de Freitas e Cláudio Jaloretto; e “Afinal, o governo tem restrição financeira?”, de Fernando de Aquino Fonseca Neto.

Distribuída no XXIII Congresso Brasileiro de Economia, a 33ª edição reuniu artigos dos palestrantes do evento: “Tendências recentes da indústria na economia global”, de Eliane Araújo; “Os desafios da globalização para o desenvolvimento regional”, de Hoyêdo Nunes Lins; “Inserção internacional: desnacionalização e investimento estrangeiro”, de Antonio Corrêa de Lacerda; “A indústria de investimentos e os criptoativos”, de Luiz Calado e Marco Antogiovanni; “Economia regional no contexto da economia nacional: a importância da política nacional de desenvolvimento regional”, de Jandir Ferrera de Lima; “Da crise à recuperação: como Santa Catarina vem enfrentando um dos maiores períodos de recessão da história do País?”, de Leonardo Alonso; “Pobreza no Brasil: dos avanços civilizatórios pós Constituição de 1988 aos prenúncios da barbárie liberal”, de Paulo de Martino Jannuzzi; “Justiça fiscal é possível”, de Eduardo Fagnani; e “Reengenharia tributária, tecnológica, fraterna e solidária”, de Luiz Carlos Haully.

A 34ª edição da revista Economistas teve como tema central “Diversidade de atividades econômicas como condição para o desenvolvimento”, com os seguintes artigos: “Comércio Internacional e Desenvolvimento Econômico: uma análise a partir da complexidade econômica”, de César Roberto Leite; “O setor de serviços e a produtividade no Brasil”, de Fernanda Della Rosa; “Efetividade de choques monetários e o mercado de trabalho brasileiro”, de Michel Cândido de Souza; “Os desafios da criptoeconomia no Brasil”, de Welinton dos Santos; “A taxa de câmbio e o processo de crescimento econômico em países de renda média”, Nelson Marconi; e “A nova, mas não tão nova assim, Economia das Startups”, de Hugo Eduardo Meza Pinto e Leonardo Jianoti.



3.4 CAMPANHA DO DIA DO ECONOMISTA



A Campanha do Dia do Economista 2019 esteve focada em mostrar a importância dos economistas para a construção de um país melhor, considerando que ao planejarem políticas públicas eficazes podem impactar positivamente a vida de milhões de pessoas. As peças de comunicação criadas buscaram reforçar a importância da profissão no mercado em geral; mostrar a importância das ações dos economistas na gestão pública e seu impacto para a população; e valorizar o economista como profissional em todas as esferas.

O layout buscou apresentar os profissionais de maneira desmistificada, fugindo da imagem do homem branco engravatado. A campanha buscou trazer a representatividade negra e feminina, com personagens que usavam roupas descontraídas. O tema foi trabalhado no ambiente digital, considerando o orçamento disponível e o alcance. Para divulgação das peças da campanha, o Cofecon investiu R\$ 5.003,26 na criação de peças de mídia programática e R\$15.000,00 na veiculação, que são banners em sites que despertam interesse dos economistas. Ao todo, foram contabilizadas 2.452.248 impressões.

O conteúdo também foi divulgado nas redes sociais Facebook, Instagram e LinkedIn por meio de posts e anúncios. Além de criação de identidade visual comemorativa para todas as redes sociais, para o Facebook foram criados três posts e um anúncio, com impulsionamento total de R\$ 880,00; para o Instagram foram um “tripost”, ou seja, um post com três imagens, e um storie patrocinado, totalizando o investimento em R\$ 500,00 para esta rede social. Por fim, no LinkedIn o investimento foi de R\$ 300,00, compreendendo um post. Portanto, o investimento total em redes sociais foi de R\$ 6.902,37 para criação das peças e R\$ 1.680,00 para impulsionamentos, totalizando R\$ 8.582,37. O pacote incluiu gerenciamento das redes sociais, patrocínio e produção de relatórios.

Por fim, a equipe de Comunicação do Cofecon entrou em contato com a Frente Nacional de Prefeitos solicitando que o e-mail marketing fosse enviado ao mailing que abrange todas as prefeituras, como forma de homenagear os economistas que integram seus quadros; e com tribunais e secretarias de Fazenda das principais capitais brasileiras.

3.5 DESAFIO QUERO SER ECONOMISTA

Em 2019, o Desafio Quero Ser Economista chegou a sua quarta edição e teve número recorde de participantes inscritos: 1200 estudantes, de 25 estados mais o Distrito Federal. A competição ocorreu entre os dias 13 de maio e 13 de junho.

O jogo acontece anualmente em uma plataforma exclusiva do Desafio Quero Ser Economista e tem o apoio das páginas Quero ser economista, no Facebook, e @querosereconomista_, no Instagram. Após a competição, as redes sociais seguem ativas, compartilhando informações sobre Economia, notícias pertinentes à área, dicas de estudo, conhecimentos gerais e todo tipo de conteúdo que possa agregar valor à compreensão da Economia. Ao todo, os perfis Quero ser Economista possuem mais de 10 mil seguidores.

Ao longo de três semanas, os participantes responderam a desafios diários divididos em três categorias: os enigmas, que valiam 50 pontos; os vídeos interativos, que valiam 100 pontos; e as missões, que valiam 200 pontos. Nessa etapa, os estudantes responderam a questões relacionadas a temas como crescimento e desenvolvimento econômico, desigualdade social, economia comportamental, economia política, entre outros.

A última missão do jogo consistia em produzir um vídeo falando sobre algum tema relacionado à Economia. A Comissão Avaliadora do Desafio Quero Ser Economista 2019 teve a tarefa de julgar a qualidade dos vídeos de acordo com os seguintes critérios: clareza da exposição, coerência de ideias, precisão do conteúdo, relevância do tema, criatividade e originalidade.

Por meio do Desafio Quero Ser Economista, os jovens aprendem de uma forma divertida e dinâmica a importância e a essência do estudo da Economia e do papel do economista na sociedade. O jogo é, também, uma forma de desmistificar a área e quebrar alguns tabus que existem em relação ao trabalho do economista, como aquela imagem de um profissional de terno exclusivamente centrado em cálculos e com a única meta de buscar a maximização de lucros.

A competição deixa claro ao longo de suas etapas que um economista pode atuar em diversas vertentes, tanto no setor público - auxiliando o planejamento de políticas públicas eficientes -, como no privado - potencializando negócios - ou ainda em organizações do terceiro setor - traçando estratégias para viabilizar projetos sociais -, mas sempre sendo um agente transformador de realidades.

As meninas se sobressaíram no Desafio 2019. Além de Giulia Santos, vencedora desta edição, completam o pódio Isadora Perim, de Governador Valadares-MG, e Julia Castanho, de Praia Grande-SP.

VENCEDORAS



1º Lugar
Giulia Santos



2º Lugar
Isadora Perim



3º Lugar
Julia Castanho

3.6 INFORMATIVO AEALC

O Cofecon participa ativamente da Associação de Economistas da América Latina e Caribe (AEALC) e no ano de 2017 assumiu a responsabilidade de produzir e distribuir um boletim de notícias para difundir informações das diversas Associações e Colégios de Economistas que compõem a entidade.

O Informativo AEALC é produzido pelo jornalista Manoel Castanho. É escrito em língua espanhola, por ser o idioma falado na maioria dos países da região. Tem formato A4, com oito páginas, periodicidade trimestral e tiragem de 1.100 exemplares. Em 2019, foram publicadas três edições.



4. EVENTOS

4.1 EVENTOS INTERNACIONAIS

4.1.1 XII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DE ECONOMISTAS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE (AEALC)

O presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, foi eleito vice-presidente da Associação de Economistas da América Latina e Caribe (AEALC) para o Cone Sul. A eleição ocorreu durante a Assembleia realizada entre os colégios de economistas que fazem parte da AEALC, (entre eles, o Cofecon), a qual ocorreu paralelamente ao XII Congresso da entidade. Ambas atividades foram realizadas em San Salvador, sendo o Congresso de 16 a 18 de outubro com o tema “América Latina e Caribe frente à quarta revolução industrial: principais desafios”, e a Assembleia no dia 17 de outubro. Wellington Leonardo participou como palestrante no evento internacional; ministrando palestra sobre o cenário político e econômico do Brasil.

4.2 EVENTOS NACIONAIS

4.2.1 ENCONTRO DE FUNCIONÁRIOS DO SISTEMA COFECON/CORECONS

O Encontro de Funcionários do Sistema Cofecon/Corecons reuniu 63 profissionais de quase todos os Conselhos Regionais de Economia. O evento ocorreu nos dias 10 e 11 de maio, em Brasília, no Hotel Carlton.

No primeiro dia do evento, no período da manhã, a sala 1 foi palco do painel Gestão Financeira e Estratégica dos Corecons, o qual teve dois subtemas: Fluxo de Caixa, orçamento, indicadores, prestação de contas e processos licitatórios, apresentado pelo secretário de Finanças do Corecon-RJ, Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos, e pelo gerente-executivo do Corecon-DF, Daniel Passos Soares; e Orientações da Comissão de Tomada de Contas do Cofecon, com a presidente da Comissão, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, e o conselheiro federal Nei Jorge Correia Cardim.

À tarde, a sala 1 recebeu o painel sobre Registro Profissional e Recuperação de Créditos do Sistema Cofecon/Corecons, apresentado pela gerente do Corecon-GO, Maria Paula Oliveira; pelo gerente-executivo do Corecon-PR, Amarildo de Souza Santos; e pelo procurador-chefe do Cofecon, Fábio Ronan Miranda Alves.

No segundo dia de evento, a conselheira federal Denise Kassama Franco do Amaral apresentou o painel Valorização Profissional. Em seguida, o conselheiro federal Waldir Pereira Gomes e os funcionários do Cofecon Natália Kenupp e Júlio Poloni discutiram o tema Comunicação.

Na segunda sala, o tema tratado durante os dois dias de evento foi Fiscalização Profissional de Pessoas Físicas e Jurídicas, e teve como expositores o presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva; a secretária de fiscalização do Corecon-RJ, Mônica Assunção Silva; e o fiscal do Corecon-RS, Antonio Pedro Hickmann.

Além das discussões nas salas, o Encontro de Funcionários proporcionou duas palestras aos participantes: Como Organizar a sua Vida Financeira, com o conselheiro federal Lauro Chaves Neto; e Inteligência Emocional, com o funcionário do Cofecon Danyel William. Os temas foram apresentados no primeiro dia do evento, na Sala Teatro. O encontro também contou com ginástica laboral, com o objetivo de melhorar a saúde e evitar lesões dos funcionários por esforço repetitivo e algumas doenças ocupacionais. Williams Ramos da Silva ficou responsável pelas atividades.

Durante a cerimônia de encerramento, os relatores das discussões realizadas em ambas as salas apresentaram os destaques das discussões realizadas durante o encontro.

4.2.2 SEMINÁRIO DO FÓRUM NACIONAL PELA REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL

No dia 29 de agosto foi realizado na Universidade de Brasília o seminário “Os impactos da reforma da Previdência e das novas tecnologias para a sociedade”. O evento teve duas mesas de debates: “Aspectos constitucionais da Reforma da Previdência e das novas tecnologias para a sociedade”. O evento teve duas mesas de debates: “Aspectos constitucionais da Reforma da Previdência e impactos econômicos e sociais”, com Wellington Leonardo da Silva, presidente do Cofecon, Noêmia Garcia Porto, presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), e Pedro Armengol, diretor da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef); e “Os impactos das novas tecnologias no mundo do trabalho”, com Rosane Granzotto, conselheira do Conselho Federal de Psicologia, Perci Coelho, professor da Universidade de Brasília (UnB), e Luiz Antonio Colussi, vice-presidente da Anamatra.

4.2.3 XXIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA

Em um ano marcado por mudanças no campo político e econômico, o XXIII Congresso Brasileiro de Economia discutiu a Ciência Econômica sob diferentes enfoques que podem alterar a conjuntura atual. Cerca de 800 congressistas, entre economistas, estudantes de Economia e demais profissionais, estiveram reunidos em Florianópolis de 16 a 18 de outubro para discutir o tema “Alternativas para a retomada do desenvolvimento econômico”. O evento é realizado a cada dois anos pelo Conselho Federal de Economia em parceria com um dos Conselhos Regionais de Economia e neste ano foi organizado pelo Conselho Regional de Economia de Santa Catarina (Corecon-SC).

A programação do evento foi organizada em quatro blocos: Políticas Macroeconômicas, Desenvolvimento, Políticas Públicas, Relações e Inserção Internacional, com variados temas relacionados a cada uma dessas temáticas. Ao todo, foram 52 palestrantes, que abordaram os principais temas da conjuntura atual, tais como Política Fiscal e Tributária, Previdência e Política Social, Globalização 2.0 e Relações Internacionais, Energia e Sustentabilidade, e Distribuição de Renda, Desigualdade Social e Diminuição da Pobreza. As apresentações feitas pelos palestrantes estão disponíveis para download no site do Cofecon.

O XXIII CBE também proporcionou minicursos sobre os temas: Rota Financeira do Empreendedor de Sucesso, apresentado por André Luiz Koerich e Ademir Tenfen; Criatividade: pré-requisito para a inovação e conquista de diferencial competitivo, por Luiz Alberto de Souza Aranha Machado; e A Profissão do Economista Perito e Casos Relevantes, por André Luiz Koerich, Carlos Henrique Runze, Marlos Henrique dos Santos, Tacio Dagostini e Ademir Tenfen.

É tradição, nos Congressos Brasileiros de Economia, a apresentação de trabalhos científicos. Ao todo, 65 trabalhos foram exibidos, sobre temas variados, como “Distribuição pessoal de renda e progressividade tributária: uma análise comparativa entre Brasil e países selecionados”; “Políticas de combustíveis no Brasil: modelo de equilíbrio parcial para o bem-estar social e emissões de gases de efeito estufa”; e “A baixa liquidez monetária e os entraves do financiamento de longo prazo”.

Simultaneamente à programação de palestras, minicursos e apresentação de trabalhos científicos ocorreu a etapa nacional da IX Gincana Nacional de Economia. Ao todo, participaram 30 duplas de universitários, representando 14 estados. O primeiro lugar ficou com os estudantes Lowan Nickolas Faria Rodrigues e Francisco Guilherme Dantas Neto, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em segundo lugar, Aline Oliveira Silva e Ubiravam Arão de Farias, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); e o terceiro lugar com os estudantes Luigi Bruno Dias Martinelli e Nathan Gabriel Presotto, da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Por fim, o quarto lugar ficou com Ramires Costa Ferreira e Paula Guollo, da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

PROGRAMAÇÃO DO XXIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA

16 de outubro:

- Curso Rota Financeira do Empreendedor de Sucesso - André Luiz Koerich e Ademir Tenfen
- Palestra Situação e Perspectivas da Economia Brasileira - Paulo Nogueira Batista Júnior

17 de outubro

- Curso Criatividade: pré-requisito para a inovação e conquista de diferencial competitivo - Luiz Alberto de Souza Aranha Machado
- Política Fiscal e Tributária - Paulo Dantas da Costa, Carlos Pinkusfeld Monteiro Bastos, Roberto Bras Matos Macedo, Luiz Carlos Jorge Haully e Eduardo Fagnani.
- Política Monetária e Financiamento - Fernando de Aquino Fonseca Neto, Fernando Nogueira da Costa e André Nassif.
- Papel do Estado, Regulação e Privatização - Francisco Grabovski Neto, Luiz Carlos Delorme Prado, José Luiz Pagnussat e Francisco Grabovski Neto.
- Economia Regional no Contexto da Economia Nacional - Hoyedo Nunes Lins, Jandir Ferrera de Lima, Leonardo Alonso Rodrigues, Martinho Roberto Lazzari
- Previdência e Política Social - Heric Santos Hossoé, Denise Lobato Gentil, Fabio Klein, Marcel Grillo Bassiano.
- Mercado de Trabalho - Ricardo Valério Costa Menezes, Marcio Pochmann, Paulo de Martino Jannuzzi, Ladislau Dowbor.
- Globalização 2.0 e Relações Internacionais - Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, Paulo Nogueira Batista Júnior, Adhemar G. Bahadian e Celina Martins Ramalho.
- Abertura Comercial e Inserção Internacional - Eliane Maria Martins, Dercio Garcia Munhoz, Fernando Seabra e Samuel Pinheiro Guimarães.
- Fórum da Mulher Economista: gênero, trabalho e mobilidade ocupacional - Denise Kassama Franco do Amaral, Ana Cláudia Arruda Laprovitera, Norma Cristina Brasil Casseb, Cristiane Mancini e Mariana Ribeiro Jansen Ferreira
- Fórum da Associação de Economistas da América Latina e Caribe (AEALC), com palestra de Ramón Labañino sobre "A América Latina no labirinto neoliberal", e de Guilherme Boulos, sobre "O que está em jogo com a Reforma Tributária?"

18 de outubro

- Curso A Profissão do Economista Perito e Casos Relevantes - André Luiz Koerich, Carlos Henrique Runze, Marlos Henrique dos Santos, Tacio Dagostini, Ademir Tenfen.
- Política Cambial e Setor Externo - Flávia Vinhaes, Eliane Cristina de Araújo Sbardellati, Nelson Marconi, Pedro Rossi.
- Economia do Crime - Róridan Penido Duarte, Edson Rosa Gomes da Silva, Paulo Henrique de Oliveira Hoeckel
- Cooperativas/ Economia Compartilhada - Paulo Brasil, Ivan Roberto de Borba, Luiz Alberto de Souza Aranha Machado, Marcelo Martivonich dos Santos, Paulo Brasil Corrêa de Mello.
- Energia e Sustentabilidade - Paulo Salvatore Ponzini, Ildo Sauer, Edvaldo Alves de Santana, Antonio Previtali.
- Distribuição de Renda, Desigualdade Social e Diminuição da Pobreza - Lauro Chaves Neto, Dominik Hartmann, Cláudio Salvadori Dedecca, Fernando Augusto Mansor de Mattos.
- Ecossistemas de Inovação/Fintech - Waldemar Bornhausen Neto, Marcelo Barboza, Rafael Costa da Silva e Henrique Azevedo Carvalho.
- Financeirização - Ivoneti da Silva Ramos, Antonio Corrêa de Lacerda, Leda Maria Paulani, Miguel Antonio

4.3 EVENTOS REGIONAIS

4.3.1 ENAM

O presidente do Conselho Federal de Economia, Wellington Leonardo da Silva, participou, nos dias 29 a 31 de maio, da 11ª edição do Encontro das Entidades de Economistas da Amazônia Legal (ENAM). Wellington Leonardo apresentou a palestra magna do evento sobre o tema central “A revolução industrial 4.0 e seus reflexos nas economias da Amazônia”. O XI ENAM ocorreu no Auditório Senador João Bosco, na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM), em Manaus.

O Encontro foi realizado pelo Conselho Regional de Economia do Amazonas (Corecon-AM) e teve o apoio do Cofecon; dos Corecons da região Norte; da ALEAM; da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM); da Confederação Nacional da Indústria (CNI); do Hotel do Largo e da Verde Turismo.

4.3.2 ENEOESTE

O presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, participou da mesa de abertura do XI Encontro dos Economistas da Região Centro-Oeste (Eneoeste), realizado na cidade de Cuaibá no dia 15 de agosto, pelo Corecon-MT. Durante o evento, também proferiu palestra sobre “Economia e política no Brasil de hoje”.

O evento contou com a participação de economistas e estudantes de economia de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal. As discussões trataram das perspectivas de desenvolvimento do Centro-Oeste Brasileiro diante do cenário econômico nacional e internacional.

O presidente afirmou que eventos como esses são importantes para a valorização profissional da categoria. “Os economistas são profissionais que passam anos pesquisando, se informando e se preparando para apontar o que é mais adequado para alcançar desenvolvimento,

5. AUDIÊNCIAS

5.1 AUDIÊNCIAS INSTITUCIONAIS

5.1.1 CAFÉ DA MANHÃ COM LÍDER DO GOVERNO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

A fim de articular junto aos parlamentares a defesa dos conselhos federais de profissões regulamentadas, o presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, participou de café da manhã, no dia 25 de abril, com o líder do governo na Câmara dos Deputados, Major Vitor Hugo, e com o deputado federal Fred Costa, Líder do Patriotas. O evento ocorreu na sede do Conselho Federal de Enfermagem, em Brasília, e contou com a participação de representantes de diversos conselhos.

Após o café da manhã, o presidente do Cofecon participou da 44ª reunião do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, o Conselhão, realizado na sede do Conselho Federal de Corretores de Imóveis (Cofeci). Entre os assuntos discutidos, estratégias de atuação junto aos parlamentares em defesa das prerrogativas profissionais; a composição de grupo de trabalho dos advogados; e indicação de representante para composição do grupo de trabalho juntamente ao Arquivo Nacional para orientação técnica quanto ao armazenamento de documentos para preservação do patrimônio documental dos conselhos.

5.1.2 MOBILIZAÇÃO DE PARLAMENTARES CONTRA A PEC Nº 108/2019

O presidente da República enviou ao Congresso Nacional, em 9 de julho, uma Proposta de Emenda à Constituição que pode resultar na extinção dos conselhos de fiscalização profissional. A PEC nº 108/2019 é de autoria do economista e ministro da Economia, Paulo Guedes, e dispõe sobre a natureza jurídica dessas entidades.

O presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, mobilizou deputados federais na Câmara dos Deputados, em Brasília, para que se manifestassem contrariamente à PEC. Enviou ofício a todos os líderes partidários com informações sobre o assunto. “Repúdio a iniciativa, pois significa a morte dos conselhos de fiscalização profissional com prejuízos incalculáveis para a sociedade”, argumentou Wellington Leonardo.

5.1.3 REUNIÃO COM O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ao lado de presidentes de conselhos de profissões regulamentadas, o presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, participou de audiência com o deputado federal Rodrigo Maia, presidente da Câmara dos Deputados para discutir os efeitos da PEC nº 108/2019. A reunião ocorreu no dia 28 de agosto, em Brasília, logo após o lançamento da Frente Parlamentar de Apoio aos Conselhos Profissionais.

Na ocasião, parlamentares que se manifestaram contrários à proposta e os presidentes dos Conselhos destacaram os prejuízos da PEC nº 108/2019 para a sociedade. “Os conselhos e seus funcionários representam uma parede contra maus profissionais, zelando para que a sociedade seja protegida”, realçou o presidente do Cofecon.

5.1.4 REUNIÃO COM O PRESIDENTE DA CCJC DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

O presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, participou de duas mesas no dia 19 de setembro, na Câmara dos Deputados, a fim de defender a atuação dos conselhos de profissões regulamentadas. A primeira se deu com a presença do deputado Rogério Correia, coordenador da Frente Parlamentar de Apoio aos Conselhos de Fiscalização Profissional, além de dezenas de conselheiros e representantes de Conselhos Federais, para tratar da tramitação da Proposta de Emenda Constitucional 108/2019, e ocorreu no Plenário 15.

“É uma manobra para fragilizar o artigo 5º da Constituição Federal”, afirmou o presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva. “Paulo Guedes não é bobo. Como ele sabe que não poderia atacar o artigo 5º diretamente, por ser cláusula pétrea, ele inventa nova redação para o artigo 174 visando fragilizar o artigo 5º. Me parece que isso é ponto central, pois constitui inconstitucionalidade”.

Além dessa, outra questão foi tratada pelo presidente do Cofecon: “Delegar o poder de polícia a um ente público-privado é absolutamente impossível”, apontou o presidente. “O Supremo Tribunal Federal já tem posição sobre isso e diz que não se pode ceder poder de polícia para quem não seja uma autarquia ainda que especial, com delegação específica para suas atividades por parte do Estado”.

Mais tarde, o deputado Rogério Correia e os representantes dos Conselhos se encontraram com o deputado Felipe Francischini, presidente da Comissão de Constituição e Justiça, onde tramita a PEC nº 108/2019.

Wellington Leonardo informou que não houve um debate com os Conselhos antes da apresentação da PEC 108 e falou sobre os vícios de inconstitucionalidade mencionados anteriormente. “Se isso passa, nós corremos o risco de ser operados do coração, se um dia for necessário, por um psicólogo, ou um economista. Não vai dar muito certo”, defendeu o presidente. “A PEC torna os Conselhos um clube de amigos, já que o registro não será mais obrigatório. Um dia o economista fiscalizado por razões éticas, vai responder: O Conselho não tem nada a ver com a minha vida porque eu não me registrei, vou continuar exercendo a profissão e não vou lhe obedecer porque você não tem poder para me fiscalizar”.

Na reunião, o deputado Felipe Francischini afirmou que, da forma como está colocada, a PEC não deve avançar. “Até agora, não recebi nenhum deputado favorável à proposta da maneira como está agora”, comentou Francischini. “Pela insegurança que gera, teremos muita responsabilidade. Vamos escolher um relator que seja bastante afeito ao diálogo e que possa convocar várias audiências públicas, que tenha tempo para fazer um bom parecer e dialogar com os Conselhos”.

5.1.5 REUNIÃO COM O RELATOR DA PEC Nº 108/2019 NA CCJC

No dia 12 de novembro, o presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, reuniu-se, na Câmara dos Deputados, com o deputado federal Edio Lopes, relator da PEC nº 108/2019 na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC); com o coordenador da Frente Parlamentar de Apoio aos Conselhos Profissionais de Classe, deputado federal Rogério Correia; e com os demais representantes de conselhos e de seus funcionários. O encontro ocorreu na Câmara dos Deputados, em Brasília, com o objetivo de dialogar com os parlamentares sobre a proposta e sua admissibilidade.

O relator da PEC na CCJC disse que o mérito será tratado em comissão especial e que, portanto, nesse momento irá ater-se à admissibilidade perante a Constituição Federal. “No Brasil, temos conselhos com fragmentos de regulação, com uma parafernália de interpretações dessas resoluções, e isso tem permitido aos conselhos, ora quando é interessante, agirem e questionarem seus direitos e prerrogativas como autarquias, mesmo aqueles cuja lei de criação não os determinou como tal, ora agirem e chamarem para si os direitos de uma entidade privada. Há ainda alguns conselhos que são parecidos com sindicatos”, argumentou o deputado federal Edio Lopes.

O parlamentar também ressaltou a importância da matéria para a administração pública federal “É senso comum que não se pode delegar poder de polícia a entes privados, mas as autarquias que estamos falando, que teriam poder de polícia, têm defeitos. Além disso, há uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no STF que pode, a qualquer momento, ‘jogar no colo’ da União uma despesa que ainda não sabemos ainda o quão grande será. Estamos diante de uma questão que tem desdobramentos muito importantes”, finalizou o relator da PEC 108/2019.

5.1.6 ENCONTRO COM GOVERNADORES DO NORDESTE

O presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, entregou no dia 16 de setembro aos governadores dos estados do Nordeste uma nota oficial contendo propostas para o desenvolvimento da região. Os governadores estavam reunidos em Natal, Rio Grande do Norte, para uma assembleia do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste.

Wellington Leonardo esteve acompanhado do vice-presidente do Conselho Regional de Economia do Rio Grande do Norte, Ricardo Valério. Ambos conversaram com os governadores presentes e entregaram a nota, elaborada pela Comissão de Desenvolvimento Regional do Cofecon. “Tenho um respeito muito grande ao trabalho de vocês Economistas e agradeço muito pelo apoio ao nosso evento”, agradeceu a governadora Fátima Bezerra, do Rio Grande do Norte.

Entre as propostas apresentadas estão a melhoria nas condições de crédito, a dinamização de projetos estruturantes, a finalização da transposição do rio São Francisco, uma atuação mais efetiva da Sude-ne, a exploração mais intensiva do turismo, o aprimoramento da matriz energética expandindo a produção de energia eólica e solar, a reativação do projeto de cultivo de mamona para produção de biocombustíveis e o apoio a projetos de desenvolvimento local.

5.1.7 CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO

O presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, reuniu-se no dia 9 de maio com o presidente do Conselho Federal de Administração (CFA), Mauro Kreuz, em Brasília. O objetivo da reunião foi tratar de ajustes nos processos de fiscalização de empresas das áreas econômica e administrativa promovidos pelos sistemas dos dois conselhos.

Isso porque empresas com atuação econômica têm sido fiscalizadas pelos Conselhos Regionais de Administração em razão de estarem classificadas no mesmo grupo da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, utilizado ao registrar um negócio. Tal classificação também inclui atividades de outras profissões. Segundo os presidentes relataram, o código é genérico e abarca diversas atividades privativas da Administração e da Economia, o que pode acarretar erros das áreas de fiscalização dos dois conselhos.

Alguns Conselhos Regionais de Economia e de Administração têm conseguido resolver a situação nos estados, mas os dois presidentes entenderam que é preciso pacificar a questão. Na reunião, Wellington e Marco concordaram que, caso a empresa comprove que está registrada no Corecon ou CRA do seu estado, os processos de fiscalização serão automaticamente encerrados.

Além disso, todas as vezes em que houver a fiscalização e for identificada a necessidade de registro na área de administração ou economia, o respectivo conselho será informado. Ainda que os presidentes tenham concordado com os encaminhamentos, o assunto deverá ser aprovado pelos respectivos plenários.

5.1.8 MOVIMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO ELEITORAL (MCCE)

O presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, participou da 6ª reunião do Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), realizado no dia 10 de julho, em Brasília. A autarquia passa a fazer parte da iniciativa, ao lado de entidades como os Conselhos Federais de Administração, Farmácia, Contabilidade; Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP); entre outros.

O MCCE é apartidário, composto por uma rede formada por entidades da sociedade civil, movimentos, organizações sociais e religiosas que objetiva combater a corrupção eleitoral e realizar um trabalho educativo sobre a importância do voto, visando sempre a busca por um cenário político-eleitoral mais justo e transparente.

O Movimento promoveu importantes mudanças na legislação eleitoral brasileira com a mobilização social que originou a primeira lei de iniciativa popular do País, a Lei nº 9840/99, que criminalizou a prática de compra e venda de votos. O MCCE também foi responsável pela Lei da Ficha Limpa (LC nº 135/10) que impede a candidatura de quem tenha sofrido condenações criminais em âmbito colegiado.

A diretoria é formada por Luciano Santos, do Centro Santo Dias de Direitos Humanos (CSDDH); Haroldo Santos, do Conselho Federal de Contabilidade; e Melilo Dinis, da CNBB.

5.2 AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

5.2.1 PEC nº 108/2019

O presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, participou de audiência pública na Comissão de Legislação Participativa, da Câmara dos Deputados, para discutir a Proposta de Emenda Constitucional nº 108/2019. A matéria, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre a natureza jurídica dos conselhos profissionais e representa um risco à sobrevivência dessas entidades de fiscalização e regulamentação. A reunião ocorreu no dia 4 de dezembro.

A audiência foi conduzida pelo coordenador da Frente Parlamentar em Apoio aos Conselhos Profissionais, deputado federal Rogério Correia, e pelo deputado Alencar Santana Braga. Participaram representantes de diversos conselhos de fiscalização profissional e dos funcionários dessas autarquias.

Em seu discurso, o presidente afirma que o Conselho Federal de Economia vem se posicionando, há muito tempo, de maneira crítica quanto às propostas de reforma da Previdência. “Foi assim com as apresentadas antes de Temer, com a que o Temer tentou implementar, e assim em relação a esta (Governo Bolsonaro). Uma fala apresentada no telão (do evento) me chamou a atenção porque é uma discussão que temos também no Conselho Federal de Economia. Ou a gente compreende que por trás de tudo isso há política ou não iremos muito longe”, disse.

5.2.2 REFORMA DA PREVIDÊNCIA

O presidente do Conselho Federal de Economia, Wellington Leonardo da Silva, participou no dia 26 de março de audiência pública na sede da Ordem dos Advogados do Brasil – seccional São Paulo (OAB-SP) sobre a Reforma da Previdência. Em seu discurso, afirmou que o Conselho Federal de Economia vem se posicionando, há muito tempo, de maneira crítica quanto às propostas de reforma da Previdência. “Foi assim com as apresentadas antes de Temer, com a que o Temer tentou implementar, e assim em relação a esta (Governo Bolsonaro). Uma fala apresentada no telão (do evento) me chamou a atenção porque é uma discussão que temos também no Conselho Federal de Economia. Ou a gente compreende que por trás de tudo isso há política ou não iremos muito longe”, disse.

Na ocasião, afirmou que a reforma deveria cobrar de quem deve, fazendo auditoria para saber onde estão parte dos recursos da Previdência. “Que se tribute os rentistas, os bancos, porque hoje é fácil, se ganha mais de R\$ 5 mil paga 27,5%. E os rendimentos das aplicações financeiras, sabe quanto paga? Zero. Assim, todo mundo quer brincar”, disse. O presidente do Cofecon também defendeu a cobrança dos maiores devedores da Previdência, tais como Banco Bradesco S.A – R\$ 595.084.160,56; Itaú Unibanco S.A – R\$ 446.465.262,67; e Kirton Bank S.A – R\$ 331.883.061,83. Wellington Leonardo finalizou seu discurso dizendo aos presentes: “Bem-vindos a um país injusto”.

6. PARTICIPAÇÕES

6.1 PARTICIPAÇÕES EM CONGRESSOS

6.1.1 CONGRESSO DA ANGE

Representantes dos cursos de Ciências Econômicas estiveram reunidos em Goiânia, de 2 a 4 de outubro, para discutirem os principais desafios do ensino de Economia no Brasil, durante o XXXIV Congresso da Associação Nacional dos cursos de Graduação em Ciências Econômicas (Ange). O presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, o vice-presidente, Antonio Corrêa de Lacerda, e a conselheira federal e coordenadora da Comissão de Educação do Cofecon, Denise Kassama Franco do Amaral, participaram das discussões.

Wellington Leonardo apresentou um minicurso sobre Perspectivas para o mercado de trabalho para os economistas e, no mesmo dia, esteve na mesa de abertura do evento. Antonio Corrêa de Lacerda ministrou o tema “Propostas para a retomada do desenvolvimento econômico brasileiro”, em uma sessão especial. Já a conselheira Denise Kassama apresentou trabalhos e experiências exitosas no ensino de Economia.

6.2 PARTICIPAÇÕES EM SEMINÁRIOS, PALESTRAS E DEBATES

6.2.1 SEMINÁRIO DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA DE MINAS GERAIS

O Conselho Federal de Economia prestigiou o I Seminário dos Estudantes de Economia de Minas Gerais, realizado de 12 a 14 de abril em Belo Horizonte. O presidente da autarquia, Wellington Leonardo da Silva, esteve na abertura do evento e o vice-presidente, Antonio Corrêa de Lacerda, foi um dos palestrantes.

O seminário foi uma iniciativa do Corecon Acadêmico do estado com o objetivo de integrar os estudantes de Economia e fomentar o debate político-econômico. O tema do evento foi “Estudantes de Economia e os desafios contemporâneos”. A palestra de abertura foi ministrada por Luis Nassif e teve como tema “Como viemos parar aqui?”. A vice-presidente do Corecon-RJ, Flávia Vinhaes, e o vice-presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, palestraram durante o evento.

O Seminário também contou com palestras sobre “Análise de conjuntura: a dinâmica internacional, o Brasil e o estado de Minas Gerais”, apresentada por Bruno Lazzarotti (FJP), Bruno Reis (UFMG) e Patrícia Nasser (UFMG); “A conjuntura macroeconômica brasileira e as perspectivas para o novo ciclo político”, com a vice-presidente do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (Corecon-RJ), Flávia Vinhaes, e o vice-presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda; e “Os desafios do mercado de trabalho para o economista”, com o presidente do Corecon-MG, Paulo Bretas.

Além das palestras, o evento teve com grupos de trabalho para discutir os seguintes temas: Promover o pensamento crítico e uma educação inclusiva e de qualidade; Encarar o desafio de gerar trabalho e renda diante das novas tendências do mundo do trabalho; Ser capaz de absorver ciência e tecnologia avançadas de um modo que não aprofunde a nossa dependência econômica; Seguir uma trajetória (de desenvolvimento) que combata a violência de gênero e os efeitos perversos da divisão sexual do trabalho; Reinventar a produção econômica no campo e superar nosso modelo predatório de desenvolvimento; Conviver com uma ocupação ambientalmente sustentável do espaço urbano e com a construção de cidades melhores para se viver; e Enfrentar o brutal e persistente abismo entre ricos e pobres na sociedade brasileira.

6.2.2 LANÇAMENTO DA FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, representou a autarquia no lançamento Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social. O evento ocorreu no dia 20 de março no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, em Brasília.

O Cofecon é uma das mais de cem entidades que apoiaram o movimento que tem o objetivo de proteger o direito à aposentadoria e combater a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 06/2019, conhecida como “Reforma da Previdência”, que foi enviada ao Congresso Nacional pelo governo Bolsonaro.

A mesa de abertura do evento contou com falas de dezenas de deputados e senadores, além da participação de diversas centrais sindicais. Entre os parlamentares que discursaram, estão Paulo Paim (PT-RS), eleito coordenador da Frente; Alessandro Molon (PSB-RJ), que é líder da Oposição na Câmara dos Deputados; Jandira Feghali (PCdoB-RJ), líder da Minoria na Câmara; Marcelo Freixo e Talíria Petrone, ambos do PSOL-RJ. No período da tarde, após as exposições dos parlamentares, ocorreu o Seminário PEC 06/2019: O Desmonte da Previdência Social Pública e Solidária. O evento discutiu experiências internacionais em sistemas de Previdência, além de peculiaridades do caso brasileiro e possíveis soluções que sejam economicamente eficientes e socialmente justas para a nossa realidade.

Ao final das palestras, as entidades apoiadoras da Frente foram convidadas ao debate e expuseram aos parlamentares presentes suas perspectivas sobre a Reforma da Previdência e as demandas de suas classes representadas. Em sua fala, Wellington Leonardo destacou a importância do evento para o enriquecimento em torno do debate sobre a Previdência Social. “Esse Seminário foi muito positivo. É muito importante adquirir informações daqueles que já experimentaram em seus países o modelo previdenciário implementado pelos “Chicago Boys”, que até hoje traz seus reflexos cruéis. Também é extremamente positivo poder observar que existem parlamentares capazes e com vontade de apresentar propostas alternativas à injusta, cruel e covarde PEC que estão tentando implementar no nosso país”, ressaltou o presidente do Cofecon.

6.2.3 SEMINÁRIO “EM BUSCA DA PREVIDÊNCIA JUSTA: ASPECTOS ECONÔMICOS, JURÍDICOS E SOCIAIS”

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) realizou no dia 08 de maio o seminário “Em busca da Previdência justa: aspectos econômicos, jurídicos e sociais”. O evento teve lugar na sede da autarquia, em Brasília, e contou com a participação do presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva.

Em sua exposição, o presidente do Cofecon enumerou as lições aprendidas com os países que praticam a capitalização como modelo de Previdência. “De 1981 a 2014, 30 nações optaram pela destruição da previdência pública, sendo 14 da América Latina, 14 da Europa e 2 da África. Desses 30, 18 estão revendo a destruição do sistema de previdência social porque as pessoas que trabalharam a vida inteira estão morrendo à míngua, em razão do desserviço que foi prestado às suas sociedades há anos”. disse Wellington Leonardo.

Dentre os resultados perversos mencionou o aumento do suicídio de idosos no Chile, em que a média entre maiores de 80 anos é de 17,7; as taxas de cobertura estagnaram ou diminuíram; as prestações previdenciárias (benefício) se deterioraram; a desigualdade de gênero e de renda aumentou; os altos custos de transição criaram pressões fiscais enormes; custos administrativos elevados; governança frágil (falhas na regulação e supervisão); concentração no setor de seguros privados; o setor financeiro, os administradores privados e as empresas comerciais de seguros de vida são os que mais se beneficiaram; efeito limitado nos mercados de capitais dos países em desenvolvimento; riscos demográficos e do mercado financeiro transferidos para os indivíduos; e diálogo social deteriorado. O economista destacou que a Reforma Tributária seria a questão mais urgente do Brasil e que o pilar central da dificuldade das contas públicas do País é a apropriação pelos banqueiros de R\$ 98 bilhões do PIB, o equivalente a 1,44%, via seus lucros astronômicos, e 5% do PIB por intermédio dos R\$ 342 bilhões

cobrados do governo a título de juros sobre a dívida pública. “A carga tributária não é alta, como alguns podem pensar. Ela é injusta. O imposto de renda é vergonhoso: quem ganha R\$ 4 mil paga 27,5% na fonte, enquanto os rentistas têm isenção de imposto de renda para suas aplicações e dividendos”, afirmou Wellington Leonardo da Silva.

6.2.4 PALESTRA PARA ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO

Com o objetivo de divulgar a profissão de economista entre estudantes de Ensino Médio, o presidente do Conselho Federal de Economia, Wellington Leonardo da Silva, participou de palestra no Colégio pH, no Rio de Janeiro, no dia 27 de maio.

O evento “Mesa de Negócios” contou com profissionais das áreas de Administração, Ciências Contábeis, Economia e Engenharia de Produção para debater sobre a atuação de cada carreira nos seus setores de trabalho. Na ocasião, Wellington Leonardo destacou a importância de ter estudado Ciências Econômicas para sua trajetória profissional.

6.2.5 SEMINÁRIO EM DEFESA DO CENSO, UNIVERSIDADE E DEMOCRACIA

O presidente do Conselho Federal de Economia, Wellington Leonardo da Silva, participou do Seminário em Defesa do Censo, Universidade e Democracia, realizado no dia 17 de junho no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro. Na ocasião, o economista afirmou que o Cofecon estará ao lado de iniciativas que buscam fazer do Brasil uma nação desenvolvida, digna e não tão desigual e egoísta como é atualmente.

6.2.6 LANÇAMENTO DO LIVRO DA ECONOMISTA DENISE GENTIL

A aprovação da reforma da Previdência representa uma catástrofe humanitária, é o que acredita a economista Denise Lobato Gentil, professora doutora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A afirmação foi feita no dia, 28 de junho, durante o lançamento de seu novo livro “A política fiscal e a falsa crise da seguridade social brasileira”. O evento ocorreu na sede da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro (OAB-RJ), na capital fluminense, e contou com o apoio do Conselho Federal de Economia e do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (Corecon-RJ).

Estiveram na mesa de abertura do evento o presidente da OAB-RJ, Luciano Bandeira; o presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva; a vice-presidente do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (Corecon-RJ), Flávia Vinhaes; a presidente da Comissão de Previdência Social da OAB-RJ, Suzani Ferraro; e a presidente do Instituto de Advogados Brasileiros (IAB), Rita Cortez.

O presidente do Cofecon destacou, em sua fala, que o Brasil reúne quatro condições para ser um país desenvolvido: PIB de R\$ 2 trilhões; população significativa e com grande potencial de mercado interno; vasto território sem disputas territoriais e religiosas; e recursos naturais abundantes. “O que nos falta é uma elite que mereça este nome. Nós não temos uma elite que pense em país, desenvolvimento, bem-estar e vida digna para a população. Nós temos uma elite absolutamente predatória e que a qualquer momento pode vender os seus ativos e mudar para Nova Iorque”, observou Wellington Leonardo da Silva.

6.2.7 LANÇAMENTO DA FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DE FURNAS

O Congresso Nacional lançou no dia 9 de julho a Frente Parlamentar Mista em Defesa de Furnas. Praticamente todos os partidos políticos aderiram à iniciativa, contemplando 402 deputados federais e 50 senadores. O presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, prestigiou o evento realizado no salão nobre da Câmara dos Deputados.

A Frente Parlamentar é presidida pelo deputado federal Diego Andrade (PSD-MG) e conta com o apoio de 402 deputados federais (quase 80% da Câmara) e 50 senadores (60% da Casa) e a adesão de praticamente todos os partidos políticos. O objetivo é conduzir uma ampla discussão no congresso nacional que represente todas as vertentes de pensamento e os setores econômicos e sociais envolvidos.

Em seu discurso, o presidente da Frente Parlamentar afirmou que Furnas é uma empresa saudável que já passou por um processo de reestruturação em 2018. “Temos que buscar a eficiência nas empresas públicas, mas não podemos comparar Furnas às companhias que têm prejuízos. Furnas é um exemplo para o Brasil”, disse. Para o parlamentar, a Frente defende que a empresa continue apresentando uma gestão eficiente, buscando resultados e cuidando bem de seus colaboradores. “Furnas tem o melhor corpo técnico do Brasil pela qualidade de gestão”, completou.

O presidente do Cofecon destacou que entre as atribuições da autarquia está a de zelar pelo desenvolvimento nacional; portanto, a entidade não poderia deixar de manifestar-se contrária à privatização de Furnas. “O modelo energético brasileiro é praticamente 100% limpo. É funcional, competitivo e nos permite gerar riqueza, empregos e salários. É um absurdo que se queira entregar a matriz energética brasileira para estrangeiros. Nenhum país do mundo que se preze faria isso porque é uma questão de segurança econômica nacional”, opinou Wellington Leonardo.

Ao final do evento, o presidente do Cofecon e do Corecon-RJ, João Manoel Gonçalves Barbosa, foram agraciados com a condecoração Itamar Franco, uma homenagem da Associação dos Empregados de Furnas às entidades que defendem a empresa.

6.2.8 ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE ECONOMIA (ENECO)

O presidente do Conselho Federal de Economia, Wellington Leonardo da Silva, participou do XLV Encontro Nacional de Estudantes de Economia (Eneco), realizado de 14 a 20 de julho. O evento ocorreu em Ilhéus, na Bahia, e reuniu economistas, estudantes de Economia e professores universitários. A iniciativa da Federação Nacional dos Estudantes de Economia (Feneco) contou com o apoio do Cofecon.

Wellington Leonardo esteve na cerimônia de abertura e, na ocasião, falou sobre a situação política e econômica no mundo e no Brasil. Afirmou que nunca foi tão importante participar de debates, seminários e congressos com pensadores que veem a conjuntura política e econômica de uma maneira diferente daquela propagada pelos grandes meios de comunicação. Além disso, destacou a precarização do trabalho no País. “Miséria, fome, desemprego, desesperança e aviltamento do mundo do trabalho em relação ao capital tem levado os trabalhadores a uma situação de semi-escravidão, via uberização”, afirmou.

O presidente chamou a atenção para a desigualdade social no Brasil e informou que o Cofecon coordena um Fórum que tem discutido o tema continuamente. Destacou, também, que a autarquia tem se posicionado por meio de notas oficiais sobre os principais temas econômicos, como a reforma da Previdência Social.

Por fim, Wellington Leonardo ressaltou a parceria entre o Cofecon e a Feneco durante sua gestão. “Juntos realizamos diversas ações com o objetivo de divulgarmos à sociedade a boa técnica econômica, a fim de proporcionarmos bem-estar, qualidade de vida e redução da desigualdade social no Brasil”, concluiu.

6.2.9 LANÇAMENTO DA FRENTE PARLAMENTAR EM APOIO AOS CONSELHOS PROFISSIONAIS

O presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, prestigiou o ato de lançamento da Frente Parlamentar em Apoio aos Conselhos Profissionais. O evento ocorreu na Câmara dos Deputados, em Brasília-DF, no dia 28 de agosto, e contou com a participação de cerca de 200 pessoas, que lotaram o auditório Nereu Ramos.

Wellington Leonardo esteve na mesa diretora da solenidade, ao lado do coordenador da Frente, deputado Rogério Correia; da deputada Alice Portugal; da presidente do Conselho Federal de Nutricionistas, Rita de Cássia Ferreira Frumento; do assessor jurídico da Ordem dos Advogados do Brasil, Oswaldo Pinheiro; do presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, Joel Kruger; da presidente do Conselho Federal de Psicologia, Ana Sandra Arcoverde Nóbrega; e do presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores das Autarquias de Fiscalização do Exercício Profissional, Paulo Sérgio Fernandes (Fenaser).

Em sua fala durante o evento, o deputado federal Ivan Valente afirmou ter enviado requerimento de informações à Casa Civil sobre a PEC nº 108/2019 e questionou quem participou da elaboração da

matéria. “A resposta foi a seguinte: o Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas. Alguém foi ouvido lá e não deve ser representante de vocês, para aceitar esse tipo de proposta”, comentou. O parlamentar observou que é um momento de entender o que se passa no País, e não só nas profissões regulamentadas.

O presidente do Cofecon rebateu a resposta contida no documento enviado pela Casa Civil. “Quero registrar que nem Paulo Guedes nem o governo contam com o apoio dos Conselhos de Economia, nem do Federal nem dos Regionais. Sublinho que participei de muitas reuniões do Fórum dos Conselhos mencionado pelo deputado Ivan Valente e nunca me comunicaram ou pediram a minha opinião sobre conluio com o governo”, destacou Wellington Leonardo.

Em sua fala, o presidente disse, ainda, que o Conselho Federal de Economia e os Conselhos Regionais de Economia lutarão contra a PEC 108 até o último minuto. “Nós somos o último bastião para garantir algum nível de decência na relação capital trabalho, pelo menos das profissões regulamentadas, e vão tentar nos destruir de várias maneiras. Nós vamos nos defender, não por corporativismo, mas em defesa da sociedade. Os conselhos e seus funcionários representam uma parede contra maus profissionais, zelando para que a sociedade seja protegida”, realçou.

Ao todo, 218 parlamentares de todos os partidos políticos aderiram à Frente Parlamentar que busca defender o atual sistema de funcionamento dos conselhos profissionais. O foco de atuação está no acompanhamento da tramitação de propostas legislativas e realização de eventos no Congresso Nacional em torno dessa temática. A Frente Parlamentar prevê em seu estatuto, além da participação dos deputados, a presença dos Conselhos Profissionais enquanto instituições parceiras na construção do plano de trabalho e na realização dos debates que ocorrerão.

6.2.10 EVENTO EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO ECONOMISTA

O presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, participou de evento comemorativo ao Dia do Economista, celebrado em 13 de agosto em todo o País, para festejar a data e discutir a conjuntura econômica brasileira.

O compromisso ocorreu na cidade de João Pessoa (PB), no dia 13, com a entrega do X Prêmio Paraíba de Economia Professor Celso Furtado e da Medalha Celso Furtado, evento promovido pelo Conselho Regional de Economia da Paraíba (Corecon-PB).

6.2.11 LANÇAMENTO DA ABED-RJ

O presidente do Conselho Federal de Economia, Wellington Leonardo da Silva, participou do lançamento da Associação Brasileira de Economistas pela Democracia (ABED) do Rio de Janeiro, no dia 20 de setembro. O evento ocorreu no Clube de Engenharia, na capital fluminense, e também marcou a parceria da entidade com o Centro Celso Furtado. Na ocasião, foi entregue o título associativo benemérito aos economistas Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa, Saturnino Braga e Celso Furtado (in memoriam).

“É uma honra estar aqui como presidente do Conselho Federal de Economia considerando a importância desses movimentos de cidadania e das discussões sobre projetos de desenvolvimento, seguindo o exemplo do Celso Furtado”, disse Wellington Leonardo da Silva. O presidente observou que o Brasil vive em uma fase obscurantista onde a matriz ideológica é o repúdio à ciência e ao conhecimento.

6.2.12 PALESTRA NO ENCONTRO NACIONAL DA JOVEM ADVOCACIA

O presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, participou de debate sobre “Reforma Trabalhista e Previdenciária e os efeitos da desconstitucionalização dos direitos sociais” durante o Encontro Nacional da Jovem Advocacia (Enja). O evento ocorreu nos dias 7 e 8 de novembro, no Rio de Janeiro, e reuniu advogados em início de carreira, estudantes de Direito e estagiários para discutirem a OAB do Século XXI: “Democracia, Institucionalidade e Inovação”.

O painel que contou com a participação do presidente do Cofecon ocorreu no dia 8 de novembro, às 12h, e teve a participação da doutora em Direito e presidente da Comissão de Previdência Pública e Complementar da OAB-RJ, Suzani Ferraro; e do diretor do Departamento de Direito da PUC-Rio e doutor em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela PUC-Rio, Francisco Guimarães.

7. NOTAS OFICIAIS

7.1 NOTAS DO COFECON

7.1.1 BASTA DE CRIMES SOCIOAMBIENTAIS

01/02/2019

O Conselho Federal de Economia vem a público externar o sentimento de tristeza e solidariedade às famílias envolvidas na tragédia ocorrida em 25 de janeiro, no município de Brumadinho, em Minas Gerais. A mineração é uma atividade fundamental para a economia do estado de Minas Gerais e de todo o país. É lamentável que a segurança das pessoas e o respeito ao meio ambiente tenham sido tão negligenciados pela mineradora Vale e pelo poder público.

Centenas de vidas foram perdidas na que já é a maior tragédia envolvendo rompimento de barragens com resíduos minerais e industriais da história do planeta, superando o desastre da barragem de resíduos de carvão de Buffalo Creek, na Virgínia Ocidental (EUA), em 1972, quando ocorreram 125 mortes.

A tragédia em Brumadinho não foi acidente, tampouco fatalidade. Ocorrida três anos após Mariana (19 mortos e contaminação de toda a bacia do Rio Doce), Brumadinho é resultado da ganância das grandes corporações, que buscam reduzir seus gastos com manutenção, segurança e sustentabilidade ambiental de forma a maximizar seus lucros, aliada à falta de regulamentação e fiscalização por parte do setor público.

Estimativas do mercado previam que a Vale faturaria mais de R\$ 150 bilhões em 2019 e obteria lucro líquido superior a R\$ 20 bilhões. O absurdo é que as empresas mineradoras, em média, investem apenas 3% do seu lucro líquido em manutenção, segurança e sustentabilidade socioambiental. Não há investimentos em prevenção. Se houvesse, o refeitório e o setor administrativo da Vale, locais onde estavam a maior parte das vítimas, já teriam sido removidos da área jusante da barragem há muito tempo. Deve ser destacado que essa transferência chegou a ser discutida em reunião da diretoria, mas foi descartada, provavelmente em razão do seu custo, um verdadeiro ato de negligência.

Aliás, sequer deveria haver barragens como a de Brumadinho, em que a sustentação se dá sobre os próprios resíduos, tornando-a frágil e vulnerável. Uma das alternativas mais seguras – e que já é adotada em outros países – é a transferência dos rejeitos para a cava da mina. No Brasil não se faz porque é mais caro. Ademais, deve ser destacada a notória pressão que sofrem os servidores federais e estaduais da área ambiental para a concessão de licenças. Pressão esta advinda de chefias que, via de regra, são indicadas pelas grandes corporações.

São 988 barragens com rejeitos minerais e industriais no país, das quais 40 apresentam riscos reais de ruptura. Mas, em vez de tornar a legislação mais rígida, para garantir maior segurança socioambiental, o atual governo vinha afirmando que as leis já são “rígidas demais”, como declarado recentemente em Davos: “o Brasil é o país que mais preserva o meio ambiente do mundo”. A lógica por trás dessa afirmação é que a legislação seria muito rígida e deve-se flexibilizá-la, para deleite das grandes corporações, das mineradoras e do agronegócio.

Tramitam no Congresso Nacional projetos de lei que flexibilizam ainda mais a legislação ambiental. O MMA, o Ibama e o ICMBio só não foram extintos por causa da resistência da sociedade brasileira, mas o poder público vem esvaziando esses órgãos ao longo dos últimos anos, numa verdadeira operação de desmonte, assim como vem fazendo com a FUNAI, o INCRA, entre outros.

Não se pode permitir que o que ocorreu em Mariana, em que os 22 responsáveis pelo crime socioambiental foram inocentados, ocorra também no caso de Brumadinho, inocentando a Vale e seus executivos de mais esse crime. Infelizmente as multas imputadas à mineradora serão contestadas judicialmente e seus pagamentos podem ser postergados indefinidamente.

O Conselho de Administração da Vale, de forma hipócrita, deliberou pela suspensão dos pagamentos dos bônus aos seus executivos, assim como a distribuição de dividendos aos acionistas, benesses que provavelmente serão retomadas assim que a tragédia de Brumadinho sair de pauta, exatamente como ocorreu após o caso de Mariana. É indispensável uma maior rigidez da atividade mineral e, para tanto, o fortalecimento da Agência Nacional de Mineração (ANM), assim como das demais agências reguladoras.

O Cofecon lamenta que, após a queda da barragem de Mariana, um desastre como este tenha se repetido. As autoridades precisam agir rapidamente, pois o potencial de risco de novas ocorrências já foi sinalizado por especialistas. A vida humana, a fauna e flora que coabitam nesses locais merecem respeito.

A Vale foi privatizada em 1997 por irrisórios R\$ 3,3 bilhões, com financiamento subsidiado pelo BNDES e recebimento das chamadas “moedas podres”. Desde então, há questionamentos quanto à exploração de recursos minerais estratégicos do país por interesses privados e acionistas estrangeiros, que demonstram mais uma vez ter reduzida responsabilidade com a sustentabilidade ambiental, pouca consideração pela vida de seus próprios trabalhadores e da população da região em que opera. Dessa forma, deve ser retomado o debate sobre a reestatização de empresas que operam em setores estratégicos.

7.1.2 NOTA DO COFECON SOBRE A PROPOSTA DE REFORMA PREVIDENCIÁRIA

23/03/2019

O Conselho Federal de Economia (Cofecon), cumprindo as funções que lhe são atribuídas em nosso ordenamento jurídico, vem apresentar sua avaliação sobre pontos relevantes da proposta de Reforma da Previdência do Governo. Entendemos que o principal objetivo deveria ser promover a justiça social. Não podemos apoiar mudanças que provoquem retrações nos fluxos de transferências governamentais para os estratos de menores rendas, com a promessa de que isto viabilizará ritmo maior de crescimento, baseada em hipóteses como a chamada “contração fiscal expansionista”, atualmente desacreditada pela grande maioria dos macroeconomistas dos meios acadêmicos internacionais. E, mesmo que funcione, crescer concentrando renda melhoraria a qualidade de vida de poucos, não sendo o que o economista deve buscar.

Em relação à proposta de Reforma da Previdência do governo:

- Repudiamos a desconstitucionalização da Previdência Social, a qual propõe transferir para as leis complementares, mais fáceis de instituir e alterar, regras fundamentais do que deve ser uma inalienável função do Estado.

- No mesmo sentido, é inaceitável o uso do montante esperado de recursos economizados como base para a especificação e negociação da Reforma. A Previdência Social precisa ser sustentável e compatível com o crescimento econômico inclusivo do país, mas os ajustes podem e devem ter efeitos graduais ao longo do tempo. Não existem riscos iminentes de dificuldades financeiras do setor público que não possam ser minimizados com a retomada mais robusta da atividade econômica e uma adequada reforma tributária.

- Não se justifica a manutenção de privilégios para algumas castas do serviço público, como aposentadoria para os militares, com integralidade e paridade sem qualquer consistência com os princípios atuariais – sem gerar um montante em contribuições previdenciárias, ao longo da vida laboral, suficiente para pagar o valor de suas aposentadorias. Os servidores civis, que ingressaram no serviço público a partir de 2013, só recebem valores acima do teto previdenciário geral, atualmente em R\$ 5,8 mil, de acordo com o montante de contribuições que acumularam. Os que entraram anteriormente possuem direitos adquiridos, em geral sem consistência atuarial; por isso, apoiamos elevações de contribuição e de tempo de acesso à aposentadoria, para aquelas acima do teto.

- Não se justifica a manutenção de privilégios para algumas castas do serviço público, como aposentadoria para os militares, com integralidade e paridade sem qualquer consistência com os princípios atuariais – sem gerar um montante em contribuições previdenciárias, ao longo da vida laboral, suficiente para pagar o valor de suas aposentadorias. Os servidores civis, que ingressaram no serviço público a partir de 2013, só recebem valores acima do teto previdenciário geral, atualmente em R\$ 5,8 mil, de acordo com o montante de contribuições que acumularam. Os que entraram anteriormente possuem direitos adquiridos, em geral sem consistência atuarial; por isso, apoiamos elevações de contribuição e de tempo de acesso à aposentadoria, para aquelas acima do teto.

- A participação do Governo no financiamento da Previdência, hoje assegurada pela Constituição com o Orçamento da Seguridade Social – que agrega despesas com previdência, assistência social e saúde, e receitas com contribuições previdenciárias, do empregado e empregador, a de alguns tributos, principalmente Cofins e CSLL – precisa ser preservada, assim como reconstituída, devido a perdas como as decorrentes da reforma trabalhista e de desonerações, em particular a DRU. Apenas as contribuições previdenciárias não seriam suficientes para financiar todos os benefícios, principalmente os dos cidadãos de baixa renda, inclusive por grande parte passar períodos extensos da vida economicamente ativa desempregados ou no setor informal.

- Os efeitos do crescente tempo de sobrevida da população sobre os gastos previdenciários não precisam ser compensados de forma imediata, pois os resultados do Orçamento da Seguridade Social não têm apresentado desequilíbrios, como ocorre com “orçamentos de previdência”, sem a obrigatória contribuição do Estado, com que o Governo costuma impressionar a opinião pública.

- Esses efeitos também não devem ser compensados por medidas que aumentem as desigualdades, tais como elevações intempestivas de idades e tempos de contribuição mínimos e reduções nos valores das aposentadorias por invalidez, pensões por morte, benefícios previdenciários acumulados – quando incidentes sobre os estratos de menores rendas – e benefícios de prestação continuada. Mesmo com a incidência gradual de várias dessas medidas, decorrente da instituição de regras de transição, as alterações seriam muito mais rápidas que a elevação da sobrevida da população, levando a perdas injustificadas de renda.

- Em termos de desequilíbrios de curto prazo, tais efeitos seriam totalmente superados com a elevação do ritmo de crescimento e a recuperação dos vultosos créditos, que não têm sido cobrados satisfatoriamente.

- Alíquotas por faixa salarial sem regra permanente de ajuste periódico pelas perdas inflacionárias podem transformar-se em mecanismo de confisco, como tem ocorrido com a tabela de imposto de renda.

- A retirada da obrigatoriedade de recolhimento de FGTS e de pagamento de multa de 40% do FGTS, em demissões sem justa causa, dos empregados já aposentados pela Previdência Social, representa uma perda de direito do trabalhador e também contribui para o aumento das desigualdades.

- Em sua Exposição de Motivos, o Governo deixa claro que pretende “introduzir, em caráter obrigatório, a capitalização, tanto no RGPS quanto nos RPPS”. Mesmo declarando ser um objetivo de longo prazo, o período pode ser abreviado, se vier a estabelecer condições mais vantajosas para as empresas com o sistema de capitalização, fazendo com que quase todos os empregos oferecidos passem a ser nesse sistema. Em todo caso, a proposta de capitalização apresentada é inaceitável, porquanto: (i) Veda a transferência de recursos públicos, abolindo o sistema de financiamento tripartite; (ii) Estabelece piso não inferior a um salário mínimo, garantido por um fundo solidário. Desta forma, como é vedado o financiamento com recursos públicos, não haveria outra fonte para o fundo solidário manter o piso, senão os recursos dos que contribuiriam mais e teriam direito a aposentadoria superior ao piso.

- O resultado seria um empobrecimento em massa, com grande parte se aposentando com valores inferiores aos que acumulariam com suas contribuições, devido às transferências para o fundo solidário. E não apenas as aposentadorias mais altas seriam penalizadas, alcançando também valores como de mais de um até três salários mínimos, que, em 2018, representavam um quarto dos benefícios do RGPS.

Com base nessas disfunções encontradas na proposta de capitalização do Governo e ainda no competente estudo da Organização Internacional do Trabalho (ONU/OIT) sobre o fracasso das experiências de privatização da Previdência Social, realizada em trinta países desde os anos oitenta [Reversing Pension Privatizations: Rebuilding public pension systems in Eastern Europe and Latin America], inclusive o caso chileno, tão elogiado por alguns, rejeitamos enfaticamente essa proposta de capitalização. A melhor solução é manter o atual sistema, com modelo de repartição simples obrigatório até o teto e modelo de capitalização facultativo complementar. Para os servidores públicos com aposentadoria acima do teto, sem consistência atuarial, apoiamos elevações de contribuições e do tempo para acesso.

7.1.3 NÃO SE DISCUTE UMA QUALIFICADA REFORMA TRIBUTÁRIA

27/03/2019

Na primeira quinzena de dezembro de 2018, uma comissão especial da Câmara dos Deputados aprovou proposta de Reforma Tributária que tem como ponto básico a unificação de nove tributos em um só, o Imposto sobre Operações de Bens e Serviços (IBS), ressaltando o argumento de que, assim, estaria sendo alcançada uma simplificação dos procedimentos fiscais.

A alegada simplificação é importante, uma vez que diminui os trabalhos e os custos que as empresas empregam no cumprimento das obrigações, porém não resolve a mais grave deformação do sistema tributário brasileiro: a acentuada regressividade do modelo, traduzida pela alta incidência de tributos indiretos, que alcançam mais intensamente as operações econômicas que envolvem o consumo de bens e serviços, em detrimento da tributação direta sobre as altas rendas e sobre o estoque de riquezas.

A proposta em nada melhora a deformação aqui referida, uma vez que os nove tributos – Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto Sobre Serviços (ISS), Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) e Salário-educação – são todos indiretos e ficariam unificados em um outro tributo também indireto, o IBS. A iniciativa se encaixa em algo que, na linguagem mais popular, seria definido como “trocar seis por meia dúzia”, considerando que sua potencial aplicação não resultaria em nenhuma repercussão de natureza econômica e muito menos social. Assim posto, é possível afirmar que não há uma reforma tributária em curso.

A tributação indireta deve ser aplicada de forma seletiva, de modo a não alcançar pessoas de baixa renda quando elas adquirem bens ou serviços essenciais (alimentos e medicamentos, por exemplo), até para obedecer a dois princípios constitucionais postos no artigo 153/§ 3º/I, no caso do IPI, e no artigo 155/§ 2º/III, no caso do ICMS, ficando reservada a sua aplicação mais intensa para operações que envolvam produtos e serviços não essenciais, como os artigos de luxo, bebidas e cigarros. (Detalhe: o ICMS é o tributo brasileiro de maior expressão econômica em termos de arrecadação).

A mesma incidência indireta permite algumas facilidades ao ente tributante, na medida em que o contribuinte (o pagador dos impostos) não se dá conta, de imediato, de que está sendo alcançado pelos tributos, já que estes estão inclusos nos preços. É de se imaginar o caso de um indivíduo situado num degrau inferior da escala social, um pedinte de esmolas, por exemplo, que vai ao armazém ou supermercado para usar o produto da sua mendicância na aquisição dos básicos leite, pão, arroz, feijão e açúcar, e tem que deixar no caixa algo em torno de 20% do valor das compras que será destinado ao pagamento de obrigações fiscais. Tal situação permite a absurda conclusão: no Brasil, até os pedintes são fortemente alcançados pela tributação.

A tributação direta, ao contrário, é aplicada de forma mais justa, ao incidir sobre a renda, mais marcadamente sobre as altas rendas, e sobre o estoque de riquezas patrimoniais. No Brasil, infelizmente, essas hipóteses de tributação têm baixo significado econômico, cabendo citar que no ano de 2015 a arrecadação com os seis tributos sobre a propriedade (Sobre Grandes Fortunas, ITR, ITCMD, IPVA, IPTU e ITBI) alcançou a marca de 1,45% do PIB, num universo de 32,11% do PIB correspondente à carga tributária total registrada naquele ano (dado coletado em A Reforma Tributária Necessária, 2018: Anfip, Fenafisco). De outra parte, o Imposto de Renda (IR) brasileiro também é de baixa expressão econômica em termos de arrecadação, figurando em 48º lugar numa relação que compara a aplicação desse tributo em 57 países da OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – e da América Latina, dados de 2015 (fonte: Anfip, Fenafisco). Está previsto no Regulamento do Imposto de Renda, objeto do Decreto nº 3.000/99 – complexo diploma legal composto de mais de 1.000 artigos e mais um conjunto de outras leis –, uma série de dispositivos desonerativos, sendo o mais falado aquele que dispensa a incidência do imposto nos ganhos de lucros e dividendos auferidos por pessoas físicas ou jurídicas, domiciliados no Brasil ou no exterior, nos termos da Lei nº 9.249/95, em seu artigo 10.

A proposta apresentada pelos parlamentares está em consonância com o que sempre foi praticado

no Brasil. Os que detêm as rédeas sociais – os ricos e poderosos – nunca se dispuseram a devolver à sociedade parte do que a mesma sociedade lhes transfere no processo de permanente acumulação/concentração da riqueza. Prova marcante disso é o caso do Imposto sobre Grandes Fortunas, que nunca saiu do imaginário do legislador constitucional, fazendo do artigo 153/VII (dispositivo que prevê o tributo) um enfeite, uma figura de arabesco, já que não possui nenhum significado prático, dado que, até hoje, ainda carece de uma lei complementar para a sua efetivação.

Com a indicação da Comissão fica perdida uma excelente oportunidade para correção daquela grave deformação do modelo tributário, cuja adequação poderia gerar valiosos desdobramentos positivos de natureza econômica e social, considerando que o instrumental tributário dispõe de eficazes ferramentas para tal fim.

Nesse passo, alguns dados merecem destaque: em 2015, no Brasil, 22,7% do produto da arrecadação tributária foi proveniente de tributos sobre a renda e o patrimônio, 49,7% foi proveniente do consumo e 27,6% definidos como “outros” (basicamente incidências sobre a folha de pagamento). Nos países mais evoluídos – EUA, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá – as práticas tributárias estão pautadas numa lógica bem diversa, na qual a tributação direta tem mais importância. Nos Estados Unidos, por exemplo, naquele mesmo ano de 2015, a arrecadação com Imposto de Renda e com tributos que incidem sobre o patrimônio representou 59,4% do total arrecadado, enquanto 17% veio da tributação sobre o consumo e 23,6% de “outros”; os dados médios para os países da OCDE são, na mesma sequência, 39,6%, 32,4% e 28%. (Fonte dos dados: Anfip, Fenafisco).

Nesse contexto, é necessário entender que a busca por práticas idênticas àquelas aplicadas naqueles países é o que construirá uma efetiva reforma tributária no Brasil. Por enquanto, a proposta apresentada pela Câmara dos Deputados está longe disso, dado que concentrada na alteração ou simplificação de tributos indiretos.

7.1.4 NOTA DO COFECON PELA LIBERDADE DE IMPRENSA COMO UM DOS MAIORES PILARES DA DEMOCRACIA

16/04/2019

O COFECON, entidade representativa dos Economistas no Brasil, diante da decisão judicial proferida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes, através da qual determinou a retirada de notícia do portal “O Antagonista”, e também da Revista *Crusoe*, vem manifestar incondicional defesa do princípio constitucional da Liberdade de Expressão e Manifestação. A imprensa livre é um elemento indispensável ao estado democrático de direito, materializando-se na capacidade do indivíduo de publicar e dispor de informações através dos meios de comunicação em massa, sem a interferência do estado.

O estado democrático de direito é um dos eixos fundamentais para a melhoria da confiança dos agentes econômicos, para a retomada dos investimentos e para a aceleração da taxa de crescimento, necessários à redução dos níveis alarmantes de desemprego com os quais convivemos hoje em nosso país.

Nesse cenário, registra-se o inconformismo dos economistas brasileiros diante da atitude ilegítima e inconstitucional, conforme manifestou a Procuradora Geral da República, de um membro da mais alta Corte de Justiça no Brasil, na esperança de que a decisão seja, o mais rápido possível, revogada.

Devemos destacar que, assim como a censura aos meios de comunicação é incompatível com os princípios da democracia, também o são os ataques sorrateiros às instituições basilares da República Brasileira. As críticas eventuais a ministros do STF não podem servir de motivo para minimizarmos a importância do equilíbrio dos Poderes no país.

O Cofecon recomenda que o governo implemente políticas específicas para a geração de empregos e renda.

7.1.5 PELA PRESERVAÇÃO DO CENSO DEMOGRÁFICO 2020

27/05/2019

A lógica do corte e contingenciamento de gastos, que tem norteado a ação da equipe econômica do governo, atingiu fortemente os recursos para a realização do Censo Demográfico de 2020, realizado pelo IBGE, que sofreram uma redução da ordem de 40%. Tal corte compromete a qualidade das informações sobre a realidade socioeconômica do país e coloca em risco análises de natureza socioeconômica nos próximos dez anos.

Deve-se destacar que as informações coletadas pelo Censo junto aos 210 milhões de brasileiros são cruciais não apenas para o planejamento governamental, mas também para o setor privado e as instituições de ensino e pesquisa. Por exemplo, as informações sobre o contingente populacional de cada município, apuradas pelo Censo, são indispensáveis para possíveis correções na distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), para a elaboração de políticas educacionais e de saúde, para a geração de emprego e renda e redução das desigualdades.

Deve-se ressaltar, ainda, que as fortes restrições impostas pelo governo federal às atividades do IBGE têm se repetido em várias unidades da federação, com substantivos cortes orçamentários e, ainda pior, com o fechamento de instituições de planejamento, pesquisa e estatística, como ocorrido na Paraíba, Piauí e Rio Grande do Sul.

O Censo contribui de forma decisiva para a promoção de melhores condições de vida para a sociedade brasileira. Por se tratar de uma pesquisa tão fundamental para o planejamento e execução das políticas públicas, o Cofecon se posiciona contrário ao corte de recursos que possam comprometer sua qualidade.

7.1.6 NOTA SOBRE A SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA NACIONAL

05/05/2019

Pelo sexto ano consecutivo a economia brasileira deverá apresentar crescimento pífio, entremeada por dois anos de queda do PIB. Desde 2014 não há crescimento em nível suficiente para absorver o enorme contingente desempregado e os novos indivíduos que ingressam no mercado de trabalho. A taxa de desemprego, conseqüentemente, vem batendo sucessivos recordes.

As expectativas para o desempenho econômico deste ano pioram a cada mês, situando-se já entre 0,66% no primeiro trimestre e 1,2 % no segundo. A euforia que tomou conta do mercado financeiro na virada do ano vai se esvaindo: de 100,4 mil pontos alcançados em 19 de março, o Ibovespa fechou com 97,5 mil pontos em 30 de maio; o dólar comercial, cotado a R\$ 3,65 em 31 de janeiro, subiu para R\$3,97 em 30 de maio, após ter atingido R\$ 4,10 dez dias antes.

O reflexo da paralisia econômica que o país vive se manifesta de forma mais dramática no assombroso número de 18,2 milhões de trabalhadores em desemprego aberto ou por desalento no primeiro trimestre de 2019, nada menos que 1,5 milhão acima do registrado em dezembro de 2018. Preocupa também a aceleração da inflação, que esteve sob controle em 2017 (2,95%) e 2018 (3,75%), mas que nos quatro primeiros meses do ano apresenta uma taxa anualizada de 4,94%. Ainda mais grave foi a alta no custo da cesta básica nos 12 últimos meses, variando de 17,39% em Brasília a 20,25% em Goiânia, passando por 18,42% em Salvador.

É evidente que, para a retomada do desenvolvimento econômico, torna-se imprescindível um mínimo de estabilidade político-institucional. Porém os frequentes choques entre o Executivo e o Congresso Nacional e o Poder Judiciário vão exatamente na contramão dessa condição. Outra premissa fundamental para alicerçar o crescimento econômico é a manutenção, e mesmo a ampliação, dos investimentos públicos e privados.

Mas, segundo o portal do governo brasileiro na internet (brasil.gov.br), desde 2011 os diferentes governos têm ido na direção oposta, operando corte sobre corte, o que tem gerado um ciclo negativo, inibindo o investimento privado, o que por sua vez deprime a atividade econômica, fazendo cair ainda mais a arrecadação. Este tem sido o caso da Educação – que apresenta avaliações sofríveis em todos os indicadores comparativos internacionais – com os anunciados cortes e contingenciamentos na área, comprometendo o necessário avanço nos baixos indicadores, decisivos para o futuro da nação. Tais cortes geraram recentes protestos de centenas de milhares de professores e estudantes em todo o País.

A situação econômica, social e política do país é grave. A piora dos indicadores sociais tem sido acompanhada pelo aumento da concentração da renda e da riqueza e pelo aumento da violência urbana e no campo, atingindo, sobretudo, segmentos mais vulneráveis da população, como os jovens (notadamente os negros); as populações indígenas e quilombolas; a população LGBT; e as mulheres, vítimas de feminicídios.

Merecem também atenção a Política Ambiental, que tem passado por evidente regressão, e a Política Externa, marcada pela submissão dos interesses nacionais aos dos EUA, com evidentes prejuízos à soberania, à economia nacional e à imagem do país.

Em suma, a estagnação da economia brasileira tem imposto enorme sacrifício à sociedade e é urgente a reversão desse quadro. Por essa razão, o tema do próximo Congresso Brasileiro de Economia (23º CBE), que ocorrerá em outubro, em Florianópolis, será “Alternativas para a Retomada do Desenvolvimento Econômico”.

7.1.7 DIRETRIZES PARA UMA ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO INCLUSIVO 03/08/2019

Com perspectivas incertas para a economia brasileira, no curto e longo prazos, precisamos buscar uma agenda mínima para a política econômica que possa ter o apoio mais amplo possível das diversas correntes do pensamento econômico. Entendemos que o receituário que tem prevalecido na política econômica do país, nos últimos anos, é o principal causador da retração econômica em 2015/2016 e do crescimento pífio, levando até à retração da renda per capita, a partir de então. Não é aceitável continuar a insistir em cortes de gastos públicos, tanto em custeio quanto em investimentos, como forma de recuperar a confiança e, assim, o crescimento econômico, com o agravante de que a grande maioria dos cortes propostos serem em investimentos públicos e transferências, previdenciárias e outras, para os mais pobres, aumentando as desigualdades.

Contestamos a rejeição de alguns economistas a qualquer restrição ao funcionamento dos mercados, com a alegação de que, entre os agentes do Estado responsáveis, tanto os políticos quanto os técnicos, sempre prevalecerão seus interesses pessoais, mais ligados ao enriquecimento e progresso na carreira, em detrimento dos interesses da população em geral. Além disso, argumentam que mesmo um planejador benevolente não alcançaria resultados melhores que o livre mercado, qual seja, produzir os bens e serviços nas quantidades e qualidades preferidas pelos consumidores. Segundo eles, seria apenas controlar as chamadas falhas do mercado que o sistema econômico funcionaria da melhor maneira.

Entretanto, esse controle seria feito por agentes externos ao mercado, o que recairia no problema de desvio de interesses. Além disso, o livre mercado não fornece soluções para todos os nossos desafios de médio e longo prazos, como os de reduzir as desigualdades e distribuir oportunidades. Para tanto, esses economistas mais liberais eventualmente aceitam políticas horizontais, como investimentos em educação, embora priorizem, obstinadamente, o equilíbrio orçamentário de curto prazo. Por mais que insistam nas vantagens desse receituário, os casos concretos, no Brasil e no mundo, indicam não ser suficiente. Vale citar as dificuldades econômicas da Argentina nas últimas décadas, possivelmente maiores que as do Brasil, mesmo com níveis

educacionais da população muito melhores. Entre as regiões do Brasil, a quantidade e qualidade de engenheiros e técnicos formados no Nordeste seriam o bastante para propiciar níveis de industrialização comparáveis aos do Centro-Sul.

Conclamamos os economistas, de todas as abordagens, a elaborar um programa mínimo para tirar o País desta letargia. Algo na linha do que os EUA, grande nação liberal, fizeram em reação à crise financeira de 2008, ao lado das outras nações economicamente avançadas da Europa - política fiscal anticíclica. O descontrole dos gastos públicos pode levar ao descontrole da dívida pública, eventualmente incentivando fugas de capitais, que podem pressionar inflação e serem um fator recessivo. Contudo, o "austericídio" não está resolvendo, nem esperamos que resolva. Elevação dos investimentos em infraestrutura, mas com mecanismos de controle da dívida pública, algo como tetos para períodos futuros, anunciados e rigorosamente observados, aumento das operações de crédito dos bancos públicos e políticas que favoreçam reduções das taxas de juros cobradas das empresas e dos consumidores é a nossa proposta para o curto prazo.

Com isso, demanda adicional seria gerada do aumento de gastos públicos, elevando a produção e, assim, a arrecadação, parte da qual poderia ser direcionada para reduzir a dívida pública. Ao lado dessa estratégia de curto prazo, um projeto de país que melhore a qualidade de vida de todos precisa ser estabelecido. Uma estratégia seria algo como dois polos de desenvolvimento complementares, que poderíamos chamar de economia da complexidade e economia das comunidades.

O primeiro seria o desenvolvimento de atividades econômicas de alta complexidade produtiva e grande potencial de mercado, podendo gerar bens e serviços finais ou participar de cadeias globais de valor. Neste polo, propõe-se uma ação do Estado também na linha da grande nação liberal e de outras desenvolvidas da Europa, qual seja, a promoção e o apoio à ciência, tecnologia e inovação, complementada por algumas políticas de incentivo e proteção setorial. Sem maiores preocupações com as doutrinas de livre mercado, os países desenvolvidos há muito mantêm gastos públicos com projetos de pesquisa, em universidades e agências públicas, que geram inúmeras aplicações econômicas, além de proteção a setores, como o agropecuário, por exemplo. Com isso, seriam geradas, massivamente, ocupações de alta produtividade, que alcançariam altas remunerações e seriam transmitidas, pela concorrência no mercado de trabalho, a setores menos complexos.

Política anticíclica e de desenvolvimento de complexidade produtiva ainda não seria suficiente. Poderia tornar-nos uma economia como a indiana, com ilhas de excelência num mar de miséria. É preciso incentivar setores que gerem muito emprego de menor qualificação, como construção e comércio, e promover o segundo polo de desenvolvimento, a economia das comunidades, para absorver o grande contingente de trabalhadores desempregados, desalentados e com ocupações precárias. Seria estimular e apoiar a disseminação de atividades produtivas em comunidades rurais e nas periferias urbanas, que possam ser realizadas pelos seus membros e tenham mercado, interno ou externo. Incentivos fiscais e creditícios, ao lado de assistência técnica, poderiam propiciar geração de renda nessas comunidades, com gradual redução da dependência de transferências assistenciais, como o programa Bolsa Família.

A integração econômica é fundamental para aumentar a competitividade e abrir novos mercados, desde que, tanto privilegie setores de maior valor agregado e inovação tecnológica, quanto contribua para a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

7.1.8 ALTERNATIVAS PARA A RETOMADA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

18/10/2019

Crescimento econômico é uma condição necessária, porém insuficiente, para o desenvolvimento. Há diferentes interpretações sobre desenvolvimento econômico. No entanto, todas compreendem a distinção entre crescimento, uma abordagem quantitativa, e desenvolvimento, uma visão qualitativa.

O XXIII Congresso Brasileiro de Economia (CBE), que trouxe como tema central: “Alternativas para a retomada do desenvolvimento econômico”, convocou os economistas a refletir sobre as escolhas das políticas econômicas praticadas, em um contexto no qual indicadores oficiais apontam para uma persistência da crise no país, com altas taxas de desemprego e reconcentração de renda.

O foco na austeridade fiscal como objetivo principal da política econômica em vigor desde 2015 tem contribuído significativamente para a persistência da estagnação, com todas as suas consequências econômicas, sociais e políticas. Isso pode ser ilustrado pelos 28,4 milhões de brasileiros desempregados, em situação de desalento ou subocupados (nível máximo), e pelo nível do Produto Interno Bruto (PIB) per capita que tem apresentado decréscimo em sua série histórica, conforme dados do IBGE.

As políticas econômicas de inspiração liberal, que pregam a visão de Estado mínimo como uma panaceia para os males, não encontram respaldo em experiências bem-sucedidas da maioria dos países. As ações restritivas das políticas sociais, o reposicionamento dos bancos públicos e a proposta de privatização de empresas estratégicas tendem a retardar a retomada do crescimento do país, que já traz em sua estrutura uma grave concentração de renda, além de disparidades regionais e sociais.

A reforma da legislação trabalhista, aprovada em 2017, prometendo ampliar o nível de emprego, não surtiu efeito, a não ser na ampliação da subocupação. As propostas de reformas da Previdência e tributária, em tramitação, além de não enfrentarem o âmago dos grandes problemas nacionais, acabam por penalizar a população brasileira. Tais reformas também comprometem a capacidade de retomada do crescimento, uma vez que reduzem a demanda agregada.

Na temática do meio ambiente, devem-se enfatizar dois pontos: evitar retaliações por parte dos parceiros comerciais, comprometidos com as pautas ambientais, e não permitir a deterioração da imagem do país, comprometendo sua credibilidade. É preciso estar mais atento às questões diplomáticas, pois impactam diretamente o setor exportador, o que pode agravar ainda mais a crise econômica.

Ao longo do Congresso, foram debatidas algumas alternativas de crescimento econômico para o Brasil, tais como a ampliação de gastos públicos com infraestrutura e políticas sociais, hoje limitados pela Emenda Constitucional 95/2016, a necessidade da simplificação e progressividade do Sistema Tributário, bem como a implementação de políticas que resultem no aumento de produtividade dos fatores econômicos.

Investimentos em projetos de infraestrutura criam importantes externalidades na economia, tanto para os setores produtivos quanto para o aquecimento do mercado interno. Além disso, a manutenção e o aprimoramento de políticas relacionadas à rede de proteção social reduzem as desigualdades tão profundas em nossa sociedade. Deve-se destacar que a garantia de acesso à educação e a um sistema de saúde públicos de qualidade é uma das principais formas de mitigar a heterogeneidade social no Brasil. Os gastos públicos geram efeito multiplicador que potencializam o crescimento da produção, da renda e, conseqüentemente, da arrecadação tributária. Ressalta-se que a ampliação do consumo de classes populares, que possuem alta tendência de consumir, bem como de investimento, são pilares para um projeto de crescimento.

O Brasil é um país rico, com grande extensão territorial, população e recursos naturais. Buscar o desenvolvimento econômico sustentável, para uma boa gestão dessa riqueza, requer respeito às instituições e aos marcos constitucionais.

7.1.9 CRESCER PARA QUEM? MAIS CRESCIMENTO COM INCLUSÃO SOCIAL 13/12/2019

Após a pior recessão de nossa história, desde 2017 a economia brasileira voltou a crescer, mas a taxas pífias, que se repetirão no corrente ano. A confiança na economia em geral tem influência nas decisões de produção e investimento, mas cada empresário e investidor priorizará as condições e perspectivas de seus próprios negócios.

Esse ritmo de crescimento desalentador poderá, em algum momento, melhorar, embora, com o atual modelo de política econômica, não alcançará taxas como a média anual de 3,7% da primeira década do século XXI. Não obstante o peso das políticas adotadas pelo governo, o sistema econômico possui mecanismos para fomentar o aumento da atividade - pessoas e empresas vão reduzindo seu endividamento; bens de consumo duráveis, de capital e imóveis vão se depreciando; recursos produtivos, como aluguéis, máquinas, equipamentos e mão-de-obra vão baixando de preço.

Tão importante quanto crescer a produção é como ela será distribuída. Não existem razões nem evidências para apoiar a estratégia de crescer o bolo para depois distribuí-lo. É essencial avaliar quem ganha e quem perde com cada política pública - tetos de gastos, restringindo investimentos públicos em áreas sociais, como saúde e educação; desregulamentação da terceirização, piorando as condições dos trabalhadores, sobretudo por retirar responsabilidades das contratantes desse tipo de serviço; reforma da previdência, adiando e reduzindo benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que abrange a grande maioria dos indivíduos de mais baixa renda; carteira de trabalho verde e amarela, retirando vários direitos

A concentração da renda no Brasil persiste entre as mais altas do mundo. O Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU, divulgado em 09/12/2019, mostra o país como o segundo nessa concentração, considerando a parcela dos 1% mais ricos, com 28,3%, abaixo apenas do Catar, com 29%, país com apenas 2,7 milhões de habitantes. Confirmando essas disparidades no Brasil, dados da PNAD Contínua, do IBGE, revelam os 10% mais ricos com 41,9% da renda total, enquanto os 10% mais pobres com irrisórios 0,8%.

Assim, é inaceitável crescer concentrando renda, mas essa é a perspectiva com a atual política econômica e suas reformas. Contudo, uma reforma tributária será excelente oportunidade de caminhar para um sistema progressivo, compensando parte da concentração promovida não só pelo mercado, mas por mecanismos como a captura de renda (rent seeking) obtidos na arena política.

7.1.10 CONSÓRCIO NORDESTE COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - COFECON 16/09/2019

A Presidência do Cofecon manifesta seu apoio à instituição do Consórcio Nordeste, voltado para o desenvolvimento inclusivo de uma Região de grandes potencialidades que, devidamente exploradas, superariam as defasagens econômicas com o Centro-Sul. Não existem deficiências em termos de recursos humanos, haja vista o relevo alcançado por muitos nordestinos, tanto em áreas técnico-científicas quanto artístico culturais, assim como a criatividade e capacidade de resistência e adaptação de seu povo.

O principal determinante dessas defasagens tem sido a alocação regional das políticas de desenvolvimento ao longo da história. Desde o Governo Vargas, passando por JK e os governos militares, as grandes obras estruturantes, os grandes investimentos incentivados, que formaram polos e cadeias produtivas, com exceção do Polo Industrial de Camaçari, ocorreram fora do Nordeste.

Apenas recentemente, já no século XXI, medidas do Governo Federal indutoras de desenvolvimento começaram a ser realizadas na Região, como a transposição do Rio São Francisco, a Ferrovia Transnordestina, a Refinaria do Nordeste e as compras de embarcações a estaleiros da Região.

Recentemente, o Nordeste aprofundou novamente sua defasagem, como indicam dados do mercado de trabalho da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC/IBGE). A seca e a contração dos fundos regionais e transferências reforçaram os efeitos da recessão nacional para causar a contração de 4,9% na população ocupada da Região, do segundo trimestre de 2015 ao de 2019, quando no país como um todo se expandiu 1,7%.

Mesmo se iniciando em uma conjuntura de retaliação do Governo Federal, o Consórcio Nordeste foi instituído nos moldes da Lei Federal nº 11.107/2005, como o Consórcio Brasil Central, devendo se manter funcionando para tratar a Região como um espaço de planejamento que tem tudo para se beneficiar mais com políticas integradas. As providências iniciais anunciadas, de compras conjuntas de bens e serviços, para obtenção de condições mais favoráveis, e de atrair investimentos externos, sobretudo nas áreas de infraestrutura, saúde e segurança, que carregam grande potencial de ganhos em projetos interestaduais, são bastante acertadas.

As diretrizes que recomendamos para o desenvolvimento da Região são similares às que apresentamos para o país, como um todo, na nota “Diretrizes para uma estratégia de crescimento inclusivo”, aprovada em nossa 691ª Plenária, em 2 e 3 de agosto de 2019. No curto prazo, medidas para reanimar a atividade econômica, sobretudo envolvendo aumentos programados de gastos com infraestrutura. No médio e longo prazos, medidas concentradas em dois polos de desenvolvimento, economia da complexidade e economia das comunidades.

Trazendo para o âmbito da capacidade de ação do Consórcio Nordeste, muitas dificuldades políticas terão que ser vencidas, considerando o ambiente de disputa com o atual governo federal. O canal tradicional é o legislativo, onde o Nordeste tem 151 deputados (29% do total) e 27 senadores (33% do total), mas não consegue contar com muitos dessas bancadas, pois a fidelidade maior tem sido com os partidos. Assim, as adesões terão que ser obtidas através dos partidos e do convencimento pessoal da importância das pautas do Consórcio. Especificando medidas sugeridas, além das providências iniciais anunciadas:

- Ampliar e melhorar as condições de crédito, que dependerá do êxito de gestões junto ao Governo Federal, o que não deve ser fácil. Dos recursos liberados pela Caixa Econômica Federal, este ano, para estados e municípios, apenas 2,2% foram para o Nordeste, enquanto em 2018 essa parcela foi 21,6%. Nesse campo, merece destaque a defesa da manutenção e ampliação das atividades do Banco do Nordeste (BNB).
- Dinamizar projetos estruturantes, como os portos de Suape e Pecém, concluir a Ferrovia Transnordestina e complementá-la com ramificações que coloquem o transporte ferroviário de mercadorias entre os principais modais regionais.
- Finalizar o projeto de transposição do Rio São Francisco e iniciar os desdobramentos necessários para a completa superação da seca no Semiárido.
- Exigir atuação mais efetiva da Sudene para favorecer ao desenvolvimento do Nordeste, finalidade para a qual foi idealizada por Celso Furtado, o mais destacado economista da Região, cujo centenário de nascimento ocorrerá em 2020.
- Reverter a recente contração da cadeia produtiva de petróleo e gás na Região, ocorrida com as reduções das operações da Petrobrás e a privatização do sistema de distribuição por gasoduto.
- Reivindicar a disponibilização de Aval Soberano, com lastro nas reservas internacionais do país, para financiamento externo junto organismos multilaterais, como o Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco dos BRICs, para estados e municípios adimplentes e com espaço para ampliar captações externas, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Explorar mais intensiva e estrategicamente as atividades turísticas, tendo em vista todas as potencialidades da Região, com capilaridade não apenas costeira, mas, cada vez mais, também voltada para o interior. Trata-se de um setor com grande capacidade de geração de empregos, renda e divisas, mas que exige adequado controle de seus efeitos perniciosos, como prostituição, pedofilia e criminalidade em geral.
- Aprimorar a especificação e regulação da matriz energética, em particular direcionando parcela da geração para projetos de desenvolvimento local e outros usos importantes para a estrutura produtiva interna e expandindo a produção de energia eólica e solar, aproveitando o grande potencial da Região.
- Avaliar a reativação do projeto de cultivo de mamona, para a produção de biocombustíveis, inclusive da usina de biodiesel desativada pela Petrobras em Quixadá (CE) e a criação de outras.

- Constituir uma política articulada de tecnologia e inovação, integrando grupos de pesquisa e empresas, em busca de elevações da complexidade produtiva na Região.
- Universalizar creches, ensino infantil e ensino fundamental, em tempo integral.
- Apoiar projetos de desenvolvimento local, em atividades como a produção de alimentos orgânicos, tendo em vista sua crescente demanda, e a produção, processamento e consumo de caprinos, que são bem-adaptados às condições ambientais e têm presença marcante na culinária nordestina.

Por fim, vale pontuar que, assim como explicitamente declarado por membros do Consórcio, o Cofecon rejeita que a iniciativa possa vir a ser usada para disseminar ideias separatistas. O Brasil não existe sem o Nordeste. Somos a composição de cinco regiões que, mesmo com diferenças socioeconômicas, compartilham a formação histórica e a cultura que nos define.

7.2 NOTAS DO PRESIDENTE DO COFECON

7.2.1 NOTA DA PRESIDÊNCIA DO COFECON SOBRE O CENSO 2020

16/04/2019

Faltando pouco mais de um ano para o início planejado da coleta de dados, a notícia sobre o corte de 25% do orçamento do CENSO 2020 provocou, em vários segmentos da sociedade, preocupação sobre quais atividades ou processos da operação censitária podem ser reelaborados.

Uma possibilidade são os cortes em questões do denominado “questionário longo”, aplicado a 10% dos domicílios visitados. Argumenta-se que tal redução diminuiria o tempo de entrevista, implicando em custos menores. Um contingente menor de recenseadores seria necessário para cobrir os 8,5 milhões de quilômetros quadrados e aproximadamente 70 milhões de domicílios no território brasileiro. O tema é extremamente complexo e cabe questionar: 1) quais critérios seriam utilizados para definir os cortes de questões; 2) quais os reais impactos de uma possível redução do tempo de coleta e da qualidade das informações.

Para que o debate público se constitua de forma consistente, exige-se a devida disseminação das temáticas atualmente abordadas no CENSO 2020. Esse é um requisito essencial para avaliar se é pertinente abrir mão de algumas delas. Abaixo, um esquema didático dessas temáticas, divulgado em Retratos, a Revista do IBGE, que associa temas importantes para a sociedade e usos das informações pelos formuladores e gestores de políticas públicas. São 5 grandes temáticas, quais sejam: políticas habitacionais e de mobilidade; projeção populacional; política de transferência de renda; políticas de garantia de direitos e de igualdade de oportunidades; e mercado de trabalho e educação.

Para que o debate público se constitua de forma consistente, exige-se a devida disseminação das temáticas atualmente abordadas no CENSO 2020. Esse é um requisito essencial para avaliar se é pertinente abrir mão de algumas delas. Abaixo, um esquema didático dessas temáticas, divulgado em Retratos, a Revista do IBGE, que associa temas importantes para a sociedade e usos das informações pelos formuladores e gestores de políticas públicas. São 5 grandes temáticas, quais sejam: políticas habitacionais e de mobilidade; projeção populacional; política de transferência de renda; políticas de garantia de direitos e de igualdade de oportunidades; e mercado de trabalho e educação.

A presidência do Cofecon entende que qualquer corte de questões implicará em prejuízo de informação para políticas públicas em nível municipal, estadual e federal. Inexistem registros administrativos organizados e com qualidade para substituição dessas estatísticas.

Quanto aos impactos da redução de temáticas dos questionários, o maior custo do CENSO é o deslocamento no território até a consolidação da abertura do domicílio aos pesquisadores do IBGE. O primeiro contato com os cidadãos é uma parte sensível para a obtenção da informação, como já descreveu Carlos Drummond de Andrade em sua crônica “O caso do recenseamento”, de 1978, uma narrativa da visita de um recenseador a uma típica família do subúrbio carioca.

No entanto, uma das diferenças da realidade brasileira descrita por Drummond em relação aos tempos atuais é o número médio de 3 moradores em um domicílio no Brasil. Assim, o questionário longo não levaria tanto tempo para ser preenchido. Além disso, nenhum informante deverá responder integralmente às 160 questões previstas, uma vez que a coleta é realizada por dispositivo móvel e o questionário prevê saltos na sequência de questões, possibilidade prevista em qualquer metodologia de pesquisa com questionário. Dessa forma, há um bloco para quem está inserido no mercado de trabalho que não será respondido por aqueles que apenas estudam, por exemplo. Observa-se que o custo de deslocamento é dado – todos os domicílios e brasileiros domiciliados deverão ser alcançados.

É falaciosa, no caso do IBGE, a afirmativa de que falta investimento em agilidade através de tecnologia. Nas últimas décadas o IBGE tem estudado alternativas a todas as pesquisas. Não há medo de mudança no Instituto. Os censos econômicos foram substituídos por pesquisas anuais por amostra na primeira metade dos anos 90. Para isso, o IBGE contou com a parceria do Ministério do Trabalho na constituição do Cadastro Central de Empresas. Várias pesquisas são totalmente feitas pela internet; outras têm a coleta por telefone. No CENSO, a implementação de coleta em 2010 com dispositivos eletrônicos permitiu enorme rapidez no processamento de informações e redução do tempo de disponibilização pública dos dados.

Enfatiza-se, adicionalmente, que a maior parte do orçamento destinado às operações censitárias volta para a sociedade em forma de pagamento aos recenseadores, bem como de estatísticas apuradas pelo CENSO que constituem a base para o planejamento de pesquisas por domicílio pela próxima década. Cabe lembrar que o CENSO 2020 é fundamental para o cumprimento da missão do IBGE: “Retratar a realidade do Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania”.

A Presidência do Cofecon defende o CENSO 2020 sem cortes, assim como a Democracia sem restrições.

7.2.2 UM ATAQUE CRIMINOSO AO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO

12/06/2019

A revelação de parte das gravações de conversas entre o ex-juiz Sergio Moro, atual ministro da Justiça, e o procurador Deltan Dallagnol, feita pelo site Intercept Brasil, comprovou o elevado grau de promiscuidade entre operadores de instâncias do Poder Judiciário, que deveriam funcionar de maneira independente, cada uma no estrito cumprimento de suas atribuições, com o objetivo de forçar condenações, às vezes sem provas, e manipular parte do Poder Judiciário no interesse de seus parceiros políticos.

Tanto no Brasil quanto no exterior, vários juristas já se haviam revelado estarrecidos com a forma direcionada como funcionava parte da justiça de Curitiba em alguns casos. Agora ficou comprovada a gravidade das manobras perpetradas pelos dois funcionários públicos, as quais contribuem para tornar ainda mais negativa a imagem do Brasil internacionalmente.

Os ardorosos defensores da segurança jurídica como instrumento indispensável para permitir investimentos internos e externos precisam se pronunciar, pois a questão é grave e contribuirá para afastar mais ainda investidores nacionais e internacionais, dada a insegurança jurídica revelada pelo caso em destaque. Se aconteceu algo tão grave e seus praticantes não sofreram nenhuma consequência por seus atos, quem poderá garantir que os mesmos procedimentos não ocorram em ações judiciais que envolvam interesses dos investidores?

O uso de dois pesos e duas medidas chega a ser vergonhoso. Publicizar gravações de conversas de autoridades do porte de uma Presidenta da República foi definido como do interesse da sociedade e obrigação cidadã. No entanto, a revelação de suas combinações indecorosas trazidas a público esta semana passa a ser denominada pelos envolvidos de fato bastante grave

e de ataque criminoso à Lava Jato. Os envolvidos precisam saber que é indecoroso juiz não ser imparcial e conspirar com procuradores objetivando o atendimento de seus interesses presentes e, em alguns casos, futuros.

O Poder Judiciário está devendo à sociedade brasileira e ao mundo a tomada de providências para resgatar a credibilidade da justiça brasileira. Isto precisa ocorrer com rapidez, pois não estamos livres de tomar conhecimento de outras gravações tão graves quanto essas.

O uso de dois pesos e duas medidas chega a ser vergonhoso. Publicizar gravações de conversas de autoridades do porte de uma Presidenta da República foi definido como do interesse da sociedade e obrigação cidadã. No entanto, a revelação de suas combinações indecorosas trazidas a público esta semana passa a ser denominada pelos envolvidos de fato bastante grave e de ataque criminoso à Lava Jato. Os envolvidos precisam saber que é indecoroso juiz não ser imparcial e conspirar com procuradores objetivando o atendimento de seus interesses presentes e, em alguns casos, futuros.

O Poder Judiciário está devendo à sociedade brasileira e ao mundo a tomada de providências para resgatar a credibilidade da justiça brasileira. Isto precisa ocorrer com rapidez, pois não estamos livres de tomar conhecimento de outras gravações tão graves quanto essas.

7.2.3 NOTA DO PRESIDENTE DO COFECON- SOB UM GOVERNO NAZISTA 30/06/2019

As declarações sobre o assassinato do pai de Felipe Santa Cruz, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, praticado por meganhas das Forças Armadas à época da ditadura militar, deveriam merecer o maior nível de manifestações de repúdio da sociedade em todos os bairros dos estados brasileiros. Indignas de um ser humano, foram proferidas pelo atual ocupante da cadeira de presidente da República – ilegalmente usurpada da ex-presidenta Dilma Rousseff pelo ignominioso Michel Temer por meio de um golpe jurídico, midiático e parlamentar, levado a cabo pelos serviços dos banqueiros, empresários e rentistas, nacionais e internacionais.

O presidente da República e o ministro da Economia, com perfis ultraliberais e entreguistas, buscam destruir o que de melhor há de organizado na sociedade brasileira, incluindo a fiscalização técnica e ética daqueles que exercem profissões regulamentadas – uma garantia à sociedade de que somente serão exercidas por pessoas devidamente habilitadas. Assim, a PEC representa mais um desserviço ao País.

Recentemente o autor da PEC propôs encontrar-se com representantes da Ordem dos Advogados do Brasil para excluí-los do objeto da proposta. A respeito disto, observo que a reunião deveria ocorrer com representantes dos diversos conselhos de fiscalização profissional, pois a sociedade e os profissionais os quais os conselhos fiscalizam não se restringem apenas a este segmento.

O Cofecon tem buscado e manterá entendimentos com as lideranças dos partidos políticos no Congresso Nacional a fim de impedir mais este ataque ao mundo do trabalho e às entidades de fiscalização profissional. A PEC é lesiva aos interesses da sociedade e deve merecer total repúdio dela e dos parlamentares que de fato a representem.

A afirmação cruel de que “Se o presidente da OAB quiser saber como é que o pai dele desapareceu no período militar, conto para ele. Ele não vai querer ouvir a verdade” ofende não só a memória de Fernando Santa Cruz Oliveira, que nunca mais foi visto após ter sido preso por agentes do DOI-CODI, em 1974, mas também das 400 pessoas que foram assassinadas ou desapareceram durante o regime, segundo a Comissão Nacional da Verdade e, mais do que isto, revela a natureza daninha de seu autor e de seu clã de cêrberos.

Não são recentes as manifestações de Jair Bolsonaro favoráveis à ditadura militar. Como deputado federal, homenageou o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, reconhecido pela Justiça como torturador. Neste ano, pretendia comemorar os 55 anos do golpe militar, o que foi duramente criticado pelo Ministério Público Federal sob a alegação de que tal iniciativa poderia configurar em improbidade administrativa.

A Comissão Nacional da Verdade confirmou que a ditadura militar praticou crimes contra a humanidade, com graves violações aos direitos humanos. Como representante de autarquia federal que tem o seu olhar voltado para a justiça social, não poderia deixar de manifestar repulsa aos posicionamentos do atual ocupante da cadeira presidencial, que utiliza a estrutura pública para defender crimes do passado e do presente, atentando não só contra os direitos humanos, mas também contra os princípios da administração pública.

Importante registrar que esse ataque leviano e vergonhoso a Felipe Santa Cruz é uma tentativa de tirar da pauta nacional a mais grave acusação contra Sérgio Moro que veio à luz hoje pelo Intercept Brasil e pela Folha de S.Paulo, uma vez que fica inequívoca a utilização criminosa da delação premiada de Antonio Palocci, na qual nem Moro acreditava, para eleger Bolsonaro.

A política de conciliação nos trouxe até aqui e me pergunto, estarrecido, até quando o povo brasileiro irá tolerar a construção da Bastilha nazista em nosso País, a qual está em curso, sem resistir à altura.

Todo repúdio às declarações ignominiosas do fascista agressor.

7.2.4 NOTA DO PRESIDENTE DO COFECON SOBRE A PEC 108/2019 19/07/2019

A Proposta de Emenda à Constituição nº 108/2019 representa uma afronta à sociedade civil e às entidades colegiadas fiscalizadoras do exercício das profissões regulamentadas, cujo objetivo maior é defender os interesses da sociedade, protegendo-a daqueles que não possuem formação técnica necessária para prestar-lhe serviço.

No caso dos Economistas, não basta saber fritar hambúrguer nem ter feito intercâmbios para estarem preparados para analisar, com competência, políticas econômicas. Em um cenário de ataques ao mundo do trabalho, que teve início com a aprovação da Reforma Trabalhista em 2017, a reforma da previdência, o entreguismo de território nacional – vide base de Alcântara, das reservas do pré-sal, gasodutos, Embraer, cuja maior fábrica, localizada em São José dos Campos-SP, foi fechada na semana passada –, a proposta de Paulo Guedes, que serviu a Pinochet em 1981, é mais uma demonstração das intenções do atual ocupante da cadeira presidencial de alijar toda representação dos cidadãos brasileiros das instâncias de fiscalização e de destruir qualquer intenção no sentido de termos uma nação soberana, desenvolvida, justa socialmente e jogando como ator importante nos cenários políticos e econômicos mundiais.

A justificativa da PEC, apresentada pelo ministro da Economia, reflete total desconhecimento da natureza jurídica dos conselhos de fiscalização profissional, qual seja, a de autarquias especiais – a qual já foi devidamente pacificada pelo Supremo Tribunal Federal. Além disso, não houve nenhuma audiência pública para discutir a questão, nem foram ouvidos os representantes dos conselhos.

O presidente da República e o ministro da Economia, com perfis ultraliberais e entreguistas, buscam destruir o que de melhor há de organizado na sociedade brasileira, incluindo a fiscalização técnica e ética daqueles que exercem profissões regulamentadas – uma garantia à sociedade de que somente serão exercidas por pessoas devidamente habilitadas. Assim, a PEC representa mais um desserviço ao País.

Recentemente o autor da PEC propôs encontrar-se com representantes da Ordem dos Advogados do Brasil para excluí-los do objeto da proposta. A respeito disto, observo que a reunião deveria ocorrer com representantes dos diversos conselhos de fiscalização profissional, pois a sociedade e os profissionais os quais os conselhos fiscalizam não se restringem apenas a este segmento.

O Cofecon tem buscado e manterá entendimentos com as lideranças dos partidos políticos no Congresso Nacional a fim de impedir mais este ataque ao mundo do trabalho e às entidades de fiscalização profissional. A PEC é lesiva aos interesses da sociedade e deve merecer total repúdio dela e dos parlamentares que de fato a representem.

7.2.5 NOTA DO PRESIDENTE DO COFECON EM DEFESA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DA DEMOCRACIA 25/09/2019

A liberdade de expressão está prevista na Constituição Brasileira e na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Como representante de entidade que congrega os economistas brasileiros e que tem entre suas atribuições proteger a sociedade da atuação de maus profissionais, defendo a livre manifestação de ideias e o sadio debate em todas as esferas, incluindo a classe artística, a

imprensa, e todos os indivíduos ou categorias que tenham interesse em expressar-se pelos meios que são próprios em suas áreas de atuação. A voz política, muitas vezes manifestada pela arte, é fundamental para a existência da democracia em qualquer sociedade.

Repúdio, portanto, as tentativas de censura existentes em entidades como a Funarte, que, segundo o seu presidente, Miguel Proença, deveria produzir arte e beleza, e não agressão. Recentemente, o diretor do Centro de Artes Cênicas da entidade ofendeu Fernanda Montenegro e a classe artística após a atriz posar para uma revista literária como uma bruxa prestes a ser queimada por uma fogueira de livros.

Antes, em agosto deste ano, a coordenadora da Funarte em São Paulo, Maria Ester Moreira, foi exonerada por não acatar um posicionamento da direção que vetava a exibição de um espetáculo com caráter político. Nas palavras da coordenadora em entrevista ao jornal O Globo, a peça tratava de uma sociedade massacrada por um governo fascista. Nos bastidores, especula-se que tal diretor convocou “artistas conservadores” para criar uma “máquina de guerra cultural” contra a “arte de esquerda”.

Tais acontecimentos na Funarte são apenas exemplos do que temos testemunhado diariamente no Brasil. Não podemos aceitar a supressão do direito de nos manifestarmos publicamente, inclusive questionando as autoridades vigentes sobre temas que não concordamos. Caso contrário, viveremos em uma sociedade muda, incapaz de pensar de forma crítica e de expressar o contraditório. No lugar da censura, acredito que o debate deve ser amplamente estimulado em todas as esferas da sociedade. É por meio de discussões sobre a nossa realidade e onde pretendemos chegar que teremos um país mais justo e igualitário para todos.

7.2.6 SEGUNDA CARTA DO PRESIDENTE DO COFECON AOS BRASILEIROS TEMPOS SOMBRIOS NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE 12/11/2019

O tsunami promovido pela extrema direita, atualmente travestida de liberal, está assolando vários países em todo o mundo e, em especial, os da América Latina e do Caribe. Não bastassem as revoltas populares que eclodiram no Chile, por conta das extremas desigualdades sociais, pela inexistência de Previdência e aposentadoria públicas, há tensões em muitos países da região.

No Chile, a destruição do sistema de Previdência pública anteriormente existente foi patrocinada pelo criminoso torturador Augusto José Ramón Pinochet Ugarte, ao qual serviu o “Chicago boy” Paulo Guedes depois de seu treinamento em Economia nos Estados Unidos. Recentemente o modelo é reproduzido por Guedes no Brasil. Como se não bastasse acompanhado de discriminações de condição sexual, raça, gênero, religião, classe social e nacionalidades, no caso dos imigrantes.

Os mais recentes confrontos ocorreram no Peru, Equador, Bolívia, Venezuela, Paraguai, Argentina e Haiti, com mortes em vários deles, promovidos pela repressão militarista, em grande parte serviços de banqueiros, rentistas, chefes de milícias, mídia oligopolista, parte do judiciário corrompido – a exemplo do encontrado na chamada “República de Curitiba” – e alguns empresários aos quais interessa a imposição de ditaduras veladas ou nuas e cruas para manter

os privilégios do 1% mais rico da população mundial.

No caso mais recente, os meganhas das Forças Armadas da Bolívia obrigaram o então presidente, Evo Morales, a renunciar e partir para o exílio no México, acompanhado de seu filho e do vice-presidente, Álvaro García Linares, em um avião militar. Segundo informou o chanceler mexicano, Marcelo Ebrard, após seu país conceder asilo político, e de acordo com as convenções internacionais vigentes, Morales e Linares estão sob a proteção de sua nação soberana. “Sua vida e integridade estão a salvo”, tuitou Ebrard, acompanhando a mensagem com uma foto de Morales no avião com uma bandeira mexicana em mãos. Evo Morales também afirmou que voltará a Bolívia e denunciou o golpe político-militar-empresarial e midiático que sofreu.

Ao leitor que porventura tiver dúvidas, recomendo pesquisar o significado do Departamento de Santa Cruz, notório reduto da extrema direita entreguista boliviana, na economia e na política.

O presidente deposto se despediu de seu povo, pela rede social Twitter, com as seguintes palavras: “Hermanos y hermanas, parto rumbo a México, agradecido por el desprendimiento del gobierno de ese pueblo hermano que nos brindó asilo para cuidar nuestra vida. Me duele abandonar el país por razones políticas, pero siempre estaré pendiente. Pronto volveré con más fuerza y energía”.

Enquanto isso, no Brasil, sou obrigado a manifestar meu apoio à decisão do Supremo Tribunal Federal de vetar a prisão em segunda instância, por compreender ser direito constitucional a presunção de inocência, até o trânsito em julgado, de qualquer ação judicial.

Trata-se aqui de respeitar importante preceito da Constituição Federal, em um país onde, graças às revelações do The Intercept Brasil, de Glenn Greenwald, soubemos da formação de quadrilha entre um juiz de primeira instância e promotores de Curitiba, com o vil objetivo de condenar, por razões políticas e com base em meras suposições, em um power point de quinta categoria e sem provas, um adversário de seus patrões.

Aliás, isto afirmamos eu, estranho no ninho do Direito, e um expressivo número de juristas internacionais, a começar pelo autor do instrumento da delação premiada, o qual já expressou mais de uma vez não ter amparo em sua criação o mecanismo utilizado no Brasil.

Considerando as provas de que nos bastidores da Justiça brasileira há combinações entre procuradores e juízes sobre processos penais, conforme denúncia do The Intercept Brasil, tal decisão permite o fortalecimento do direito de defesa e da presunção de inocência.

Como presidente do Conselho Federal de Economia, luto pela proteção da sociedade dos maus profissionais, mas também defendo um País mais justo e igualitário. A ampliação do acesso à Justiça e das possibilidades de defesa são fundamentais nesse processo.

Por fim, insisto em afirmar que as alianças políticas entre banqueiros, rentistas, alguns empresários e seitas evangélicas, setores militares reacionários, nossos atuais governantes e seus asseclas nos países por mim mencionados no início desta nota, em defesa do liberalismo da implementação de políticas anti-povo, sempre terão de enfrentar os legítimos defensores da soberania nacional; da democracia voltada para a eliminação das desigualdades; da geração de empregos com salários e direitos sociais dignos; da educação pública, gratuita e de qualidade; da aposentadoria digna; e da liberdade para cada ser humano ser o que quiser ser. Isto porque as propostas deles são incompatíveis com a democracia e os direitos humanos.

O tsunami promovido pela extrema direita, atualmente travestida de liberal, está assolando vários países em todo o mundo e, em especial, os da América Latina e do Caribe. Não bastassem as revoltas populares que eclodiram no Chile, por conta das extremas desigualdades sociais, pela inexistência de Previdência e aposentadoria públicas, há tensões em muitos países da região.

No Chile, a destruição do sistema de Previdência pública anteriormente existente foi patrocinada pelo criminoso torturador Augusto José Ramón Pinochet Ugarte, ao qual serviu o “Chicago boy” Paulo Guedes depois de seu treinamento em Economia nos Estados Unidos. Recentemente o modelo é reproduzido por Guedes no Brasil. Como se não bastasse acompanhado de discriminações de condição sexual, raça, gênero, religião, classe social e nacionalidades, no

caso dos imigrantes.

Os mais recentes confrontos ocorreram no Peru, Equador, Bolívia, Venezuela, Paraguai, Argentina e Haiti, com mortes em vários deles, promovidos pela repressão militarista, em grande parte serviços de banqueiros, rentistas, chefes de milícias, mídia oligopolista, parte do judiciário corrompido – a exemplo do encontrado na chamada “República de Curitiba” - e alguns empresários aos quais interessa a imposição de ditaduras veladas ou nuas e cruas para manter os privilégios do 1% mais rico da população mundial.

No caso mais recente, os meganhas das Forças Armadas da Bolívia obrigaram o então presidente, Evo Morales, a renunciar e partir para o exílio no México, acompanhado de seu filho e do vice-presidente, Álvaro García Linares, em um avião militar. Segundo informou o chanceler mexicano, Marcelo Ebrard, após seu país conceder asilo político, e de acordo com as convenções internacionais vigentes, Morales e Linares estão sob a proteção de sua nação soberana. “Sua vida e integridade estão a salvo”, tuitou Ebrard, acompanhando a mensagem com uma foto de Morales no avião com uma bandeira mexicana em mãos. Evo Morales também afirmou que voltará a Bolívia e denunciou o golpe político-militar-empresarial e midiático que sofreu.

Ao leitor que porventura tiver dúvidas, recomendo pesquisar o significado do Departamento de Santa Cruz, notório reduto da extrema direita entreguista boliviana, na economia e na política.

O presidente deposto se despediu de seu povo, pela rede social Twitter, com as seguintes palavras: “Hermanos y hermanas, parto rumbo a México, agradecido por el desprendimiento del gobierno de ese pueblo hermano que nos brindó asilo para cuidar nuestra vida. Me duele abandonar el país por razones políticas, pero siempre estaré pendiente. Pronto volveré con más fuerza y energía”.

Enquanto isso, no Brasil, sou obrigado a manifestar meu apoio à decisão do Supremo Tribunal Federal de vetar a prisão em segunda instância, por compreender ser direito constitucional a presunção de inocência, até o trânsito em julgado, de qualquer ação judicial.

Trata-se aqui de respeitar importante preceito da Constituição Federal, em um país onde, graças às revelações do The Intercept Brasil, de Glenn Greenwald, soubemos da formação de quadrilha entre um juiz de primeira instância e promotores de Curitiba, com o vil objetivo de condenar, por razões políticas e com base em meras suposições, em um power point de quinta categoria e sem provas, um adversário de seus patrões.

Aliás, isto afirmamos eu, estranho no ninho do Direito, e um expressivo número de juristas internacionais, a começar pelo autor do instrumento da delação premiada, o qual já expressou mais de uma vez não ter amparo em sua criação o mecanismo utilizado no Brasil.

Considerando as provas de que nos bastidores da Justiça brasileira há combinações entre procuradores e juízes sobre processos penais, conforme denúncia do The Intercept Brasil, tal decisão permite o fortalecimento do direito de defesa e da presunção de inocência.

Como presidente do Conselho Federal de Economia, luto pela proteção da sociedade dos maus profissionais, mas também defendo um País mais justo e igualitário. A ampliação do acesso à Justiça e das possibilidades de defesa são fundamentais nesse processo.

Por fim, insisto em afirmar que as alianças políticas entre banqueiros, rentistas, alguns empresários e seitas evangélicas, setores militares reacionários, nossos atuais governantes e seus asseclas nos países por mim mencionados no início desta nota, em defesa do liberalismo da implementação de políticas anti-povo, sempre terão de enfrentar os legítimos defensores da soberania nacional; da democracia voltada para a eliminação das desigualdades; da geração de empregos com salários e direitos sociais dignos; da educação pública, gratuita e de qualidade; da aposentadoria digna; e da liberdade para cada ser humano ser o que quiser ser. Isto porque as propostas deles são incompatíveis com a democracia e os direitos humanos.

CONSELHOS REGIONAIS DE ECONOMIA

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 1ª REGIÃO – RJ

Endereço: Av. Rio Branco, 109 - 16º e 19º andares – Centro
Rio de Janeiro/RJ CEP 20.040-906
Telefones: (21) 2103-0178 / Fax: (21) 2103-0106
Presidente: João Manoel Gonçalves Barbosa
Vice-Presidente: Flávia Vinhaes Santos

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 2ª REGIÃO – SP

Endereço: Rua Líbero Badaró, 425 - Ed. Grande São Paulo, 14º andar - Centro
São Paulo/SP CEP 01009-905
Telefones: (11) 3291-8700 / Fax: (11) 3291-8701
Presidente: Luiz Barsi Filho
Vice-Presidente: Afonso Arthur Neves Baptista

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 3ª REGIÃO – PE

Endereço: Rua do Riachuelo, Ed. Círculo Católico, 105 sala 212 - Boa Vista
Recife/PE CEP 50050-400
Telefones: (81) 3222-0758 / Fax: (81) 3222-0758
Presidente: Ana Cláudia Arruda Laprovitera
Vice-Presidente: Rafael Ramos da Conceição

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 4ª REGIÃO – RS

Endereço: Rua Siqueira Campos, 1184 - Conj 601-606 / 6º andar - Centro Histórico
Porto Alegre/RS CEP 90010-001
Telefones: (51) 3254-2600 / Fax: (51) 3254-2601
Presidente: Rogério Vianna Tóifo
Vice-Presidente: Marívia de Aguiar Nunes

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 5ª REGIÃO – BA

Endereço: Rua Frederico Simões nº 98 Ed. Advanced Trade Center sala 505 - Caminho
das Árvores - Pituba
Salvador/BA CEP 41820-774
Telefones: (71) 3341-1597 / Fax: (71) 3341-1597
Presidente: Reinaldo Dantas Sampaio
Vice-Presidente: Carlos Rodolfo Lujan Franco

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 6ª REGIÃO – PR

Endereço: Rua Professora Rosa Saporski, nº 989, Mercês
Curitiba/PR CEP 80.810-120
Telefones: (41) 3336-0701 / Fax: (41) 3336-0701
Presidente: Carlos Magno Andrioli Bittencourt
Vice-Presidente: Elhana Maria Moreira Marcelino Farias

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 7ª REGIÃO – SC

Endereço: Rua Trajano, 265 - 12º andar - Centro
Florianópolis/SC CEP 88.010-010
Telefones: (48) 3222-1979 / Fax: (48) 3222-1979
Presidente: Paulo Roberto Polli Lobo
Vice-Presidente: Waldemar Bornhausen Neto

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 8ª REGIÃO – CE

Endereço: Avenida Antônio Sales, 1317 - sala 102 - ED. Nordeste Center / Bairro Joa-
quim da Távora
Fortaleza/CE CEP 60.135-100
Telefones: (85) 3246-1551 / Fax: (85) 3246-0723
Presidente: Izabel Christina de Carvalho Colares Maia
Vice-Presidente: Ricardo Eleuterio Rocha

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 9ª REGIÃO – PA/AP

Endereço: Rua Jerônimo Pimentel, 918 - Umarizal
Belém/PA CEP 66.055-000
Telefones: (91) 3242-0207 / Fax: (91) 3223-1988
Presidente: Raul Paulo Sarmento
Vice-Presidente: Marcus Vinicius Gomes Holanda

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 10ª REGIÃO – MG

Endereço: Rua Paraíba, 777 - Funcionários
Belo Horizonte/MG CEP 30.130-141
Telefones: (31) 3261-5806 / Fax: (31) 3261-8127
Presidente: Paulo Roberto Paixão Bretas
Vice-Presidente: Tania Cristina Teixeira

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 11ª REGIÃO – DF

Endereço: Setor Comercial Sul, Quadra 1 Bloco C, sala 301/306 Edifício Antônio Venâncio
da Silva
Brasília/DF CEP 70395-900
Telefones: (61) 3226-7487
Presidente: César Augusto Moreira Bergo
Vice-Presidente: Eloy Corazza

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 12ª REGIÃO – AL

Endereço: Rua Dias Cabral, 165, 1º andar - Centro
Maceió/AL CEP 57.020-250
Telefones: (82) 3221-3850
Presidente: Marcos Antônio Moreira Calheiros
Vice-Presidente: Cleydner Marques de Magalhães Maurício

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 13ª REGIÃO – AM

Endereço: Rua Leonardo Malcher, 768 - Centro
Manaus/AM CEP 69.010-170
Telefones: (92) 3234-2421 / Fax: (92) 3234-2421
Presidente: Francisco de Assis Mourão Júnior
Vice-Presidente: Martinho Luis Gonçalves Azevedo

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 14ª REGIÃO – MT

Endereço: Rua 04 - Quadra 11 - Lote 02 - Centro Político Administrativo
Cuiabá/MT CEP 78.049-922
Telefones: (65) 3644-1607
Presidente: Evaldo da Silva
Vice-Presidente: Gonçalves Papazian

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 15ª REGIÃO – MA

Endereço: Av. Jerônimo de Albuquerque, s/ nº, Casa do Trabalhador, sala 104 - Calhau
São Luís/MA CEP 65.074-220
Telefones: (98) 3246-1784
Presidente: Luiz Augusto Espíndola
Vice-Presidente: Eden do Carmo Soares Júnior

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 16ª REGIÃO – SE

Endereço: Rua Duque de Caxias, 398 - São José
Aracaju/SE CEP: 49.015-320
Telefones: (79) 3214-1883
Presidente: : Aldo Alves Vasconcelos

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 17ª REGIÃO – ES

Endereço: Rua Alberto de Oliveira Santos, 42 - sl. 1903/1904 - Centro
Vitória/ES CEP 29.010-250
Telefones: (27) 3233-0618 / (27) 3029-0618
Presidente: Ricardo Silveira da Paixão
Vice-Presidente: Celso Bissoli Sessa

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 18ª REGIÃO – GO

Endereço: Av. 86, nº 617 - Setor Sul
Goiânia/GO CEP 74.083-330
Telefones: (62) 3218-3311 / Fax: (62) 3218-3311
Presidente: Marcelo Viana Van Der Broecke
Vice-Presidente: Aurélio Ricardo Troncoso Chaves

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 19ª REGIÃO – RN

Endereço: Rua Princesa Isabel, 815, Cidade Alta
Natal/RN CEP 59.025-400
Telefones: (84) 3201-1005 / Fax: (84) 3201-1655
Presidente: Wagner Antonio Puerta
Vice-Presidente: Ricardo Valério Costa Menezes

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 20ª REGIÃO – MS

Endereço: Rua 14 de Julho 371, Centro
Campo Grande/MS CEP 79.004-390
Telefones: (67) 3356-4796 / Fax: (67) 3382-0490
Presidente: Thales de Souza Campos
Vice-Presidente: Hudson Garcia da Silva

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 21ª REGIÃO – PB

Endereço: Av. Epitácio Pessoa, 2491, sala 04 (1º andar) Bairro dos Estados
João Pessoa/PB CEP 58030-002
Telefones: (83) 3241-1089 / Fax: (83) 3241-1089
Presidente: Celso Pinto Mangueira
Vice-Presidente: Paulo Hermance Paiva

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 22ª REGIÃO – PI

Endereço: Rua Felix Pacheco, 1680 - Centro
Teresina/PI CEP 64.001-160
Telefones: (86) 3221-7337 / Fax: (86) 3221-0169
Presidente: Dorgilan Rodrigues da Cruz
Vice-Presidente: Teresinha de Jesus Ferreira da Silva

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 23ª REGIÃO – AC

Endereço: Av Ceará, 3201 - 1º Piso, Alto da Convel Abraão Alab
Rio Branco/AC CEP 69.918-084
Telefones: (68) 2102-7268
Presidente: Alisson Matos Mourão
Vice-Presidente: Jose Idalecio de Souza Galvão

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 24ª REGIÃO – RO

Endereço: Av. Calama, 2300, sala 13 - Galeria Garden - Bairro São João Bosco
Porto Velho/RO CEP 76803-768
Telefones: (69) 3224-1452/ Fax: (69) 3224-1452
Presidente: Noel Leite da Silva
Vice-Presidente: Silvío Rodrigues Persivo Cunha

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 25ª REGIÃO – TO

Endereço: Quadra 104 Sul (ACSE 01) Conjunto 04, Lote 12, Sala 106. C/ Avenida LO 01.
Palmas/TO CEP 77020-020
Telefones: (63) 3215-2886 / (63) 3215-8660
Presidente: Claudiney Henrique Leal da Cunha
Vice-Presidente: Ana Peres de Souza

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 27ª REGIÃO – RR

Endereço: Avenida Major Williams, nº 2108, Bairro: São Francisco
Boa Vista/RR CEP 69.301-110
Telefones: (95) 3624-1517
Presidente: Cícero Ivo Moura Bezerra Jr.
Vice-Presidente: Fábio Rodrigues Martinez



COFECON

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

www.cofecon.org.br



[/Cofecon](#)



[/Cofecon](#)



[/CofeconEconomia](#)



[/CofeconEconomia](#)